



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 112, SEXTA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2023



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 84^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 6 DE JULHO DE 2023

| | |
|--|----|
| 1.1 – ABERTURA | 8 |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a debater sobre o tema “Os fertilizantes no Brasil”, nos termos do Requerimento nº 432/2023, de Líderes. | 8 |
| 1.2.1 – Realização de 1 minuto de silêncio em razão do falecimento do Sr. Alysson Paolinelli | 9 |
| 1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Laércio Oliveira) | 9 |
| 1.2.3 – Oradores | |
| Senador Angelo Coronel | 10 |
| 1.2.4 – Exibição de vídeo | 10 |
| 1.2.5 – Oradores (continuação) | |
| Senador Angelo Coronel | 11 |
| Senador Eduardo Gomes | 12 |
| Sr. Arnaldo Jardim, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo | 14 |
| Sr. Rodolfo Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) | 16 |
| Sr. Bruno Santos Abreu Caligaris, Coordenador-Geral das Indústrias Química e Petroquímica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços | 18 |
| Senador Mauro Carvalho Junior | 19 |
| Sr. Vitor Eduardo de Almeida Saback, Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia | 20 |
| Sr. Marcello Weydt, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia | 22 |
| Sr. José Polidoro, Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Pecuária | 24 |



| | |
|---|-----------|
| Sr. Bernardo Silva, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert) | 26 |
| Sr. Marcelo Menezes, Secretário-Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe | 29 |
| Sr. Maciel Aleomir da Silva, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) | 31 |
| Sr. Ricardo Tortorella, Diretor-Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) .. | 33 |
| Sr. Roberto Levrero, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) | 36 |
| Sra. Sylvie D'Apote, Diretora-Executiva de Petróleo e Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás | 39 |
| Sr. Eduardo Barreto, Diretor de Relações Governamentais e de Novos Negócios da Unigel Sergipe .. | 41 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | 43 |

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

| | |
|---|----|
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Esporte, ao Projeto de Lei nº 2667/2023. | 45 |
|---|----|

2.1.2 – Comunicações

| | |
|--|----|
| Do Senador Jaime Bagattoli, de endereço do escritório de apoio de S. Exa. (Ofício nº 53/2023). | 47 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Da Liderança do Bloco Vanguarda, de substituição de membros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 126/2023). | 48 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Da Liderança do Bloco Democracia, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 109/2023). | 49 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Da Liderança do Bloco Democracia, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 110/2023). | 50 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Da Liderança do Bloco Democracia, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 112/2023). | 51 |
|--|----|

2.1.3 – Pareceres aprovados em Comissão

| | |
|--|----|
| Nº 44/2023-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 43/2023 | 53 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Nº 45/2023-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 44/2023 | 62 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| Nº 46/2023-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 45/2023 | 71 |
|--|----|



| | |
|---|---------------------|
| <i>Conclusão da instrução das Mensagens n^{os} 43, 44 e 45/2023.</i> | 79 |
| 2.1.4 – Prejudicialidade | |
| Prejudicialidade dos Requerimentos n ^{os} 387, 498, 501, 504, 505, 506, 523 e 563/2022. | 81 |
| 2.1.5 – Projetos de Lei | |
| Nº 3439/2023, da Senadora Margareth Buzetti, que altera o art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro para prever a anulação de autuações e o cancelamento de multas em casos de situação de emergência ou estado de necessidade. | 83 |
| Nº 3451/2023, do Senador Jorge Kajuru, que inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o "Bandeirante do Século XX", no Livro dos Heróis da Pátria. | 88 |
| Nº 3455/2023, do Senador Randolfe Rodrigues, que dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON). | 95 |
| Nº 3460/2023, da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para permitir a acumulação da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com outra conferida com base em outros diplomas legais, em entes federativos distintos. | 103 |
| Nº 3461/2023, da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho e criar o Selo Nacional da Inclusão no Trabalho. | 109 |
| 2.1.6 – Projeto de Resolução | |
| Nº 72/2023, da Senadora Damares Alves, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão. | 115 |
| 2.1.7 – Requerimentos | |
| Nº 24/2023-CRA, da Senadora Soraya Tronicke, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alysson Paolinelli. | 121 |
| Nº 656/2023, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de realização de sessão de debates temáticos, destinada a debater o Projeto de Lei nº 3027/2022. | 124 |
| Nº 657/2023, do Senador Cleitinho, de retirada do Projeto de Lei nº 365/2023. | 127 |
| <i>Deferimento do Requerimento nº 657/2023.</i> | 129 |
| Nº 658/2023, da Senadora Damares Alves, de voto de aplauso e congratulações aos agentes envolvidos na resolução do caso da menina de 12 anos sequestrada no Distrito Federal. | 130 |
| 2.1.8 – Término de Prazo | |
| Término do prazo, em 5 de julho, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei n ^{os} 2256/2019, 1849 e 1850/2021, 2504/2022 e 713/2023. | 133 |

PARTE III



| | |
|--|------------|
| 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL | 134 |
| 4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA | 137 |
| 5 – LIDERANÇAS | 138 |
| 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS | 140 |
| 7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | 145 |
| 8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES | 147 |
| 9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 177 |



Ata da 84^a Sessão, de Debates Temáticos,
em 6 de julho de 2023

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Laércio Oliveira e Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 16 horas e 59 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão de debates temáticos foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 432, de 2023, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Esta Presidência informa que os cidadãos podem participar desta sessão de debates temáticos através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania. É esse serviço que propicia que as pessoas entrem aqui na audiência conosco ou também pelo telefone 0800 0612211.

A Presidência informa, ainda, que as apresentações e os arquivos exibidos durante esta sessão ficarão disponibilizados na página do Senado Federal referente à tramitação do requerimento que originou esta sessão.

A sessão é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de debater o tema “Os fertilizantes no Brasil”: Exmo. Sr. Ministro Walton Rodrigues, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Exmo. Sr. Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo e meu particular amigo; Sr. Bruno Santos Abreu Caligaris, Coordenador-Geral das Indústrias Química e Petroquímica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Sr. José Polidoro, Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Pecuária; Sr. Marcello Weydt, Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia; Sr. Vitor Eduardo de Almeida Saback, Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Sr. Maciel Aleomir da Silva, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Bernardo Silva, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert); Sr. Roberto Levrero, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo); Sr. Rodolfo Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo; Sr. Marcelo Menezes, Secretário-Executivo da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe; e o Sr. Ricardo Tortorella, Diretor-Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da sessão:

- Será inicialmente dada a palavra aos convidados, por dez minutos.

- Após, será aberta a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, organizados em blocos, dispondo cada Senador de cinco minutos para suas perguntas.

- Os convidados disporão de cinco minutos para responder à totalidade das questões do bloco.

- Os Senadores terão três minutos para a réplica.

As inscrições dos Senadores presentes serão feitas por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa.

Eu quero aproveitar a oportunidade, antes de iniciar esta sessão de debates temáticos, para pedir a todos que, de pé, façamos um minuto de silêncio em homenagem ao Engenheiro Agrônomo líder da revolução agrícola Alysson Paolinelli, à memória desse ícone do nosso país.

Ex-Ministro da Agricultura e um dos criadores da Embrapa, ele também se destacou como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Foi Deputado Federal Constituinte e professor da Universidade Federal de Lavras.

Formado como engenheiro agrônomo, ele incentivou a pesquisa e o uso da tecnologia no campo, liderou uma revolução verde e transformou o Brasil em uma referência mundial ao desenvolver uma agricultura voltada para as áreas tropicais.

Em reconhecimento ao seu trabalho, Alysson Paolinelli foi duas vezes indicado oficialmente ao Prêmio



Nobel da Paz pelos caminhos que abriu para a segurança alimentar mundial, ao fazer do Cerrado grande produtor de alimentos e apontar um caminho salvador para os países que estão nas savanas africanas.

Em memória a esse homem público e em homenagem à sua brilhante trajetória e ao seu legado é que nós faremos, neste momento, um minuto de silêncio.

Obrigado.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores, demais convidados, conferencistas da tarde de hoje, esta sessão temática de debates aqui no Senado tem o objetivo de discutir a questão dos fertilizantes no Brasil e está sendo realizada neste Plenário a partir de um requerimento de minha autoria e dos eminentes Senadores Líderes Ciro Nogueira, Efraim Filho, Otto Alencar e Fabiano Contarato, a quem agradeço.

Apesar de alimentar cerca de 800 milhões de pessoas no mundo, o Brasil é dependente do mercado internacional e importa, pelo menos, 80% dos fertilizantes usados para melhorar a produtividade e a qualidade de nossas lavouras. Para complicar este cenário, a atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que já completou 16 meses, agravou a dependência e afetou a economia brasileira, com impactos na agricultura e na segurança alimentar.

Apenas a Rússia é responsável por 23% dos fertilizantes importados pelo Brasil. Vale lembrar que o agronegócio é responsável por um quarto do nosso PIB. Somos o terceiro maior produtor e exportador de alimentos do planeta e o maior importador mundial desses insumos. Em 2021, gastamos mais de US\$15 bilhões importando fertilizantes.

Caros convidados, de acordo com o requerimento aprovado, com o apoio de Líderes partidários, pretende-se debater nesta sessão três opções para amenizar o problema. São elas: primeiro, aumentar a participação de outros países, tais como Estados Unidos, China e Canadá, no total de fertilizantes importados pelo Brasil; segundo, ampliar a produção e a participação dos adubos orgânicos produzidos no Brasil, visto que, hoje em dia, essa participação ainda é considerada muito baixa; e, terceiro, reforçar o Plano Nacional de Fertilizantes, lançado recentemente pelo Governo Federal.

O plano tem o objetivo de reduzir a dependência externa brasileira de fertilizantes para em torno de 50% até 2050. O documento foi elaborado a partir do trabalho de um grupo interministerial que movimentou cerca de 290 pessoas de 91 órgãos, entidades e empresas, em 68 reuniões de trabalho. Como resultado, foi traçado um diagnóstico nacional e uma visão de futuro para a cadeia de fertilizantes e nutrição de plantas do Brasil. No entanto, sua implementação ficou estagnada com a troca do Governo Federal, mas, agora, está sendo reformulada para que as atividades sejam retomadas. A expectativa é de que o grupo de trabalho criado para a revisão do plano conclua a tarefa até o fim deste ano.

Para reduzir nossa dependência externa e melhorar o ambiente de negócios, apresentei, aqui no Senado, o Projeto de Lei nº 699, de 2023, que cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert). O texto, relatado pelo nobre Senador Eduardo Gomes na Comissão de Assuntos Econômicos, estimula a produção buscando criar competitividade para a indústria nacional. Entre outros pontos, o projeto prevê benefícios para empresas do setor que invistam na compra de equipamentos e máquinas, na contratação de serviços e na construção de novas fábricas.

Como vemos, esta sessão temática tem um assunto amplo e da maior relevância a ser discutido, pois é de vital importância que o Brasil se torne menos dependente das oscilações de preço e da disponibilidade dos fertilizantes no mercado internacional.

Agradeço a todos pela atenção e pela presença, e desejo que este seja um ótimo e produtivo debate em prol da sociedade brasileira.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

Concedo, neste momento, a palavra aos convidados e quero começar esta sessão de debates convidando o Exmo. Sr. Angelo Coronel, meu colega, Senador pelo Estado da Bahia, para a sua apresentação.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discursar.) – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a mesa na pessoa do grande Senador pelo Estado de Sergipe, revelação deste Parlamento, Senador Laércio Oliveira. Quero cumprimentar também o Deputado Federal Arnaldo Jardim; o Exmo. Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Walton Alencar, que desenvolve um trabalho em prol das contas públicas com grande eficiência no Tribunal de Contas da União; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o Sr. Rodolfo Saboia. Quero cumprimentar todos os senhores e as senhoras que fazem parte desta sessão tão importante. Talvez quem se ativer ao que é o setor de fertilizantes e o que pode ocorrer se não tomarmos medidas urgentes perceba que podemos ter problemas de alimentação no país.

Sr. Presidente desta sessão de debates, Senador Laércio, colegas Senadores, senhores e senhoras, membros da mesa, primeiramente, parabenizo o Senador Laércio pela propositura desta sessão de debate.

Antes de qualquer embate ideológico sobre o uso de fertilizantes orgânicos ou industriais, é fundamental entender o cenário nacional e internacional desse tipo de insumo, sem o qual a própria produção de alimentos se mostra ameaçada. Compreendido esse fator primordial, poderemos, com cautela e responsabilidade, entender os impactos ambientais do uso desse ou daquele tipo de fertilizante e, a partir daí, avaliar as opções que o mercado internacional oferece, suas implicações em nosso ecossistema e como o Brasil pode contribuir para o uso mais equilibrado e eficiente.

Sob outro viés, quais são os entraves que nos impedem de ser uma potência na produção e comercialização de fertilizantes? O Brasil é o terceiro maior produtor e exportador de alimentos e o quarto consumidor mundial de fertilizantes atrás da China, Índia e Estados Unidos.

É importante pontuar, Sr. Presidente, que utilizamos cerca de 8% dos fertilizantes produzidos no mundo e produzimos apenas cerca de 20% do que usamos – olhe, senhores, só temos 20% do que precisamos – dependendo em grande medida dos fertilizantes vindos da Rússia. Que caminhos temos para que deixemos de ser tão dependentes do fertilizante importado ou para que consigamos ser menos dependentes de um único fornecedor? Buscar novos mercados como Marrocos, Jordânia ou mesmo a Síria pode ser um caminho para não ficarmos à mercê de alguma crise de mercado específico, como vivemos naquele momento do ápice em que a Rússia invadiu a Ucrânia. Quais esforços o Governo tem feito nesse sentido?

Também é oportuno relembrar que, até meados de 2018, a Petrobras era um importante ator internacional na produção de fertilizantes. Que políticas podemos esperar da nossa estatal a fim de recuperar o protagonismo e manter nossos produtores agrícolas tranquilos quanto ao futuro desse insumo para o setor? Ficam essas perguntas.

Ao encerrar, eu vou passar um vídeo, com a permissão do nosso Presidente da sessão, de três minutos, para vocês conhecerem um grande projeto que vai revolucionar o setor energético do Brasil.

Ao início desse filme de três minutos, os senhores e as senhoras vão ver que fala de energia, mas no meio do filme para o fim, vamos falar do grande desafio que é suprir o mercado brasileiro da ureia e é a ureia verde, que é o que está na moda no mundo.

Então, gostaria que esse filme fosse passado, por favor.

É coisa rápida, não dá para cochilar.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)



O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) –

Pode vir a ser implantado na Bahia, que eu estou fazendo propaganda do meu estado, e ao mesmo tempo fazendo.

Agora, é importante frisar para os senhores terem uma ideia que nós consumimos hoje 7,5 milhões de toneladas só de ureia. Produzimos hoje na Bahia – é hoje a única fábrica da Petrobras instalada, arrendada à Unigel – 800 mil toneladas. Temos mais uma capacidade de fábrica na Petrobras – mas ainda está parada – de mais 2 milhões de toneladas. Então, no total, temos um déficit de 4,7 milhões de toneladas de ureia hoje no Brasil.

Ureia é o principal insumo de fertilizantes. Sem a ureia é impossível se plantar no país, aliás, no mundo. Então, com isso nós vamos tentar suprir essa deficiência.

Esse material, esse projeto está sendo discutido dentro da Petrobras, que deve possivelmente abraçar...

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque é um investimento na ordem de US\$160 bilhões. Não é um investimento pequeno e realmente só gigantes, como a Petrobras ou os próprios Emirados Árabes ou os chineses, têm interesse em desenvolver isso aqui no Brasil.

Agora, perguntaram: “Por que a Bahia?” Porque tudo depende ali de vento, tudo depende da energia. E essa energia, os ventos da Bahia são considerados os melhores ventos do Brasil. Então, por isso que a Bahia foi a escolhida para esse pujante projeto da fabricação da ureia e do metanol.

Para os senhores terem uma ideia, ainda na cadeia de fertilizante – hoje é o NPK: nitrogênio, potássio e o fósforo –, o cloreto de potássio, do nosso Estado de Sergipe, que é o único estado hoje que ainda produz o cloreto de potássio, nós temos um déficit de consumo de 16 milhões de toneladas, com um teor de 60% do cloreto. Sergipe produz somente 350 mil toneladas com um teor de 58%, que é um teor muito bom....

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... em uma capacidade máxima da mina atual, na terra do nosso querido Presidente dessa sessão, de mais 500 mil toneladas.

Com isso, do cloreto nós temos 15,5 milhões de toneladas de déficit de consumo aqui no Brasil. Hoje esse cloreto vem da Rússia e parte também daquela região da Ucrânia. Para vocês verem que, nessa guerra que está ainda em curso, se o Brasil não tivesse feito parcerias e um bom trânsito internacional diplomático, teríamos sérios problemas com a agricultura brasileira, pela falta de cloreto de potássio.

Temos também – e vamos concluir, Sr. Presidente – a questão do fósforo, que é outro insumo importantíssimo. São os três na cadeia do NPK: nitrogênio, fósforo e potássio.

O fósforo nós consumimos hoje 16 milhões de toneladas, com a produção nacional de 6,5 milhões de toneladas. Importamos do Marrocos, da Rússia, do Egito e da China. Também há um déficit aí de quase 10 milhões de toneladas.

Então, resumindo, o Brasil é deficiente...

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e é literalmente dependente da importação de fertilizantes. E olha que é um país como o nosso – o quarto maior produtor de alimentos, um país que tem uma dimensão continental e áreas agricultáveis,



áreas planas –, mas dependemos de quê? Do sangue, que é o adubo nas suas lavouras.

Então, se o Brasil não tomar as rédeas urgentemente na reorganização da produção de fertilizantes, poderemos ter um caos dentro em breve. Mas esperamos e temos fé de que o Senado Federal, que está aqui contando com pessoas como o Laércio, que defende a agricultura brasileira, que defende a indústria de fertilizantes, de que nós vamos nos unir para tornar esse Brasil autossuficiente, o que é muito importante, senão poderemos vir a passar fome num espaço de tempo muito curto.

Muito obrigado.

E um bom evento a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Agradeço muito ao meu colega Senador Angelo Coronel. Quero deixá-lo à vontade. Ele me prometeu que ficaria aqui na sessão, que viria, mas ele tem uma viagem internacional ainda hoje. Então, na hora em que o senhor desejar sair, Senador, fique à vontade, com os meus agradecimentos.

Eu queria, com muita honra, neste momento, transferir a Presidência desta sessão ao Senador Eduardo Gomes, que é o Relator do Projeto 699. Além de tudo, é um colega muito querido. E eu faço questão de entregar a Presidência da sessão para ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Então, você fala e depois você assume aqui.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar.) – Boa tarde a todos. Sr. Presidente desta sessão, Senador Laércio, autor do Projeto de Lei nº 699, de 2023, que altera a legislação tributária para incentivar investimentos no setor de fertilizantes, quero fazer os cumprimentos ao Diretor-Geral da ANP, Rodolfo Saboia, nosso querido Diretor da Agência Nacional do Petróleo; do Mdic, Bruno Caligaris; do Ministério de Minas e Energia, Edie Andreatto Junior; meu querido amigo Vitor Saback, aqui nesta sessão também; do Ministério da Agricultura, José Polidoro; da Sedetec, Marcelo Menezes; da CNA, Maciel Aleomir da Silva; Sinprifert, Bernardo Silva; Abisolo, Roberto Levrero; da Anda, Ricardo Tortorella; Ministro Walton, do Tribunal de Contas da União; da CNI, Ivan Freire; demais autoridades, Senadores, Senador Angelo Coronel, Senadores que acompanham dos seus gabinetes com as suas assessorias; meu amigo Kauê, que esteve aqui a meu convite, trabalha no setor há um certo tempo; e a todos a quem interessa essa pauta fundamental para o País.

Primeiro, a gratidão pela iniciativa e pela confiança do Senador Laércio Oliveira, meu conterrâneo. Sou um Senador do Tocantins que nasceu em Sergipe.

Eu queria pedir apenas dois minutos, Presidente, já que é a primeira vez que uso o microfone desde ontem, para celebrar aqui, meu querido amigo e irmão Arnaldo Jardim, a homenagem que fizemos ao nosso querido e eterno Governador Siqueira Campos, que faleceu. Ontem foi um dia de homenagem à sua história e trajetória, um brasileiro que criou um estado da Federação nas disposições transitórias da Constituinte de 1988, portanto, tem esse feito de ser o único brasileiro a criar um estado da Federação neste ambiente, no Plenário do Senado e da Câmara, na Assembleia Nacional Constituinte, um estado que, em 35 anos, multiplicou a vida de milhões, milhares e, de cada um de nós, brasileiros tocantinenses.

Ainda há pouco, um colega me perguntava sobre o fato de o Governador Siqueira Campos ser meu primeiro suplente. Eu disse a ele que era muito mais do que isso: ele era primeiro suplente de uma vaga que ele criou, porque as três do Senado do Tocantins foram frutos do seu trabalho, assim como a bancada federal, estadual. Celebramos esse brasileiro como um exemplo de um Parlamentar dedicado que transformou.



E estamos aqui, Presidente, Senador Laércio, falando sobre transformação. Eu costumo dizer a quem conhece a nossa atividade parlamentar nesses 20 anos – como Deputado Federal por três mandatos e, recentemente, como Senador –, que é da nossa convicção – e nós sempre falamos sobre isso – que o Congresso Nacional avança muito quando aprova boas leis e faz uma boa legislação, e avança mais ainda quando deixa de aprovar as ruins.

Portanto, aceitei o desafio, primeiro por ter consciência da importância do tema, um tema fundamental, principalmente por esse país que vem agora do interior, da produção sustentável, da logística.

Aí pontuo, mais uma vez, o nosso Estado do Tocantins, que será o estado brasileiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, com duas importantes ferrovias, o que está implicitamente ligado à questão da melhoria da indústria de fertilizantes, viabilizando logística, oportunidade, emprego, produção. Por isso a minha participação nesta sessão, hoje, Presidente.

Até cometí um erro. Eu vim para ficar na plateia, para ouvir os nossos expositores e, em seguida, fazer o que o Relator faz: buscar a convergência, a praticidade, a aplicação e a decisão legislativa de aprovar. Tem dado certo em matérias importantes. É da nossa autoria o recente texto da proteção de dados, que tornou direito do cidadão brasileiro a proteção de dados na Constituição, e algumas leis.

Nós sempre tivemos um bom diálogo aqui e na Câmara. É importante e fundamental.

Uma das coisas importantes na tramitação da sua lei – vindo V. Exa. recentemente da Câmara dos Deputados, assim como aconteceu comigo – foi preparar o ambiente da relatoria na Câmara e a urgência da matéria.

Com relação ao relatório, será apresentado o mais breve possível pela necessidade de votação da matéria nas duas Casas ainda no segundo semestre.

Disso tudo que nós vamos colher de opinião aqui, num trabalho conjunto, entendemos que melhorar a oferta de fertilizantes e de produção no país é urgente, mas é uma medida, assim como outras medidas: a reforma tributária e aquilo que nós estamos votando.

Foi curioso quando perguntei, hoje, a um repórter se ele tinha noção da primeira reunião objetiva sobre o texto da reforma tributária que está tramitando hoje na Câmara. Acho que ele levou um susto ao saber que foi no Governo passado e que os textos perpassam os mandatos. E vai acontecer com este Governo e com todos os outros.

O mandato, de 48 meses, já faz seis meses agora. Entre esses seis meses e o fim do mandato, duas eleições de dimensão nacional, a eleição municipal e as eleições, que costumam tomar pelo menos a metade de um ano de um ano eleitoral de Presidente da República.

É preciso ter decisão, pressa, mas uma pressa prudente, para que a gente consiga aprovar o melhor texto.

Como eu gosto de usar muito música, costumo citar um trecho da música da Ana Carolina que diz o seguinte: “[...] Já sei olhar o rio por onde a vida passa sem me precipitar nem perder a hora [...]”.

Nós não vamos perder a hora.

Parabéns pelo seu projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes, a quem eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Eu quero que o senhor presida a sessão. Só isso.



(*O Sr. Laércio Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Gomes.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Com satisfação, anuncio, neste momento, a palavra ao querido amigo e competente Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. ARNALDO JARDIM (Para exposição de convidado.) – Boa tarde!

É uma alegria muito grande poder ocupar a tribuna no Senado Federal e saudar o Senador Eduardo Gomes, que preside neste instante a sessão; quero cumprimentar, com entusiasmo, o Senador Laércio Oliveira que, com essa sua iniciativa, marca época aqui.

Eu tenho certeza absoluta disso, Senador Laércio. O projeto proposto por V. Exa., a relatoria, agora já explicitamente encaminhada pelo Senador Eduardo Gomes, vai colocar o Senado mais uma vez ao lado da Câmara num protagonismo importante de um tema estratégico para o país. Por isso, não é sem razão, que estiveram aqui o Senador Angelo Coronel, por isso é que está aqui conosco, o Sr. Ministro do Tribunal de Contas, a quem eu saúdo, Sr. Walton Alencar. Quero cumprimentar também, com entusiasmo, Rodolfo Saboia, da ANP, e sua equipe que identifico que aqui está nos acompanhando também.

Vejo representação expressiva do Executivo aqui, quer seja do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que nesse instante tem a responsabilidade de lá abrigar o Confert, quer seja pela representação do Ministério da Agricultura, que ocupa a Secretaria Executiva desse conselho tão significativo, quer seja pela presença também do Ministério de Minas e Energia, que aqui identifico, ao lado de outros órgãos do Governo Federal. Isso é muito importante. É o Legislativo em sintonia com o Executivo.

Todavia, tão importante quanto isso é o fato – permitam-me destacar – de que aqui está a sociedade. Aqui estou vendo o Roberto, da Abisolo; aqui está o Bernardo, do Sinprifert; ali está o Tortorella, da Anda; ali está o Mancin, do Ibram; e aqui está a nossa Associação dos Misturadores e distribuidores de Adubo também. São algumas das entidades que dialogam, versam sobre esse tema de uma forma muito qualificada.

Portanto, acho que por sua iniciativa, meu caro e prezado amigo, querido Dr. Senador Laércio Oliveira, o Senado aqui reúne a inteligência do setor.

A Embrapa aqui está, quer seja pela diligência do Polidoro, quer seja por todos os profissionais que têm se dedicado a esse assunto de uma forma tão expedita. Por isso é que eu quero dizer da minha alegria, não só pessoal, de aqui estar, mas acho que posso me arvorar a dizer que falo em nome da Câmara dos Deputados, que esteve lá conosco.

Tivemos a honra de ter o Senador Eduardo Gomes num período mais anterior e de tê-lo até muito recentemente, meu querido Deputado e hoje Senador Laércio Oliveira. Recentemente, prestigiou-nos lá o nosso Senador Laércio Oliveira, e eu tive a responsabilidade de coordenar o encontro sobre a mesma temática.

Nós reunimos naquele dia a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, a Frente Parlamentar da Agropecuária, a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável e também a Frente Parlamentar da Indústria Química, entidades que também estão *vis-à-vis* com relação a essa sistemática.

Foi dito – não repetirei aqui – aquilo que foi a intervenção inicial, feita pelos nossos dois Senadores, Eduardo Gomes e Laércio Oliveira, que fala da pujança do agro. O PIB, agora, do primeiro trimestre, reiterou isso de uma forma eloquente. O Brasil cresceu 1,9%, surpreendeu a muitos; se dependêssemos somente, infelizmente, do setor de serviços e da indústria, teria sido negativo o crescimento. O agro impulsionou, e nos permite isso com toda a sua longa cadeia.



Eu, daqui a pouco, vou ter que sair – bem sabe o Senador Laércio –, porque nós estamos ultimando o diálogo com o Relator Aguinaldo Ribeiro, que, após apresentar o seu relatório ontem, apresentará agora uma nova versão, aperfeiçoada. E lá, entre outras coisas, ele me permite que eu adiante o diálogo que mantivemos: nós teremos uma alíquota diferenciada do IVA para o agro.

E, na compreensão daquilo que é o agro, nós iremos muito além daquilo que é o ato de plantar e colher ou de criar os dois aspectos do setor agropecuário; nós iremos à compreensão da cadeia. Então, a alíquota vale para os insumos, vale para os fertilizantes – a alíquota diferenciada pelo papel estratégico que isso significa –, e nós imaginamos que isso poderá significar um passo importante.

Porém, o Brasil tem história – foi dito também pelo Senador Angelo Coronel –, não custa lembrar que, em 1970, nós tivemos o primeiro Plano Nacional de Fertilizantes. Coincidia com o momento em que nós estávamos tendo uma década importante de planejamento. Era o Governo Geisel naquele instante. Foi naquele instante que surgiu o Proálcool. Foi naquele instante que algumas medidas estratégicas para o desenvolvimento do país foram pensadas. E nós, que antevíamos um agro que nos colocasse na situação não de importador, mas de exportador de alimentos – até aquele instante, éramos importadores de alimento –, sabíamos que isso passava pelo fortalecimento do setor de fertilizantes.

Isso deu um impulso. Naquela época, a produção de nitrogenados cresceu 800%; fosfatados, 150%. Isso criou condições para termos o segundo Plano Nacional de Fertilizantes, entre 1987 e 1995.

Em 1994, um feito histórico, que eu acho que estabelece, caro Eduardo Gomes, Senador Laércio Oliveira, uma referência para todos nós aqui; porque, em 1994, nós conseguimos produzir 55% daquilo que foi necessidade do agro de fertilizantes. E hoje nós sabemos que a nossa importação está em torno de 85%. Ou seja, nós produzimos apenas 15% das nossas necessidades, mas, em 1994, não tão distante assim, nós conseguimos produzir 55%. A produção, porém, naquele instante, de 13 milhões de toneladas estabilizou-se, e hoje a nossa produção está em aproximadamente 7 milhões de toneladas, daquilo que nós temos como uma necessidade estratégica para o nosso país.

Em 2022 – e faço um salto na história, até para ser mais ágil aqui no meu pronunciamento –, nós tivemos o lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes. Os senhores todos colaboraram para isso.

Lá na Câmara, nós debatíamos a Lei do Gás, e o hoje Senador Laércio Oliveira teve um protagonismo muito significativo para que nós pudéssemos ter ali a possibilidade do uso do gás natural de uma forma a menor custo e mais abundante para colaborar como uma matéria-prima essencial para a produção de fertilizantes.

Mas ficou muito claro, durante os debates, que, para que nós tivéssemos o plano que foi coordenado pelo então Ministro Flávio Rocha, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, nós tínhamos uma imensa falta de conhecimento geológico. Nós dialogamos muito com o Ibram sobre isso. Nós temos que ampliar o conhecimento do nosso solo para identificar o nosso potencial. Nós temos uma carga tributária que não permite, hoje, competitividade ao setor de produção nacional vis-à-vis com a importação que temos, porque, além de ter toda a questão da dependência adjacente a isso, nós temos uma questão de custos. Ou seja, não basta só desejarmos ter aqui a produção nacional que nos dá independência, mas precisamos criar condições para que ela se desenvolva, e isso passa também por agilização...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO JARDIM – ... dos processos de licenciamento e o custo elevado do gás natural.

Por isso que o projeto proposto por V. Exa., Senador Laércio, aqui, o projeto que V. Exa. deixou lá na Câmara dos Deputados, que tem a sua tramitação, isso vai nos permitir encontrar as duas Casas num



rumo aí adequado.

O senhor fez um resumo, mas eu destaco também a isenção do adicional de frete, para que isso permita um fluxo aqui do nosso fertilizante; zerar as alíquotas do IRRF de arrecadação no caso da contratação de serviços de engenharia e consultoria técnica; a suspensão da alíquota de PIS-Pasep e Cofins para os contratos de gás natural também; além de todo um conceito que leva a que, com essa legislação aprovada, nós possamos ter um impulso...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO JARDIM – ... na produção de fertilizantes.

E concluo em um minuto para dizer que, talvez, homenageando aqui a direção, que eu identifico, da Unigel, que aqui está... Muito obrigado aos senhores por estarem aqui. Todos nós acompanhamos consternados aquilo que foi necessidade da empresa de que a planta de Sergipe tivesse uma dificuldade na sua operacionalização, e agora a dificuldade extensiva à Bahia. Isso é um caso simbólico para todos nós. Nós não podemos tolerar isso, que uma das empresas que têm sido, ao lado de tantas outras, vanguardeiras nessa questão, acreditando, identificando projetos, identificando oportunidades, sofra um constrangimento na sua própria capacidade de fazer frente, de sobreviver e de nos ajudar no que diz respeito a isso.

Então, nos anima muito a que nós possamos colocar esse projeto como prioridade, ao lado de todo o conceito, exposto também pelo Senador Laércio, de ampliar a produção de bioinsumos, de ampliar o nosso portfólio de alternativas, mas de viabilizar aqueles empreendedores que acreditam, estão fazendo a diferença, criam oportunidades para que possam ter condições tributárias de financiamento, de incentivo à inovação que nos permitam romper essa situação de risco ao nosso agronegócio pela dependência e pela falta de competitividade que teremos aqui enquanto não aprovarmos medidas como o Profert, do Senador Laércio Oliveira.

Parabéns ao Senado! Parabéns a todos os senhores envolvidos nesta questão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço ao Deputado Arnaldo Jardim pela exposição e por sua competência, na certeza de que terá a contribuir muito para esse debate na Câmara dos Deputados também.

Concedo a palavra ao Sr. Rodolfo Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, pelo prazo de até dez minutos.

O SR. RODOLFO SABOIA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito boa tarde!

Gostaria inicialmente de saudar o Presidente da mesa, S. Exa. o Senador Eduardo Gomes. Saúdo também o Senador Laércio Oliveira, requerente desta sessão, a quem agradeço pelo convite; o Senador Angelo Coronel; o Sr. Deputado Federal Arnaldo Jardim; e também o Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Walton Alencar, aqui presente também na mesa. Gostaria de saudar também todas as Sras. e Srs. Senadores, demais participantes desta audiência e todo público que nos assiste.

O papel da ANP toca as discussões de hoje, pois a competência da agência nesse aspecto se dá pela regulação do gás natural, que, como sabemos, é um insumo importante para a produção de fertilizantes. Ocorre que a legislação não prevê a regulação sobre o preço da molécula do gás natural, de modo que não é possível para a ANP estabelecer preços diferenciados por setor produtivo, ou seja, a ANP não tem meios de garantir preços mais baixos especificamente para a indústria de fertilizantes.

Por outro lado, a legislação recentemente aprovada sobre essa matéria está trazendo pela primeira vez a abertura do mercado de gás natural e, nisso, a ANP tem um papel preponderante. O sentido geral desse mercado aberto é estimular o aumento da oferta de gás por produtores e importadores e, fundamentalmente, a competição entre os agentes, o que se reflete nos preços praticados não apenas



para setores específicos, mas para toda a sociedade. Nesse sentido, temos verificado um avanço muito significativo e obtido resultados ainda incipientes, mas já relevantes.

A evolução do mercado de gás natural pode ser observada sob a ótica do número de contratos firmados no setor. Durante todo o ano de 2020, foram assinados 11 contratos de transporte e 82 de comercialização. Já no ano passado, foram 137 contratos de transporte e 211 contratos de comercialização.

Também na prática, essa maior atividade do mercado, com mais agentes atuando e mais competição, tem gerado resultados palpáveis para a sociedade. No ano passado, por exemplo, a companhia distribuidora de gás canalizado do Estado do Rio Grande do Norte reduziu em 10% os preços praticados aos seus consumidores, incluindo indústrias e residências. Isso aconteceu justamente em um momento de alta do preço internacional do gás canalizado em outros estados e só foi possível em função da diversificação de supridores resultantes desse novo mercado que está em pleno desenvolvimento.

Outro exemplo nesse sentido foi o da distribuidora de gás do Estado da Bahia, que também diversificou suas fontes de suprimento e, com isso, reduziu o preço do gás canalizado em cerca de 5% no ano passado e 10% neste ano. Na média, o preço praticado pelos produtores independentes do mercado não térmico foi 17% inferior ao do agente incumbente.

Paralelamente, a contratação direta entre distribuidoras e produtores independentes também se reflete em aumento da atratividade para atividade de exploração e produção de gás natural, ou seja, esses produtores que agora comercializam diretamente com distribuidoras e outros consumidores conseguem praticar preços mais competitivos e, ainda assim, obter melhor resultado financeiro pela sua produção, o que lhes estimula a investir para produzir cada vez mais, criando um círculo virtuoso.

Atualmente a produção de gás natural é de cerca de 145 milhões de metros cúbicos por dia. Desse total, reinjetamos em torno de 75 milhões de metros cúbicos, consumimos 15 milhões nas próprias instalações de produção e queimamos 4 milhões. Assim, são cerca de 51 milhões de metros cúbicos por dia disponíveis no mercado, entretanto, temos a previsão de entrada de grandes volumes de gás nos próximos anos, em função de três projetos muito relevantes. O primeiro é o Rota 3, que é um duto que vai ampliar a capacidade de escoamento do gás do pré-sal; o segundo é o BM-C-33, que é uma área do pré-sal que vai receber investimento de cerca de US\$9 bilhões e vai produzir gás natural; e o terceiro são duas unidades de produção em Sergipe que também serão foco na produção de gás natural. Combinados, esses projetos deverão aumentar em 50 milhões de metros cúbicos a capacidade de oferta de gás ao mercado brasileiro. *Grosso modo*, isso significa cerca de até 70% de incremento na oferta de gás no Brasil, o que também deve resultar em preços mais competitivos para os consumidores.

A agenda da ANP para a regulação do gás natural ainda é muito robusta, pois a reforma do mercado é um processo complexo e gradual, mas eu posso assegurar aqui que a agência seguirá atuando fortemente para promover o aumento da oferta de gás natural a preços competitivos em um mercado aberto, dinâmico e líquido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Quero agradecer ao nosso Presidente Rodolfo Saboia.

Quero, antes de anunciar o próximo orador, registrar aqui a presença do Senador Mauro Carvalho, que fará uso da palavra em seguida, representante do Mato Grosso, nosso querido Senador que assumiu ontem a cadeira, por um período, do nosso Líder Wellington Fagundes, grande amigo, a quem a gente deseja breve recuperação. E sucesso ao Senador Mauro Carvalho.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Bruno Santos Abreu Caligaris, Coordenador-Geral das Indústrias de Química e Petroquímica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,



pelo prazo de até dez minutos.

O SR. BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Presidente, Senador Eduardo Gomes, é uma satisfação estar aqui presente. Agradeço ao Senador Laércio Oliveira pelo convite, é um prazer estar aqui novamente com o senhor, retornar à Casa. Cumprimento também o Senador Mauro Carvalho; o Ministro Walton Rodrigues, do TCU; o Deputado Arnaldo Jardim; o Senador Angelo Coronel também; os meus colegas de Governo – vejo aqui o Diretor Rodolfo Saboia, da ANP; o Secretário Vitor Saback, de Minas e Energia; o Artur Watt, Diretor de Gás Natural também do MME; o querido José Polidoro, agora Assessor Especial do Mapa. Cumprimento também o Marcelo Menezes, de Sergipe, representando o estado, muito importante nas nossas discussões do Plano Nacional de Fertilizantes; e os representantes aqui da sociedade civil, das associações: o Roberto Levrero, da Abisolo; o Bernardo Silva, da Sinprifert; o Ricardo Tortorella, da Anda; o Antonino Gomes, da Ama Brasil; e todos os demais. É uma satisfação estar aqui.

Os oradores que me antecederam me facilitaram muito, e eu sei que os que virão adiante também vão fazer bons diagnósticos sobre o setor como um todo e as medidas que precisam ser tomadas para enfrentar essa situação.

Gostaria de render minhas homenagens pessoais ao já saudoso Ministro Alysson Paolinelli, que me deu a honra de, há alguns anos, participar da minha banca de mestrado, quando nós pudemos discutir justamente a interligação entre segurança alimentar, fertilizantes, vulnerabilidade e defesa nacional. Neste momento – a discussão é de alguns anos atrás, mas é bem atual –, o mundo conturbado passa por alguns rearranjos, seja da ordem geopolítica, financeira, comercial, seja da ótica ambiental.

E aqui eu quero destacar a importância da sustentabilidade na agenda global, o que confere ao Brasil uma oportunidade de salto de desenvolvimento como há muito tempo não víamos. Nenhum país no mundo conseguiu se tornar desenvolvido sem criar o seu próprio caminho, por meio de um salto de desenvolvimento. Precisamos deixar de ser *path dependent* e criar o nosso próprio caminho, é assim que os outros países conseguiram fazer esse salto, e a ascensão dessa agenda de sustentabilidade é uma janela de oportunidade para a gente poder fazer esse salto.

Quando somos apenas passageiros nas importantes decisões do mundo, o nosso contexto, as nossas forças, os nossos potenciais não são necessariamente considerados, e, assim, as nossas possibilidades futuras são restritas às decisões passadas e tomadas por outros agentes. O Brasil precisa estar na cabeceira da mesa que apontará os caminhos relacionados à sustentabilidade; afinal, somos uma potência ambiental. E, por também sermos uma potência agroalimentar, uma potência mineral e termos reserva de gás natural, nós podemos liderar essa agenda como ninguém, abarcando e, principalmente, correlacionando essas potencialidades entre si.

A indústria brasileira de insumos agrícolas tem um papel estratégico para concatenar todas essas potencialidades. O Estado Brasileiro, por sua vez, precisa dar as condições para essa indústria nacional de insumos fazer o *catch-up* tecnológico, mas em bases sustentáveis, justamente para a nossa agricultura tropical. É isso que o Vice-Presidente e Ministro Alckmin e o Secretário Uallace Moreira chamam de neoindustrialização. Hoje, pela manhã, tivemos a primeira reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, justamente apontando os caminhos e as bases para a neoindustrialização.

Os Srs. Senadores disseram que somos dependentes mais de 80% de fertilizantes importados, mas pior do que isso, somos dependentes de praticamente 100% da tecnologia de fertilidade do solo. Os fertilizantes foram criados para outros ambientes, para outros solos, para outros regimes pluviométricos e não para as nossas condições.

Então, a gente precisa transformar essa cadeia, adequar essa cadeia para a nossa realidade tropical.



Nós temos as condições para inovar, de tropicalizar os insumos de nutrição de plantas com base em preceitos sustentáveis, fazendo justamente o *catch up* tecnológico, promovendo adensamento produtivo aqui no Brasil, desenvolvendo nosso país em termos econômicos, sociais e ambientais e dando condições para o nosso agronegócio ser ainda mais produtivo e ainda mais sustentável.

Investir na produção nacional de fertilizantes e nutrição de plantas é uma forma de adensar produtividade à forte agropecuária do Brasil, de transbordar seus efeitos econômicos para além da fazenda, ajudando ainda mais o Brasil a se desenvolver.

É possível que neste ano tenhamos uma safra recorde. E é importante lembrar que essa safra foi plantada sob o temor de falta de fertilizantes, daí a estratégia do setor. Superar esse desafio só foi possível pela integração e colaboração de vários dos senhores aqui presentes, por meio do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas. O Confert reúne, além do Governo, os setores produtivos de fertilizantes, setores de inovação, academia, agricultores, indústria, distribuidores, misturadores, entre outros.

Como uma espécie de fundador do Confert e representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, aliás, o Vice-Presidente e Ministro Alckmin é o Presidente do Confert, conto com a colaboração de todos os senhores para levarmos o conselho adiante e para sermos a vanguarda da neoindustrialização no país.

Voltando ao Alysson Paolinelli, ele e tantos outros fizeram uma verdadeira revolução no campo brasileiro 50 anos atrás. Nós temos a oportunidade de fazer uma nova revolução, dessa vez por meio dos insumos justamente para o campo.

Obrigado. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço o Dr. Bruno Caligaris.

Passo a palavra nesse momento ao Exmo. Sr. Senador Mauro Carvalho, Senador pelo Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até dez minutos.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Boa tarde a todos. Agradeço a Deus por mais essa oportunidade de estar aqui no Senado Federal.

Agradeço o nosso Senador Presidente hoje, Eduardo Gomes; o nosso Presidente requerente desta sessão, o Sr. Senador Laércio Oliveira.

Agradeço a presença do Ministro Walton Rodrigues, do Tribunal de Contas da União, e aproveito para parabenizá-lo pela decisão unânime ontem do Tribunal de Contas da União anulando a concessão do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, num ato realmente que tem muito valor para o Estado de Mato Grosso.

O Governador Mauro Mendes agradece por essa decisão responsável, que encontrou realmente irregularidades no edital e cancelou a concessão do Parque Nacional. Um ganho muito grande para Mato Grosso e para o Brasil.

Saúdo aqui, mas acho que acabou de sair, meu amigo, o Deputado Federal Arnaldo Jardim; o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural, Sr. Rodolfo Saboia; o Secretário-Executivo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcelo Menezes.

Represento o Estado de Mato Grosso e, se fôssemos um país, seríamos o terceiro maior produtor de grãos do mundo. E o Brasil hoje é o maior produtor de soja do mundo.

Acabei, há pouco, uns minutos atrás, conversando com meu amigo, ex-Governador, ex-Ministro da Agricultura, ex-Senador da República Blairo Maggi. E sempre no debate, porque eu ocupei, até a semana passada, a Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Mato Grosso. E me preocupa muito o setor



do agro, que tem que estar muito unido, porque nós temos hoje, no nosso país, a nossa reforma tributária, que interferirá na vida de todos nós brasileiros e principalmente no agronegócio.

Preocupa-me muito que no texto apresentado na Câmara Federal, nós praticamente eliminamos os nossos convênios e os nossos incentivos. E com isso, um grande convênio, que é o Convênio 100, que realmente desonera todos os impostos, acaba sendo eliminado. E aí, nós vamos ter a taxação de toda a nossa importação. Isso fará com que o país perca a sua competitividade, onere a produção de todos, independentemente do seu tamanho, pequeno, médio ou grande, e vai gerar realmente, para um país produtor como é o Brasil, grandes consequências.

Então temos que trabalhar unidos na reforma tributária, porque hoje o Brasil produz apenas 10% do cloreto de potássio produzido no país, no Estado de Sergipe. Temos aí grandes entraves ambientais para a produção de cloreto de potássio no Brasil. De novo, de novo os problemas ambientais travam o desenvolvimento do nosso país.

Temos inúmeros potenciais de minas de calcário, de cloreto de potássio, como foi amplamente discutido agora, no mês passado, no país, e não conseguimos a liberação e ficamos com uma insegurança jurídica muito grande para todos nós produtores.

Então realmente eu aqui, representando o Senado Federal e defendendo o meu Estado do Mato Grosso, estou defendendo o Brasil e defendo com unhas e dentes toda a cadeia do setor produtivo, independentemente do seu tamanho, porque quando a gente fala de setor produtivo, o Mato Grosso tem uma grande agricultura familiar, que gera muito emprego, muita renda, e nós precisamos proteger esses pequenos, que são pouco representados, têm pouca representação aqui no Senado e na Câmara Federal.

Então, Sr. Presidente, Senador que toma posse agora, Laércio, conte com o meu trabalho, com a minha dedicação, com muita responsabilidade, com muita humildade para defender os interesses do agronegócio no Brasil, independentemente do seu tamanho. Eu defendo a nossa produção e vou defender sempre aqui no Senado Federal.

Muito obrigado a todos e contem comigo. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Mauro Carvalho Junior, o Sr. Eduardo Gomes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Laércio Oliveira.)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Agradeço o meu colega, Senador Mauro Carvalho Junior.

Seja muito bem-vindo aqui à nossa Casa!

Certamente, a sua experiência vai contribuir muito para a melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos aqui no Senado.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Eu queria convidar e conceder a palavra, neste momento, ao Sr. Vitor Eduardo de Almeida Saback, Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Queria aproveitar, enquanto o Vitor chega à tribuna, para cumprimentar e registrar a presença de Alexsandro Nascimento, que é Presidente da Câmara Municipal do Município de Capela, em Sergipe; de Toninho Arimatéa, que é Vice-Prefeito de Capela; e de Rodrigo Sobral, que é Vice-Prefeito de General Maynard e Secretário de Obras do Município de Capela. Sejam todos muito bem-vindos aqui ao nosso debate!

Com a palavra Vitor Eduardo.

Seja muito bem-vindo, Vitor! E obrigado por sua presença.

O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK (Para exposição de convidado.) –



Obrigado, Presidente, Senador Laércio Oliveira, a quem agradeço pelo convite em nome do Ministro Alexandre Silveira.

Eu quero saudar, também, o Ministro Walton, os Senadores presentes, em nome do nosso Senador Eduardo Gomes.

Saúdo os demais membros da Mesa e aqueles que estão nos acompanhando.

Bom, é com muita honra que eu participo, em nome do Ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira, de um momento especial para avançar com o nosso compromisso de promover a segurança alimentar no nosso país.

O Ministro sempre menciona que o Ministério de Minas e Energia tem dois grandes eixos: a transição energética e a segurança alimentar. E, dessa forma, ele tem norteado todo o nosso trabalho. E, por ser um dos eixos, é uma alegria participar desta sessão de debates temáticos, cujo tema central são os fertilizantes, uma pauta fundamental para nossa agroindústria nacional.

O Brasil é um país essencialmente agrícola – 21% do PIB é representado pelo agronegócio brasileiro. E, para colocar a importância da produtividade dos fertilizantes nesse processo, eu lembro que, na década de 70 – talvez, o meu colega do Mapa vá reforçar isso –, na década de 70, a produção por hectare era de cerca de 600kg de grãos. E, hoje, o Mapa já diz que a gente vai superar a marca de 3,5 toneladas por hectare plantado.

A competitividade do Brasil está associada ao aumento da produtividade. A gente fala isso agora, está acontecendo isso agora, e a gente fala de futuro também. Nos próximos 30 anos, a FAO diz que a oferta de alimentos precisará crescer cerca de 60%.

Então, essas mesmas entidades mostram que é possível alimentar o mundo sem desmatar, sem derrubar mais nenhum hectare de árvore. Como? Por meio da produtividade. E aí vêm os fertilizantes.

Bom, os fertilizantes, também conhecidos como NPK – nitrogênio, fosfato e potássio –, têm esse propósito de aumentar a produtividade agrícola. São necessários para o desenvolvimento das culturas. O Brasil importa cerca de 80%, 85% do volume consumido anualmente de fertilizantes.

Tem importação de cerca de 90% de nitrogênio, 72% de fósforo e 96% de potássio. Mas a gente vai quebrar um pouquinho esses números, afinal de contas, o Ministério de Minas e Energia é onde se encontra... Quando a gente fala de gás natural, potássio e fosfato, a gente está falando do Ministério que tem responsabilidade sobre essa política do gás e do setor mineral.

Quanto ao nitrogênio, a necessidade de nitrogênio contido hoje é de algo como 6 milhões de toneladas presentes na amônia e ureia, oriundos do gás. Então, 90%, como já mencionados, estão sendo importados da China, Rússia, Omã, Catar, Nigéria, entre outros. E do potássio, no qual eu vou me deter – potássio e fosfato – a nossa dependência é muito grande, nós precisamos de 7 milhões de toneladas por ano. E o Brasil consome quase 20% da produção mundial; esses 7 milhões de toneladas por ano são quase 20% da produção mundial. De toda a produção brasileira, incríveis 4%, infelizmente, Senador Laércio, vêm do Estado do senhor, de Sergipe, e está sendo produzida pela bacia sedimentar de Sergipe, pelo projeto Taquari-Vassouras, da Mosaic. Os outros 96% são importados – 96% são importados, quando a gente tem hoje potencial de reservas comprovadas. A gente deve ter algo como 5 bilhões, 4 a 5 bilhões de toneladas já comprovadas, de reservas comprovadas no país.

Posso citar, por exemplo, como um grande projeto que vai suprir cerca de 25% da demanda nacional, o Projeto Autazes, no Estado do Amazonas. Esse único projeto seria capaz de suprir 25% da demanda nacional. Passaríamos de uma dependência de algo como 4%, 5% para uma dependência de 70%; quer dizer, supriria tudo isso.

Quanto ao fosfato, o Brasil precisa de 6 milhões de toneladas/ano e consome 12,5% da produção mundial. A produção está em Araxá, na Bahia. Ela está em Araxá, em Minas, em Catalão, na Bahia, em



São Paulo e em Mato Grosso do Sul. E a gente tem um projeto importante que precisa ser pensado, que é o Projeto Santa Quitéria, hoje no Ceará, que pode suprir algo como 15% da demanda nacional.

O Ministério de Minas e Energia, Presidente, está trabalhando com afinco para aumentar a nossa capacidade produtiva, para aumentar os insumos, para aumentar a produção de fertilizantes fosfáticos, potássicos e nitrogenados, assim como... e por isso ele tem traçado uma série de políticas. Estamos trabalhando porque temos um potencial geológico favorável à expansão das reservas de fosfato, potássio e, inclusive, remineralizadores, que eu não poderia deixar de mencionar, o nosso famoso pó de rocha, responsável... Para quem não conhece, o pó de rocha é hoje rochas de que podemos extrair 9% de teor: potássio, fosfato, magnésio e cálcio. E nós temos que mencionar também essa importância que vai contribuir, sim, para a nossa agroindústria.

Sobre potássio, nós temos, como eu mencionei, uma grande bacia sedimentar, temos duas grandes, uma em Sergipe e outra no Amazonas. Temos que fazer um grande debate nacional sobre a forma de se utilizar e a necessidade de se utilizar tais recursos naturais, recursos e bens da União que estão disponíveis para o nosso país.

O ministério vem desenvolvendo e procurando destravar alguns gargalos, e eu vou mencionar alguns deles. Destravar algumas áreas cujos direitos minerários não estão sendo explorados: a gente tem, por exemplo, a carnalita lá no Estado de Sergipe. A gente tem condições de fazer novas pesquisas, com financiamento público e privado, para pesquisa mineral, para achar novas fontes de potássio e fosfato. Nós precisamos, sim, identificar novas rotas tecnológicas para utilização dos nossos insumos minerais para torná-los economicamente viáveis; o apoio à implantação de projetos de expansão como, por exemplo, Autazes, Santa Quitéria, o projeto de Três Estradas, no Rio Grande do Sul, e um apoio à regulação do setor para diminuir os prazos para obtenção do direito mineral – hoje a gente tem incríveis 4.321 requerimentos na Agência Nacional de Mineração, aguardando aprovação! Então, tudo isso são ações para nós destravarmos no âmbito do setor mineral para potássio e fosfato.

Vou deixar com o meu colega, o Marcello Weydt, a questão do gás, mas não sei antes, em nome do Ministro Alexandre Silveira, agradecer pela oportunidade de estarmos aqui debatendo o assunto, um dos eixos de trabalho do Ministério de Minas e Energia.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Concedo a palavra ao Sr. Marcello Weydt, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia.

Por favor, seja bem-vindo, Marcello. Muito obrigado. A Casa é sua.

O SR. MARCELLO WEYDT (Para exposição de convidado.) – Obrigado.

Boa tarde a todos. Meu nome é Marcello Weydt, sou Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia.

Na pessoa do Senador Laércio, cumprimento a todos por discutir um tema tão importante para o país, o setor de fertilizantes, que foi ilustremente explanado pelo Secretário Vitor Saback.

Em conjunto com o setor dos fertilizantes, nós temos o setor de gás natural. O Programa Gás para Empregar está sendo construído com 13 órgãos e empresas públicas e está sendo liderado pelo Ministério de Minas e Energia. Então, ele está sendo construído com o Ministério da Fazenda, Mdic, Mapa, Casa Civil e diversos outros ministérios e empresas públicas.

Um fato que nós não podemos negar é que existe gás natural no Brasil. O dado apresentado pelo Diretor Saboia na apresentação que antecedeu indica que, agora, em maio de 2023, nós tivemos uma produção de 144 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, sendo que 75 milhões de metros cúbicos por dia, ou apenas 52%, que é um número muito expressivo, foram reinjetados e apenas 35% desses 144



foram disponibilizados ao mercado.

Em análise preliminar, entendemos que aproximadamente 36 milhões de metros cúbicos são reinjetados por razões econômicas dos agentes do setor. Desse número, estão excluídas a reinjeção associada ao gás carbônico e a recuperação secundária.

Segundo o Plano Decenal de Expansão da Energia da EPE, se mantidos os planos e as políticas atuais, em 2032 o Brasil produzirá 323 milhões de metros cúbicos por dia e somente ofertará ao mercado 86 milhões, ou seja, apenas 26%. Para fins ilustrativos, uma oferta de apenas 11 milhões de metros cúbicos de gás natural para o mercado doméstico de fertilizantes nitrogenados, que facilmente poderia ser atingido com pequenas reduções de reinjeção, têm um potencial de atender 75% da demanda interna de produtos nitrogenados.

Bom, nesse sentido, está sendo desenhado o Programa Gás para Empregar. Durante o programa, analisaremos profundamente os dados de produção de reinjeção, as condições técnicas dos reservatórios, as características técnicas e operacionais dessas plataformas. Além disso, o programa também discutirá medidas efetivas para o acesso às infraestruturas essenciais de escoamento, processamento, transporte, terminais, e todas associadas à distribuição de gás natural.

Conforme diversos estudos setoriais concluíram, o compartilhamento é a solução. O principal estudo setorial foi desenvolvido pela PPSA, EPE, MME, ANP e o BNDES, que é o estudo sobre aproveitamento do gás natural para o pré-sal, em que foi dada essa conclusão essencial do compartilhamento dessas infras.

Cabe destacar que a atual prática de que cada agente concessionário deve construir uma infraestrutura própria e dedicada para o seu campo acabou por dificultar a oferta de gás natural pelos produtores nacionais, tendo em vista o elevado valor de investimento requerido para desenvolver uma infraestrutura específica para cada campo, assim reduzindo o VPL dos projetos, tomado a decisão de reinjetar esse gás nacional.

Por meio do GTGE, observaremos a prática do benefício econômico desse dimensionamento compartilhado de uma infraestrutura, que proporciona elevados ganhos de escala, bem como o compartilhamento desses custos entre esses agentes ou o desenvolvimento de modelos de negócios específicos. Entendemos que o modelo de compartilhamento e de processamento irá promover a eficiência econômica para proporcionar um menor custo de produção de gás natural no Brasil, seja um investimento realizado por um terceiro interessado, seja esse investimento compartilhado e os custos distribuídos entre os produtores de gás nacional.

Entendemos que com o conjunto de medidas, sob a ótica da oferta de gás natural, teremos a formação de preços internos competitivos e concorrência entre esses produtores nacionais, que conseguirão chegar ao mercado nacional por meio do acesso a essas infraestruturas, proporcionando assim uma oferta aos consumidores, seja o setor industrial, seja o setor de produção de fertilizantes, automobilístico, e por aí vai.

Falando disso tudo, não podemos nos esquecer de um ponto focal do projeto da resolução do CNPE que é a ampliação da atuação da PPSA nesse setor para o desenvolvimento de políticas e consecução de medidas específicas. Desta forma, entendemos que atingiremos o objetivo do programa, que é de suma importância para o Brasil, passando pela reindustrialização e pelo desenvolvimento do setor de fertilizantes, preservando aí a competitividade do Brasil no setor alimentar mundial. E assim, por fim, gerando emprego e renda dentro do nosso país. Por fim, agradeço o convite, em nome do Ministro Alexandre. Agradeço o convite e a oportunidade de dialogar nesta Casa sobre esses aspectos minerais, abordados pelo nosso secretário Vitor, e energéticos, conduzidos até agora.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Concedo a palavra ao Sr. José Polidoro, assessor especial do Ministério da Agricultura, Pecuária e



Abastecimento.

Dentre os ilustres convidados, antes da palavra de José Polidoro, eu quero registrar, dentre todos que são muito bem-vindos, uma figura ilustre no nosso Plenário, um grande sergipano chamado Dr. Eduardo Barreto, Diretor da Unigel, que veio participar conosco.

Seja muito bem-vindo, Dr. Eduardo. É sempre uma honra muito grande poder cumprimentá-lo.

Com a palavra, José Polidoro.

O SR. JOSÉ POLIDORO (Para exposição de convidado.) – Senhoras e senhores, boa tarde.

É uma honra representar o Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, nesta sessão de um assunto estratégico de soberania nacional para o Brasil.

Eu quero cumprimentar primeiramente o Presidente da sessão, o Senador Laércio Oliveira, que tanto contribui para o nosso setor; também o Ministro Walton Alencar; o Presidente da ANP, Rodolfo Saboia; o Senador Mauro Carvalho; o Senador Angelo Coronel, que já não está aqui conosco; e o Senador Eduardo Gomes, que tem a grande missão da relatoria do Projeto de Lei 699, do Profert.

Eu gostaria também, mesmo não estando mais aqui, saudar o Deputado Arnaldo Jardim e aproveitar para dizer que nós, que trabalhamos no setor, nos sentimos bastante seguros ao ter dois membros – um aqui no Senado, que é o Senador Laércio Oliveira, e outro na Câmara dos Deputados, que é o Deputado Arnaldo Jardim – que têm essa pauta tão importante para o Brasil como prioridade nas suas ações. Quero profundamente dizer que vocês estão dando uma grande contribuição para o país.

Bom, nós todos sabemos que o Brasil produz alimentos e outros produtos da agropecuária suficientes para os agora 203 milhões de habitantes brasileiros, mas, numa estatística conservadora, nós ainda ajudamos 600 milhões de pessoas em mais de 150 países para garantir a sua segurança alimentar. E a FAO demandou de forma autônoma ao Brasil, em 2017, que em 2027 nós aumentássemos a nossa produção de alimentos em 41%. O país mais próximo disso era a China, que deveria aumentar em 15%, para que as demandas da população mundial fossem atendidas e nós minimizássemos a insegurança alimentar por oferta de alimentos.

Muito bem, o Brasil tem feito isso com muita categoria e muita competência e muita tecnologia, haja vista que hoje, neste ano de 2022-2023, a estimativa do valor da safra agrícola brasileira passou de R\$1,3 trilhão. Esse é o tamanho do recurso que a sociedade brasileira recebe no seu PIB por essa atividade tão importante quanto ela é.

Agora, eu, com meus 20 anos de pesquisador da Embrapa, especialista na área de fertilizantes e solos, garanto a vocês que, sem fertilizantes, nada disso teria acontecido no país, sobretudo nos últimos 20 anos, como foi mencionado aqui pelo Vitor Saback. O nosso ganho de produtividade não aconteceria, mesmo tendo avanços em tecnologia genética, em controle das condições climáticas, sem o uso maciço de fertilizantes.

É interessante porque o Brasil, neste caso, passa a ser visto como um gigante de pés de barro, porque nós somos o único país do mundo, dos grandes *players* em produção de alimento, que tem solos pobres em nutrientes. É por isso que nós precisamos de fertilizantes em todas as safras, em todos os tipos de agricultura, seja familiar, seja empresarial. Ao termos essa necessidade de fertilizantes, nós não poderíamos estar importando quase 90%, como digo aqui pelos colegas, dos fertilizantes e mais de 90% das tecnologias.

Bom, e esse aviso foi dado há mais de 20 anos, com vários sinais. A crise que nós passamos há dois anos aconteceu em 2008, a crise de preços. E nós não tivemos uma política pública instalada. Como disse o Deputado Arnaldo Jardim, o último Plano Nacional de Fertilizantes foi na década de 80. Então, por isso esta matéria vem aqui para o Senado Federal.

O Plano Nacional de Fertilizantes é algo que nós temos que considerar como uma ação público-privada



histórica para o Brasil, histórica porque mostra como se deve conduzir um assunto estratégico, como se devem unir os poderes, unir a cadeia e transformar isso em metas e ações muito claras.

Eu vou citar algumas delas aqui, para deixar bem claro que o assunto “fertilizantes” é algo como entender que um avião não cai por um motivo só; são vários defeitos que se vão somando até o avião cair. É o caso nosso.

Por exemplo, em ciência, tecnologia e inovação: bom, nós temos inúmeras instituições públicas e privadas de ciência e tecnologia nesta área. Por que importamos 90% das tecnologias de fertilizantes? É porque nós não tínhamos uma política clara que estimulasse esse setor.

Para se ter uma ideia do que significa isso, um dos temas para ajudarmos a sair dessa dependência é aumentar a produção de fertilizantes orgânicos e organominerais. Muito bem. Nós produzimos em torno de dois milhões de toneladas, não é, Roberto Levrero, da Abisol? Nós poderíamos estar produzindo 20 milhões de toneladas, usando apenas os resíduos da agropecuária. Disso, nós temos tecnologia no Brasil. Vinte milhões de toneladas abasteceriam aproximadamente 30% do mercado nacional com tecnologia brasileira, usando resíduos, transformando isso tudo em descarbonização da agricultura.

Se nós falarmos de gás natural, eu quero só citar uma coisa muito clara aqui. Os especialistas da ANP, da EPE e também do mercado nos colocam: quanto de gás natural nós estamos falando para instalarmos as cinco plantas de fertilizantes que estão previstas no Plano Nacional de Fertilizantes, para transformar a nossa dependência externa, em 2050, para em torno de 50%, 60%? São cinco plantas. Quanto de gás? Não dá 15% da produção atual de gás natural.

Então, por que não se entende que uma política de preços específica para essa indústria do gás natural não seja razoável?

Há de se ter um esforço mesmo, um debate, como já foi colocado aqui, para que isso seja colocado como um caso de segurança nacional e soberania nacional, porque nós temos aí uma indústria nacional passando essa situação que já foi relatada aqui pelo Deputado Arnaldo Jardim.

Muito bem. Além disso, não basta só o preço do gás natural, porque nós temos menos gasoduto do que a Argentina. Certo? Nós temos menos malha de gasoduto do que um país como a Argentina ao nosso lado. Nós precisamos também de infraestrutura. Por isso é que um dos pilares do Plano Nacional de Fertilizantes é criar uma infraestrutura e logística dedicada a esse setor, dedicada ao setor.

Quando nós falamos, por exemplo, da parte de tributação, em 1997, nós criamos o Convênio 100 Confaz, que isentou os produtos importados, os fertilizantes importados de tributos. O.k.? Tudo bem. Era uma medida paliativa, porque o Brasil explodia em produtos de fertilizantes. Durou 20 anos. Agora nós temos um convênio com o Confaz Convênio ICMS nº 26, de 2021, que até hoje não causa os efeitos imediatos que poderia causar, porque a regulamentação necessita de um novo pacto entre os estados.

Os nossos colegas do setor aqui explicam muito bem que é uma medida superimportante para causar isonomia tributária entre o fertilizante nacional e o importado, porque nós ganhamos, em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à logística de produzir aqui no país. Então, isso tem que ser tratado de uma maneira muito clara. Por quê? Esse fato deixou o país com uma desindustrialização desse setor, que diminuiu 30% nos últimos 20 anos. Então, eu acho que esses são pontos importantes.

A outra coisa, Senador Laércio, o senhor era Deputado quando propôs o Projeto de Lei 3.507, que é o Profert. Agora, como Senador, novamente, faz esse compromisso com o setor de fertilizantes. Ora, há necessidade de nós termos essa matéria tratada imediatamente, porque esse destrave para impulsionar o investimento faz com que, das dez maiores empresas de fertilizantes do mundo, apenas três estão aqui no Brasil, heroicamente, heroicamente.

(Soa a campainha.)



O SR. JOSÉ POLIDORO – Que elas olhem para o Brasil como um ambiente de negócios mais favoráveis para os investimentos, senão vai continuar mais barato e mais adequado exportar fertilizante para o Brasil, com essa logística complexa, chegando a mais de 70% dos fertilizantes em dois portos, praticamente, onde pelo menos 50% do custo do fertilizante vira logística. Isso é pouco pensável num país que quer ser protagonista num setor como o agronegócio para o futuro.

Um outro ponto que já foi tocado aqui pelo colega Vitor Saback do Ministério de Minas e Energia é que nós temos uma complexidade burocrática, mas que é regulamentada para poder conduzir o processo, o investimento no setor de fertilizantes. Eu tenho que licenciar na área de mineração para fazer pesquisa mineral, depois para explorar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ POLIDORO – ... depois para licenciamento ambiental, depois no Ministério da Agricultura para funcionar, e assim vai. E nós temos o projeto de Autazes, potássio – e já foi dito aqui o tamanho da reserva –, judicializado. Será que nós temos que continuar com esse tipo de estratégia de governança no país?

Autazes é uma questão de tomada de decisão do poder público e privado em parceria. Nós não devemos entender que um arraste judicial de um investimento que pode ser descontinuado no país é bom para o país. O país pode decidir não produzir potássio na Amazônia por razões estratégicas, mas ele tem que decidir isso.

Então, eu quero terminar aqui a minha fala dizendo que, além de tudo isso, os fertilizantes são mais importantes do que o PIB brasileiro para a exportação. Nós fizemos uma análise...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ POLIDORO – ... dos dados do IBGE, do censo de 2017, e lá diz que 80% da agricultura familiar não usa calcário, muito menos fertilizantes. E onde está essa agricultura familiar? Nos estados que produzem a cesta básica. Se nós queremos realmente desonerar o preço dos alimentos... tudo bem que a alíquota zero é um caminho tributário, mas nós, ao fazermos uma programação clara, para que os produtores rurais que têm baixíssima produtividade no Brasil usem fertilizantes e corretivos, principalmente com tecnologia nacional, como os bioinsumos, como os fertilizantes organominerais, nós vamos aumentar a produtividade e diminuir a pressão da inflação sobre a cesta básica para o brasileiro.

Senador Laércio, muito obrigado. Mais uma vez, em nome do Ministro Fávaro, eu agradeço profundamente.

Contem com a Embrapa, contem com o Ministério da Agricultura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ POLIDORO – ... porque os próximos 28 anos são um caminho muito longo, mas promissor para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Muito bem.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Bernardo Silva, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes (Sinprifert).

Muito bem-vindo, Bernardo.

A palavra, com você.

O SR. BERNARDO SILVA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.



Agradeço imensamente o convite para a gente estar aqui presente, falar um pouquinho sobre um assunto que é tão estratégico para o país.

Em especial, eu gostaria de agradecer o convite do Presidente da mesa, o Senador Laércio Oliveira, que muito tem feito pelo setor, fomentando o debate; gostaria de saudar os demais participantes e Senadores, integrantes do setor privado, autoridades do setor público.

Agradeço aqui a oportunidade para a gente falar um pouquinho.

Eu represento o setor produtivo nacional de fertilizantes. O Sinprifert, hoje, representa mais ou menos 95% da produção nacional de NPK. São empresas de mineração, indústrias químicas brasileiras que investiram, ao longo desses últimos cinco anos apenas, mais de US\$5 bilhões, de norte a sul no país, trazendo renda, trazendo divisas para o país e oferecendo 100% dessa produção para a agricultura nacional.

Eu trouxe aqui alguns eslaides, eu não sei se está... Pronto.

Eu trouxe aqui alguns eslaides, mas eu queria começar com esse eslaide que mostra um pouco da complexidade do setor de fertilizantes. Muito se tem falado de gás natural, um pouco de potássio, fosfato, mas o que isso significa na realidade? São diferentes elos que compõem uma cadeia, que oferecem, hoje, mais ou menos 42 milhões de toneladas.

O Brasil consome esse produto, de que 90% é importado. O Brasil, hoje, produz mais ou menos 7 milhões de toneladas de um insumo que é, talvez, o maior contribuidor para a produtividade do agro nacional.

Eu sempre repito que, se o agro nacional é o motor econômico do país, o fertilizante é o seu combustível. Sem fertilizante, a gente corre o risco bastante significativo de ver essa locomotiva parar. Então, a gente tem que tratar, como disseram vários colegas que me antecederam, esse assunto de uma forma estratégica e de soberania nacional.

O setor do agronegócio brasileiro é extremamente suscetível a uma flutuação de preços internacionais, de crises geopolíticas, e a gente tem que corrigir esse erro, e agradeço, portanto, a oportunidade de a gente discutir um pouquinho esse assunto aqui.

Esse assunto não é exclusivo para o país. Se a gente olhar o que está acontecendo no mundo, todos os grandes produtores agrícolas estão fazendo o seu plano nacional de fertilizante ou estão adotando políticas estratégicas para garantir que suas economias, que seus agricultores tenham acesso ao fertilizante de uma forma adequada e a custo o mais barato possível, bastante acessível.

Nenhum outro país grande produtor agrícola tem tamanha dependência. Se a gente for olhar o país que tem um quinto da sua economia baseado na agricultura ou na agroindústria, não pode ter quase 90% de dependência externa. Por exemplo, os Estados Unidos têm 24% de dependência externa; a Europa tem 54%; a Índia, 38%; Rússia e China quase têm total independência na produção de fertilizantes. Então, o Brasil se tornou o maior importador do mundo de fertilizante.

E, se a gente olhar, comparativamente, Brasil e Estados Unidos, focando aqui em NPK, a gente tem uma dimensão bastante assustadora do problema que a gente tem. Se a gente olhar, basicamente, aqui, os três grandes macronutrientes: de nitrogênio, os Estados Unidos importam 12%, e o Brasil, 95% – esses dados são uma média dos últimos cinco anos. Então, os dados podem estar um pouco diferentes dos números apresentados –; em termos de fosfatados, os Estados Unidos têm uma dependência externa de 9%, o Brasil tem de 75%; de potássio, os Estados Unidos têm 93%, o Brasil tem 98%, 96% hoje, mas, na média, mais de 90%.

Porém, se a gente for olhar quem são os fornecedores americanos e brasileiros, há uma grande diferença. Nos Estados Unidos, boa parte do potássio utilizado vem do Canadá, enquanto que no Brasil ele vem da Rússia, Bielorrússia e outros países que estão inseridos aí em um contexto de crise geopolítica.



Muito se tem dito da questão da desindustrialização nacional do setor de fertilizante, e esse quadro aqui mostra claramente. Nos últimos 25 anos, a partir de 1997 – e esse ponto desse ano é importante porque foi o ano em que se instituiu o Convênio 100 –, a gente viu uma explosão de importação de fertilizantes de mais de 600%, enquanto a produção nacional ficou estagnada por muito tempo e vem decrescendo ao longo dos últimos cinco, seis, dez anos.

O que causou isso? Além do custo Brasil, que não é um problema exclusivo do setor de fertilizantes, a gente vê aí questões tributárias e subsídios, incentivos tributários dados à importação, coisa que ocorreu nos últimos 25 anos com o Convênio 100.

A gente conseguiu reverter esse quadro parcialmente com a publicação do Convênio 26, de 2021, mas continuamos não tendo uma isonomia tributária. Isso potencialmente será atingido a partir de 2025, mas vários estados ainda não implementaram as devidas regulamentações internas para garantir que essa isonomia seja atingida. Portanto, o Brasil ainda está subsidiando a importação de fertilizantes.

Aqui a gente mostra claramente o tamanho da nossa dependência externa em cada macronutriente. A gente vê aqui os nitrogenados saindo de 25%, 30% quase de dependência de produção interna para 8%, 7% em 2022. Em fosfatados, a gente saiu de um patamar também de quase 60%, 65% de produção nacional para 25% em 2022, e por aí vai.

É importante a gente mostrar também onde o Brasil está consumindo esses fertilizantes: é na soja, é no milho, é no café. São *commodities* em que o Brasil é um grande *player* internacional, então a gente tem que também olhar essa situação não só em termos de segurança alimentar, mas também em termos de divisas para o país, em termos econômicos, de desenvolvimento econômico de norte a sul.

Então eu queria aqui mostrar seis pontos para debate, para reflexão e como proposta de mudança que poderia reverter esse quadro onde a gente está hoje.

Em primeiro lugar, é preciso garantir isonomia tributária aos produtores nacionais, uma reforma tributária que ofereça competitividade aos produtores nacionais frente a seus concorrentes importados. Não adianta a gente só olhar a alíquota de imposto oferecida aqui no Brasil. A gente tem que fazer um comparativo também com outros países que hoje são fornecedores de fertilizantes para o Brasil.

Redução dos custos de investimentos com regimes especiais tributários. O Profert precisa ser aprovado, ele é um mecanismo bastante importante para que os investimentos que a gente prevê aconteçam.

Há a questão, por exemplo, do projeto de lei que está tramitando aqui que poderia facilitar a emissão de debêntures incentivadas para a infraestrutura e incluir os fertilizantes como infraestrutura estratégica para o país.

Baratear os custos de insumos, energia e gás natural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO SILVA – ... agilizar a viabilidade de novas tecnologias, como hidrogênio verde, biometano, os bioinsumos para a produção de fertilizantes no país.

A energia não só é um insumo importante para a produção em si de fertilizantes – é uma indústria intensiva no uso de energia –, mas também vai viabilizar, por exemplo, a amônia verde – a transformação do hidrogênio em amônia e ureia exige bastante energia, e energia barata.

Aprimorar o conhecimento geológico, garantir agilidade, transparência e segurança para o licenciamento ambiental e a exploração mineral. A gente tem que saber onde, em que situação, em que quantidade, em que condição estão os minerais que a gente vai precisar explorar e garantir que esse processo seja ágil e previsível.

Estabelecer um mercado de carbono que...



(Soa a campainha.)

O SR. BERNARDO SILVA – ... reconheça e remunere as melhores práticas de ESG na produção de fertilizantes utilizados na agricultura nacional. O fertilizante brasileiro tem uma pegada de carbono menor do que o fertilizante, por exemplo, produzido na China. Uma ureia, uma amônia produzida na China, através de carvão mineral, tem uma pegada muito maior do que um nitrogenado produzido pelo gás natural ou pelo biometano aqui no Brasil, além da intensidade de carbono que está inserida na logística para trazer o fertilizante da China para cá. O fertilizante brasileiro tem práticas sociais mais relevantes e mais modernas do que grande parte dos outros países, então a gente tem que reconhecer isso e garantir que esses produtos cheguem ao produtor, agricultor brasileiro.

E, por fim, assegurar a construção do Plano Nacional de Fertilizantes como uma política de Estado e com uma governança eficaz, equilibrada e representativa no Conselho Nacional de Fertilizantes. A gente vê um esforço bastante importante e relevante dos entes públicos do Governo, no Confert, dando ênfase ao gás natural, mas a gente precisa também mostrar a importância e a relevância de outros temas, da mineração, dos bioinsumos, e isso precisa estar refletido em tema de representação lá no Confert.

Então eu fico à disposição para perguntas e agradeço novamente a oportunidade de estar aqui e falar um pouquinho dos nossos desafios e oportunidades.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Menezes, Secretário Executivo da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe, meu particular amigo, uma pessoa que me ajudou durante o ano inteiro na elaboração da relatoria do projeto da lei do gás. Muito obrigado, Marcelo, pela sua presença. A palavra é sua.

O SR. MARCELO MENEZES (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Inicialmente quero saudar o Senador Laércio Oliveira, que preside esta sessão. Como ele bem disse, é um grande amigo, a quem tive a satisfação de acompanhar e assessorar durante o processo de tramitação da sua relatoria na lei do gás e também no desenvolvimento e discussão de outros projetos importantes para o Brasil e para o nosso Estado de Sergipe. Faço referência especificamente ao Profert, que aqui foi citado várias vezes, e também ao Proescoar, que é outro projeto que também se comunica com esse tema que estamos discutindo, dos fertilizantes, à medida que criará condições para ampliação da oferta do gás nacional, proporcionando, a partir desse incremento da produção, um a redução do seu preço, que hoje é um impedimento para o desenvolvimento dessas atividades do fertilizante.

Quero saudar também o Diretor-Geral da ANP, Rodolfo Saboia; o amigo Walton Alencar Rodrigues, Ministro do TCU; o Eduardo Barreto e o Bruno Caligaris, amigos com quem venho longamente tratando dessa questão dos fertilizantes – o Eduardo atua lá no nosso Estado de Sergipe, na Unigel.

Senador, agradeço muito o honroso convite de estar aqui. É uma oportunidade ímpar e a satisfação é muito grande de poder trazer aqui um pouco do que tem sido feito também no Estado de Sergipe, na participação que o estado tem no desenvolvimento desse tema.

Não quero ser repetitivo, trazendo aqui a questão de números, de quanto é a dependência – isso eu acho que já foi dito exaustivamente –, como a questão da vulnerabilidade do Brasil com relação a essa dependência do fertilizante importado e que isso implica a questão da segurança alimentar, a questão estratégica nacional. Enfim, é um conjunto de argumentos que já foram aqui largamente discutidos.

Entendo que devemos focar na discussão das soluções, dos encaminhamentos que poderão ser tomados para buscar a solução do problema. Afinal de contas, o diagnóstico me parece bastante claro. O próprio Plano Nacional de Fertilizantes, que foi um trabalho intenso, com papel importante do Bruno, do qual o



Estado de Sergipe também participou, contribuiu, participou de sessões, apresentou propostas, apresentou sugestões... Inclusive, o Profert nada mais é do que a consolidação de um conjunto de sugestões que nós apresentamos durante a discussão da elaboração do Plano Nacional de Fertilizantes.

No discurso de posse do Presidente da República, ele já fez referência ao problema dos fertilizantes, o que foi uma coisa bastante interessante e mostra que já havia essa percepção. E, na semana passada, no lançamento do Plano Safra, ele voltou a falar de fertilizantes, desta feita falando da autossuficiência da produção nacional de fertilizantes. Isso mostra que de fato o Governo está entendendo a gravidade do problema.

Nós temos acompanhado o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que tem esse foco também. No Ministério de Minas e Energia, já tivemos lá algumas audiências, participando juntamente com o Joaquim Maia, que ali está, que é o Diretor da Abemi, que coordena o grupo Coalizão pela Competitividade do Gás Natural Matéria-Prima, em que o fertilizante estaria contemplado.

Esse grupo tem trabalhado intensamente na busca de caminhos e soluções. Ainda ontem, nós tivemos uma reunião no Ministério de Minas e Energia, em que foi apresentada a primeira etapa de um trabalho que esse grupo vem desenvolvendo lá no ministério, através do Prof. Edmar, que também aqui está presente. Então, o Estado de Sergipe está, há muito tempo, empenhado e comprometido com essa causa dos fertilizantes.

Nós ouvimos aqui, quando o Deputado Arnaldo Jardim falou, que, no ano de 1994, o Brasil produzia 55% do fertilizante que consumia. Mas acontece que, em 1997, foi aprovado o Convênio 100, também já citado aqui, que isentava o ICMS do fertilizante importado, enquanto o fertilizante nacional pagava 8,4%. Então, na realidade, foi uma política de 1997 e, a partir daí... Eu trago esse assunto porque eu entendo que, a partir daí, houve a estagnação da produção nacional de fertilizantes. Daí para frente, a demanda crescia e a oferta se mantinha a mesma. Isso seguramente afetava os negócios, e foi o Estado de Sergipe que, no Confaz, liderou um movimento para a modificação desse Convênio 100.

Então, participamos – o Bernardo acompanhou isso – de um debate e, ao final dessa discussão, foi feito o Convênio 26, de 2021, em que vários itens permaneceram na condição que estavam no Convênio 100, mas os fertilizantes passaram a ser regidos por outro convênio, o Convênio 26/21, que estabeleceu uma alíquota progressiva de 1% ao ano para o fertilizante importado, enquanto, para o nacional, uma alíquota regressiva, de forma que, em 2025, nós teremos uma alíquota isonômica, de 4%, em que pesem essas dificuldades de implementação, mas isso, pelo menos, já está consignado, e o próprio Estado de Sergipe já se antecipou e já reduziu a alíquota dos seus fertilizantes para os 4% do momento da convergência final.

Então, obviamente, o Estado de Sergipe, sendo um estado produtor de fertilizantes, tomou esse caminho por entender da importância do fertilizante e do potencial do desenvolvimento do polo de fertilizantes de Sergipe, na medida em que a redução de alíquota implicava perdas de receita para o próprio estado.

E, com tudo isso, passados esses seis meses já do Governo, o que nós vemos lá no nosso estado, em que há uma situação bastante grave, é a paralisação das atividades da Unigel. A Unigel suspendeu as atividades em Sergipe e suspendeu, em seguida, as atividades na Bahia. Esta semana, voltou, de forma precária, a produzir, na Bahia, apenas a ureia premium, para fins de produção do Arla, que é um componente do combustível dos caminhões, mas, ainda assim, com a previsão de essa atividade só perdurar por mais 30 dias, na medida em que não surge uma solução robusta que permita o retorno da atividade da unidade de Sergipe, no Município de Laranjeiras, e da unidade da Bahia, no Município de Camaçari.

Então, entendo que chegou a hora de definir a política pública. E isso a gente está falando já há algum tempo, mas tem situações que são para ontem. O caso da Unigel é um caso específico, e eu acho que, se a solução não chegar com brevidade, talvez, quando chegar, não seja mais suficiente para resolver



o problema.

Então, como fiz referência no início da minha fala, o então Deputado e hoje Senador Laércio Oliveira propôs, lá na Câmara e também agora no Senado, esses dois projetos, que são o Profert e o Proescoar.

O Profert tem como objetivo estimular a produção de fertilizantes, desonerando os investimentos em ampliação, novas unidades, reformulações das unidades existentes, bem como o custo de produção, de forma a trazer competitividade para a indústria nacional de fertilizantes. Se isso não acontecer, continuaremos importando, porque vai ser mais barato importar do que produzir aqui no Brasil.

E o Proescoar teria essa condição de criar um ambiente em que houvesse estímulos. O projeto não prevê penalidades, não prevê novos tributos. O que todo mundo quer é que se tribute a reinjeção do gás, mas a linha que se adotou não foi essa; foi uma linha de estimular a produção do gás nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO MENEZES – ... aumentando o escoamento do gás, e também medidas que possam vir a fazer a desconcentração do mercado, de forma que tenhamos competição no mercado de gás. Se não for dessa forma e com o preço do gás ao preço que está hoje, seguramente tudo o que nós estamos conversando aqui não terá nenhum sentido, principalmente nessa área do fertilizante nitrogenado.

Assim, entendo que o Congresso Nacional tem uma oportunidade de atuar nesse setor e eu diria que os dois projetos – o Poescoar e o Profert – seriam caminhos, obviamente, para receber contribuições, melhorias de todo o Parlamento, mas eu acho que isso é um passo importante e, a partir daí, eu acho que a gente poderia, sim, estar construindo um cenário favorável para o desenvolvimento da produção nacional de fertilizantes.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Agradeço ao Marcelo Menezes, por sua apresentação.

E concedo a palavra ao Sr. Maciel Aleomir da Silva, que é Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Seja muito bem-vindo!

O SR. MACIEL ALEOMIR DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Presidente Laércio, em nome do Dr. João Martins, Presidente da CNA, agradeço o convite feito a nós para participar deste debate aqui, que é de extrema relevância para nós produtores, relevância essa que a gente já relembra aqui, no início deste debate, quando a gente fez a homenagem ao ex-Ministro Alysson Paolinelli, que foi um dos precursores da expansão da agricultura para a área de Cerrado. E o Polidoro lembrou muito bem aqui das condições e circunstâncias em que se encontram, desde a nossa existência aqui, os solos brasileiros, que justificam essa alta demanda por nutrientes externos, essa alta demanda por fertilizantes, o que justifica, também, a nossa participação aqui, hoje, como representantes dos agricultores, obviamente os maiores demandantes desses insumos. E os fertilizantes, hoje, a gente tem dados – levantamentos que a gente realiza – na CNA de que são insumos que participam em torno de 20% a até 45% dos custos operacionais das cadeias produtivas.

Então, a gente discutir aqui, estrategicamente, evoluções para esse mercado, para redução de custo, ampliação da competitividade, é garantia de competitividade no campo também e, mais do que isso, garantia de alimentos a preços mais competitivos nas mesas dos brasileiros.

Então, para isso, endereçando os problemas que foram levantados aqui, eu não vou ser repetitivo nos números em relação à alta dependência externa que a gente tem – que é um fato –, mas eu chamo a atenção para que mais ou, talvez, tão preocupante quanto essa alta dependência externa é a alta concentração de



mercados para onde esses produtos que daqui se originam recorrem.

E, para isso, eu trago duas sombras de risco, que eu acho que precisam ser muito bem analisadas dentro desse processo, dentro dessa diplomacia a que a gente precisa recorrer na diversificação dessas fontes de fertilizantes. Uma, talvez a primeira dessas sombras, seria o fato de que grande parte... Se a gente pega os *top 5* dos fornecedores, a gente consegue tirar dois ali que são grandes fornecedores, mas também são grandes produtores de alimentos, ou seja, obviamente, eles também têm um mercado interno – como o Bernardo muito bem falou – e não são tão dependentes do mercado externo, como é o caso de China e Estados Unidos, por exemplo, que têm uma alta produção, são exportadores para o Brasil, mas também têm um consumo interno muito grande. Então, circunstâncias de mercado que justifiquem o fechamento de mercado deles para exportação ou restrição às exportações são um fator de risco para nós como demandantes.

Essa outra sombra, que eu acho que deixou sinais muito recentes, é a sombra geopolítica. Então, se a gente pega os outros dois, Rússia e Bielorrússia, dentro desse processo, a gente tem outra sobreposição de risco que nos coloca numa situação muito suscetível.

Considerando essas duas sombras, por aí, só, a gente teria em torno de 40% a 50% das nossas importações com algum grau de risco comprometido, que vai além daquele risco de mercado: preço do petróleo, questões logísticas, questões de infraestrutura, custo Brasil, que já foi muito bem pontuado aqui. Então, essa diversificação, essa diplomacia demanda um exercício de inteligência muito grande até na recorrência de substituição dessas potenciais origens, para a gente não trocar um risco por outro risco. Mas, pensando no longo prazo, eu acho que a ampliação da dependência é uma medida que já foi bastante discutida aqui. Sob o nosso ponto de vista, ela passa por algumas necessidades básicas.

A gente já falou da capacidade geológica conhecida que a gente tem em relação à produção, principalmente de fertilizantes potássicos, fontes de fósforo e potássio, mas eu acho que a gente precisa ampliar esse mapeamento com uma ótica muito clara em entender onde estão essas fontes de nutrientes e o cruzamento em relação aos potenciais riscos ambientais ou riscos sociais associados, para que a gente enderece o segundo ponto, que é o desenvolvimento estratégico da exploração, o desenvolvimento sustentável. A gente precisa, como Estado, abraçar a exploração, a lavra como uma alternativa de Estado para essa competitividade, para essa garantia de abastecimento. Para isso, a gente precisa de ciência, a gente precisa de tecnologia, a gente precisa de inovação.

E, quando a gente trata de sustentabilidade, obviamente o pilar ambiental aqui é muito relevante dentro desse processo, mas a gente precisa pensar também na renda e na geração de empregos. Com a importação de fertilizantes... No último ano foram 25 bi que o Brasil despendeu com a importação de fertilizantes, recursos que poderiam estar sendo direcionados para o mercado interno e, obviamente, sem contar aí a sustentabilidade sob o seu aspecto social na geração de emprego e comida.

Quanto à pesquisa e inovação, eu amplio aqui o espectro de análise. Já foi muito bem pontuado o que a gente importa de tecnologia de fertilizantes, muitas das vezes não condizente com as nossas características de tropicalização de produção, mas acho que a pesquisa precisa partir sob o ponto de vista geológico, sob o ponto de vista de aumento de eficiência e uso de matéria prima dentro do complexo industrial, mas também aumento de uso de eficiência dos fertilizantes no campo. E a gente tem demonstrações muito claras disso, do nosso maior capital hoje, que, como eu costumo dizer, são os brasileiros. A gente tem uma competência que é extraordinária. No meio de tantas dificuldades, a gente avança muito.

E eu trago um exemplo aqui, inclusive, em relação aos biológicos. Com a fixação biológica de nitrogênio hoje, a gente economiza em torno de 17 bi, deixando de utilizar nitrogênio na produção de soja. Então, a gente tem uma demonstração muito clara de que a gente, hoje, já praticamente não usa mais adubação nitrogenada na cultura da soja; a gente tem um exemplo muito claro de que a gente tem



competência, de que a gente tem pessoal, de que a gente tem potencial de explorar a pesquisa e a inovação para ampliar em outras áreas, que fogem do corriqueiro, como foi exposto aqui, inclusive, no vídeo, logo no início, sobre os potenciais que a gente tem de exploração de hidrogênio, hidrogênio verde e outras formas de produção.

Mas, mais do que isso, desigualdade no Brasil não é novidade, e, no campo, também ela é verdade. A gente sabe que a gente tem produtores que são *benchmark* de produção, são *benchmark* em conversão dos fatores de produção, ou seja, maior eficiência em converter nutrientes em alimentos, mas a gente sabe – e o Polidoro também demonstrou aqui com dados do último Censo – que tem uma grande massa de produtores que ainda não acessa tecnologias básicas. A gente fala em agricultura 4.0, em agricultura 5.0, mas é possível contar, via Censo, uma grande massa de produtores que não faz análise de solo, que não faz correção de solo, que não faz uso de adubação, ou seja, assistência técnica. Se a gente utilizar os recursos tecnológicos que a gente tem hoje, a gente tem uma capacidade muito grande de ampliar a eficiência de produção, utilizando o que a gente já tem de recurso, seja ele nacional ou importado.

E, por último, sem querer extrapolar meu tempo e, obviamente, sem querer ser repetitivo, o outro aspecto muito relevante para o desenvolvimento do setor de fertilizantes para a agricultura, para a sociedade brasileira, está muito ancorado na melhoria do ambiente de negócio. Temos o tão falado custo Brasil, que não é novidade de ninguém e não é exclusividade do setor de fertilizantes. Atinge todo mundo, atinge agricultores, todas as safras. A gente está vendo aí uma safra recorde com uma ampla dificuldade de armazenagem, dificuldade de acesso ao crédito, enfim. Mas tem a questão tributária.

E aí, Senador, quero demonstrar aqui o nosso apoio ao Projeto de Lei nº 699, que vem muito nessa linha de melhoria do ambiente de negócios. É uma alternativa, mas mais do que isso, eu acho que nós, como CNA, o que temos de pedido e que poderíamos rogar aos Parlamentares é muita sobriedade agora na discussão da reforma tributária. Então, muitas alternativas ou muito do esforço que pode estar sendo feito e discutido podem ir por água abaixo se não formos racionais nessa tomada de decisão agora, o que vai ser relevante para o nosso país e para muitas próximas gerações.

Então, seriam esses apontamentos e as nossas considerações, Senador.

Muito obrigado pelo tempo, pelo convite, e agradeço aqui também aos demais que me antecederam, pois me economizaram bastante a fala.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Obrigado pela participação.

Eu concedo a palavra agora a Ricardo Tortorella, que é Diretor-Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Dentre os convidados, eu também gostaria de registrar a presença de José Matos Lima Filho, que é Presidente da Sergas; de Gildo Xavier, que é Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Sergipe; bem como Ronaldo Guimarães, que é o Presidente da Companhia de Desenvolvimento; e do Sr. Alan Lemos, que é Secretário de Meio Ambiente da cidade de Aracaju. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Com a palavra, Ricardo Tortorella.

O SR. RICARDO TORTORELLA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Senador Laércio Oliveira, Presidente da mesa aqui. É um prazer e obrigado pelo convite. Esse é o nosso testemunho e registro da parceria, da prioridade que o senhor tem posto e imposto ao setor de fertilizante. Nossa reconhecimento a isso.

Quero cumprimentar a Mesa inteira aqui em nome do Walton Rodrigues, nosso Ministro do TCU. Sintam-se todos cumprimentados aqui no nosso Plenário. Também vejo aqui os amigos do setor Executivo, do Legislativo, da sociedade civil como um todo, do setor privado. E aí eu já friso aqui um pouquinho do



que é a Anda e quero cumprimentar aqui as nossas entidades mantenedoras que estão aqui, o Bernardo, do Sinprifert e o Antonino Gomes, da Associação dos Misturadores.

Nós somos uma entidade...

Está projetando lá, pessoal? Eu estou vendo aqui na tela e não vejo lá.

Nós somos uma entidade de entidades e de empresas. Então, curiosamente, a Anda tem 122 empresas associadas. Nela tem uma diversidade enorme: multinacionais, empresas globais, empresas grandes brasileiras, produtores, misturadores, pequenas empresas, pequenos negócios dos mineradores. Nós somos esse misto dessas oito entidades, das quais duas estão aqui, o Sinprifert e a AMA, mas são mais seis entidades que estamos representando aqui hoje com o maior prazer. E o nosso maior propósito é ajudar a impulsionar o agronegócio. Todos já falaram da nossa força e da nossa pujança nesse momento dessa missão. (*Pausa.*)

Eu tinha... está sendo arrumado ali porque eu queria projetar.

Tem um mapa do Brasil aqui, e eu já vou falando do porquê é importante a gente ter esse debate aqui.

Quando a gente olha o que são os fertilizantes e, nesse mapa do Brasil, a gente olha os pontos azuis... Exclusivamente os pontos azuis são onde o nosso solo é rico para o tamanho das nossas exigências hoje. Ou seja, todo o mapa esverdeado significa que o solo precisa ser adubado para termos os nutrientes necessários para que as plantas “comam” esses nutrientes, e nós, seres humanos, precisamos comer as plantas e cada vez mais somos mais exigentes em termos de saudabilidade, para termos esses alimentos melhores. E, portanto, precisamos de solos melhores, com mais nutrientes para nos alimentarmos melhor.

Falando em números – todo mundo já falou de números aqui –, para juntar isso num grande resumo, para termos a safra recorde que vamos ter segundo a Conab neste ano – a última previsão é de 315 milhões de toneladas –, nós vamos, segundo estimativas que o mercado faz, porque a Anda não faz previsão, mas o que está nos jornais, em várias estimativas, é que nós devemos entregar algo parecido com 42 milhões de toneladas de fertilizantes para termos essa safra de 315. Desses 42, 37 milhões provavelmente vêm de fora, e nós só vamos produzir seis milhões de toneladas aqui no Brasil.

Então, esses números foram apresentados, e nós assinamos embaixo. E eu quero frisar aqui um pouco dessa concentração, que já foi falada. Mas se a gente pegar aqui, este mapa – são dados de janeiro a abril de 2020 e 2022 contra dados de janeiro a abril de 2020 e 2023 – não dá para ver direito, mas eu chamo a atenção dos senhores que, em Santos e Paranaguá, a grosso modo, está entrando, nós estamos trazendo... Em termos de logística, quase 50% do que entra dessas importações vem por Santos e Paranaguá. E isso é uma verdade há décadas no Brasil.

E quando a gente entrega e vê esse outro quadro, o que a gente está distribuindo, se a gente prestar atenção, faz tempo também que a gente... Tem um cenário em que a gente distribui isso com muita força no Mato Grosso, em Goiás, no Centro-Oeste, mas a gente vê as entregas, e principalmente aqui eu quero frisar para o senhor, são dados nossos, da Anda, de janeiro a abril, que nesses estados tradicionais está caindo um pouco o ritmo de entregas e quem tem crescido o ritmo de entregas é exatamente o Matopiba e puxar para esse lado...

O que quer dizer o seguinte: as entradas continuam por Santos e Paranaguá e, cada vez mais, só para demonstrar um pouco os dados de janeiro a abril, nossos últimos dados, e que o problema de logística a cada dia é maior, porque fica mais longe a gente trazer isso ainda dos portos tradicionais e ter que distribuir nos estados onde estamos crescendo a nossa distribuição.

Isso aqui é um gráfico, só para mostrar, do International Fertilizer Association, global – teve um congresso agora e esse gráfico foi apresentado. Isso é para expor um pouco a nossa vulnerabilidade de preços no Brasil. A gente vê esses dois picos muito claros: em 2008, o mundo viveu uma crise que chegou



ao setor de fertilizantes e os preços foram lá para cima. Então, nós brasileiros compramos esse preço pronto, porque tamanha é a nossa dependência de fora que nós compramos isso em dólar lá fora. O Brasil é um comprador desse preço externo. Nós não temos muita opção senão comprar lá fora.

E o que aconteceu em 2020, 2022, o novo pico ali, e por sorte hoje, doze meses depois do início da guerra, ou seja, 14 meses depois, a gente já atenuou esse problema, mas não livrou a nossa vulnerabilidade da dependência externa.

Os preços caíram. E aí, só para mostrar um pouco dessa queda, esse aqui é um gráfico de uma consultoria de mercado, dentre tantas outras, mostrando que o preço de ureia, de potássio e de fosfatado está caindo bastante.

Também quero frisar, segundo dados de consultoria de mercado, que o preço da soja, por exemplo, no Estado de Goiás, está caindo – é a linha intermitente ali, a linha cheia, a linha inteiriça contra a linha picotada, que é a queda dos ritmos dos preços de fertilizantes. Aqui, é só para falar que, mesmo com a queda do preço, por exemplo, de soja agora, os custos de fertilizantes estão caindo até numa velocidade maior, o que, neste momento, permite uma expectativa de rentabilidade melhor para o produtor rural do que tinha sido num passado recente.

Os custos de fertilizantes por hectare têm diminuído. E para a safra de 2023 e 2024, que vai vir aí, nós já temos uma expectativa de voltar aos patamares normais de preço para essa safra, que também deve vir, segundo os analistas do mercado, crescente.

Eu quero frisar aqui que fertilizante é o início dessa cadeia de segurança alimentar. Então, quando se fala, na FAO, da necessidade, de que precisa, não dá para ter esse debate de alimentação do mundo sem falar de fertilizante. É também a indústria do fertilizante a ponte com o agro. E obviamente que dessa ponte nós precisamos dos dois lados funcionando bem. Então, nós queremos uma indústria rápida, eficiente, inovadora, criativa. E, do outro lado, um produtor rural forte, sustentável, com pujança para comprar nossos produtos. Isso é muito além. De fato, há uma cadeia aí dentro.

Agora, nós não podemos ir adiante sem pensar muito em inovação e do que o mundo está dependendo. Então, são muito importantes as nossas pesquisas, os nossos estudos, para calibrar as nossas inovações necessárias, principalmente no que a gente fala do que veio para ficar da agricultura regenerativa. Nós somos o único país do mundo que – só para falar aí da integração lavoura, pecuária, floresta, em termos de ISG – num único Governo, num curto espaço de tempo, podemos dobrar a área plantada. Então, nós falamos que é o único lugar do mundo que tem essa oportunidade, sem quebrar essa dificuldade nossa de logística. E alguém já disse – e é verdadeiro – que cada vez mais pesa nesse custo essa distribuição nossa.

Nós somos o segundo maior exportador de grão, brigando para ser o primeiro. As exportações são 20% do que se põe no mundo. É aquela máxima de que cinco pessoas no mundo estão comendo alimento brasileiro, ou no almoço ou no jantar hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO TORTORELLA – Para ultimar aqui, eu queria olhar esse mapa. Ele tem três elos ali: o elo verde são países com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados; o elo vermelho, países com mais de 100 milhões de habitantes; e o elo mais escuro são países com PIB maior que US\$1 trilhão. Se a gente olhar isso ao mesmo tempo, sobram cinco países lá no meio; e, dos cinco países lá no meio, o Brasil é o único que possui toda a Tabela Periódica embaixo da terra. Nós somos o único que tem possível três colheitas por ano. Nós somos o único com abundância de água em quase todo o território. E, entre os cinco, nós somos aqueles que têm o maior aquífero no nosso subsolo.

Então, por isso, Senadores, nesta Casa eu quero deixar claro do que nós precisamos. Nós precisamos de só duas coisas. De um lado, garantir esse fornecimento de NPK, enquanto não existir – isso pode



demorar 50, 100 anos – a nossa autossuficiência. Enquanto não tenhamos isso, nós temos que reconhecer que dependemos dessas importações. E, portanto, temos que estar atento a essa importação e ao fluxo dela, à distribuição disso pelo Brasil afora. E a segunda coisa também já foi dita, e eu assino embaixo de todos que disseram: criar um ambiente de negócio favorável aos nossos investimentos para a produção nacional ser maior.

Isso é um conjunto da ópera que foi passada aqui, da reforma tributária, de tributos, de segurança jurídica, de logística, de questões, e não podemos fugir desse debate.

Finalmente, assinando embaixo do que o Bernardo já disse também, muito se falou aqui, e eu fico feliz particularmente de ouvir as prioridades para o gás natural, que são verdadeiras, legítimas, oportunas, mas nós queremos a mesma prioridade também para o caso dos fosfatos e para o caso do cloreto.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO TORTORELLA – Nós não vivemos sem eles – 3NPK, nós precisamos disso por longas décadas e, infelizmente, precisamos reconhecer essa verdade e trabalhar em cima dela.

Fico à disposição e, meu, muito obrigado por hora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Muito obrigado, Ricardo, por sua exposição.

Eu concedo a palavra agora a Roberto Levrero, que é Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo). Por favor.

O SR. ROBERTO LEVRERO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Senador. Quero agradecer ao Senador Laércio pela oportunidade de nós estarmos aqui, parabenizar pela iniciativa e cumprimentar a todos os membros da mesa e aqui presentes, em nome do Presidente da mesa.

Vou falar um pouquinho da Abisolo. É uma associação que representa um segmento de fertilizantes. Hoje, no plano nacional, nós estamos dentro da cadeia dos emergentes. É uma associação que representa seis segmentos. São seis segmentos distintos dentro da cadeia de fertilizantes. São segmentos que vêm complementar um pouco do que já foi dito aqui. É extremamente importante tudo o que foi colocado nas cadeias minerais.

Mas, quando nós falamos em reduzir dependência, como bem comentado pelo Polidoro, nós também precisamos olhar um pouquinho dentro do nosso país e ver as oportunidades que nós temos dentro da realidade de agricultura tropical. E o que a nossa entidade hoje representa é um conjunto de empresas e tecnologias adaptadas e adequadas para a agricultura de clima tropical. Então, nós temos aí desde fertilizantes orgânicos, organominerais, substratos, condicionadores, minerais especiais e biofertilizantes.

Quando nós falamos nesse conceito, e nós também pensamos em ganho de produtividade, economia de dependência, nós estamos falando do quê? Ganho de eficiência. Aumentar só a exploração é um caminho. Nós precisamos melhorar a nossa produção, mas investir nas nossas tecnologias e melhorar o ganho de produtividade de forma sustentável, explorando os recursos que nós já temos de fontes de biomassa, gerados pelas nossas indústrias, convertendo para agricultura para mais sustentável, dando oportunidade de o agricultor explorar o potencial genético das culturas hoje plantadas.

Eu vou passar, logo em sequência, a um ganho hoje, através de uma pesquisa da Céleres, do que isso já representa na agricultura nacional.

A Abisolo, hoje, nós representamos 141 empresas do setor, com 70% do faturamento desse mercado. Nós temos toda um norte de estrutura, de gestão da entidade. Nós fazemos parte do IPA, do Cosag, temos a Coalizão, que é um grupo de associações de insumos, e também do fórum paulista.

Hoje, nós representamos um mercado que vem crescendo linearmente, desde 2014, uma média de 32% ao ano. Então, é um mercado bastante pujante. Isso vem do quê? Esse crescimento? Do grande



aumento da adoção da indústria e do produtor; de investimento nas tecnologias; de crescimento na área plantada; do valor agregado aos produtos decorrentes dos ganhos tecnológicos; de maior investimento em tecnologias pelos próprios agricultores; de maior compreensão do produtor na diferença de produzir melhor, de forma mais sustentável, para enfrentar as diversidades do mercado; e da conscientização do papel dos nutrientes no processo fisiológico das plantas e nos resultados de produtividade que eles podem entregar.

Nós temos um gráfico aqui que mostra o investimento em PI, o que ele cresceu, junto com o crescimento da empresa; ou seja, o faturamento vem atrelado ao investimento da indústria em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. É um setor que investe muito, pesado em tecnologias adaptadas e em ganho de eficiência. Posso dizer que nós temos, hoje, tecnologias que já podemos exportar para fora do Brasil, para países que têm agricultura de clima tropical.

Tem aqui uma evolução também de vendas por segmento. E a gente quer mostrar que todos os setores representados, ou seja, tanto dos minerais especiais, dos organominerais e dos orgânicos, linearmente, todos eles vêm seguindo o mesmo crescimento nesse período.

Então, a adoção por parte da agricultura, ou seja, do pequeno agricultor às grandes culturas, como soja, enfim, eucalipto, ou seja, cana, está crescendo linearmente em todos os setores.

Um segmento, recentemente, que a gente conseguiu regulamentar junto ao Ministério da Agricultura, comentado aqui pelo Maciel, da CNA, é o segmento dos biofertilizantes. Aqui, nós mostramos o quanto, nestes últimos anos, vêm crescendo a adoção desses insumos e a sua participação na agricultura como um todo.

Vou mostrar um número muito interessante, que acho que vem contribuir com os debates e com os discursos que foram apresentados até agora.

A Céleres fez uma pesquisa em que vem mostrar o quanto representa, o quanto contribui, na agricultura brasileira, a adoção dessas tecnologias, em ganho consistente de produtividade.

Então, se nós observarmos o quadro que está à esquerda, é a expansão da área territorial no Brasil, com três culturas principais como soja, milho e algodão. O quadro da direita, ele mostra de quanto foi o ganho de produtividade nas culturas em que foram aplicadas as tecnologias de alta performance representadas hoje pelo nosso setor. Então, a gente pode observar, como comentado agora recentemente, que podemos produzir mais sem desmatar, explorando as áreas hoje degradadas, mas nós podemos hoje produzir mais usando as mesmas áreas que nós já temos.

Como comentado também pelo próprio Tortorella, o fertilizante é uma parte do processo de produção, e produtividades maiores demandam mais investimento em fertilizantes e uma nova forma de se pensar em nutrição vegetal, ou seja, o agricultor tem que desenvolver, tem que aderir às novas tecnologias para poder explorar o potencial máximo. E aqui trazemos o quê? Esse gráfico mostra muito bem o quanto já contribui, hoje, esse uso dos fertilizantes especiais nos ganhos de produtividade nas principais culturas: na soja, nós saímos de 59 para 65; no milho, de 94 para 102; e assim por diante. Então, são ganhos expressivos reais. Um outro número muito interessante que essa pesquisa nos trouxe, porque ela fez uma extração de ganhos de produtividade proporcionais ao uso do fertilizante, é que ela contribui para o arrefecimento no movimento da expansão agrícola, ou seja, a preservação diária. Se nós hoje, para atingirmos as 300 milhões de toneladas, e se considerarmos que 100% da nossa agricultura estivesse usando essas tecnologias, considerando os números passados, certamente nós já poderíamos estar economizando 7,4 milhões de hectares. Então, isso mostra números precisos, exatos de quanto são sustentáveis essas tecnologias que nós já temos disponíveis no nosso país.

Por outro lado, nós temos aqui, adicionalmente, associado ao ganho ambiental, os fertilizantes especiais que também têm proporcionado lucro aos agricultores. Aqui nós temos uma visão clara do quanto



têm, do retorno do investimento feito pelo agricultor nessas tecnologias em receita financeira nas suas propriedades. São ganhos realmente expressivos. E extrapolando um pouco mais esse estudo, ele fez o quê? Nos últimos dez anos, o uso dos fertilizantes especiais aqui indicados proporcionou um benefício direto à indústria e ao agricultor, nos primeiros dez anos, de R\$245 bilhões, e esse mesmo número projetado para os próximos dez anos, olhem bem, podem chegar a R\$990 bilhões. E isso nós estamos falando de uso de tecnologias disponíveis no Brasil, sem o aumento de um hectare de terra.

Esta apresentação vai ficar disponível e aqui tem todos os dados...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO LEVRERO – ... que foram usados e a metodologia usada para esta pesquisa, este estudo – não vou entrar no mérito.

Vou falar um pouquinho dos desafios que nós temos no setor, o que não foge muito do que já foi dito aqui e mostra que valeria um pouco da atenção. A gente já tem tido um bom empenho do Governo, do Mdic e de vários órgãos aqui do próprio Mapa, para que essa cadeia continue crescendo e se desenvolvendo bastante. Então, a lei do autocontrole é importante; o Plano Nacional de Bioinsumos tem bastantes gargalos importantes que precisam ser ajustados; o Cnae, para fertilizantes orgânicos, nós estamos urgentemente dele, porque ele é enquadrado junto com a indústria de resíduos ambientais, então o Cnae é extremamente prejudicial ao setor; nós temos um programa de logística reversa já em andamento; a reforma tributária, como já foi comentado; o enquadramento adequado dos insumos agropecuários. A nossa indústria tem sofrido sérios problemas com a questão do...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO LEVRERO – ... NCM, por mudança de interpretação. A proposta legislativa, que é a questão do ICMS, que já foi comentada aqui, que é extremamente importante, porque encarece diretamente os insumos.

O Convênio 26 também já foi comentado aqui. É importante reforçar a importância dessas entidades que já fazem parte do Confert permanecerem dentro do convênio, dentro do Confert para poderem continuar contribuindo. E a proposição de aprovação do Profert, em São Paulo, também está encaminhada e a implantação de hub, que seria o centro de excelência e pesquisa de desenvolvimento de novas tecnologias para fertilizantes. Isso é extremamente importante para uma cadeia como a nossa.

Reducir a dependência significa o quê? Aumentar a produção nacional, melhorar a eficiência nos processos nutricionais e adotar as inovações. Isso pode reduzir as importações em até 30%.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO LEVRERO – Reduzir a dependência de importação. E nós temos aí alguns produtos que podem ser diretamente relacionados aos nossos solos: condicionador de solos, biocondicionadores, fertilizantes orgânicos e minerais. Essas cadeias podem contribuir de 20 a 30% na redução da demanda de nutrientes para o Brasil e são segmentos complementares ao que já temos aqui de produção. Então, nós somos sinérgicos, Senador. São cadeias que se complementam e contribuem muito.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Quero comunicar aos senhores a saída do Ministro Walton Alencar Rodrigues, a que agradecemos a presença.

Queremos conceder a palavra à última palestrante de hoje, a Sra. Sylvie D'Apote, Diretora Executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

Convidamos a Sylvie para ocupar a tribuna e quero citar e agradecer a presença de Adriano Carvalho,



que é Presidente da Câmara de Vereadores de Laranjeiras. Obrigado pela presença. Laranjeiras é um município de Sergipe, onde está instalada a fábrica de fertilizantes Unigel.

Com a palavra Sylvie.

A SRA. SYLVIE D'APOTE (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, gostaria inicialmente de cumprimentar V. Exa.. e os convidados da mesa e as entidades aqui presentes. Parabenizo o Senado Federal por promover esse importante debate. Também cumprimento o Senador Laércio Oliveira, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes, assim como as outras entidades, autoridades que compõem a mesa.

Agradeço o convite para participar desta sessão de debates, como representante dos principais produtores do principal insumo, o gás natural, para o setor de fertilizantes.

Presidente, o IBP é o maior e mais antigo representante institucional do setor de petróleo e gás. Atuamos há 65 anos em prol de promover o progresso do setor energético, com foco no desenvolvimento de uma indústria competitiva e sustentável, um setor, Sr. Presidente, que traz múltiplos benefícios para o país em termos de investimentos, crescimento, arrecadação tributária e empregos.

Quero citar aqui alguns números importantes do nosso setor. O setor representa 10% do PIB industrial do Brasil.

Ele é responsável por 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos; tem investimentos previstos para a próxima década só no EP, não em toda a cadeia, de mais de R\$900 bilhões nos próximos 10 anos. Esses investimentos vão gerar, a cada ano, 450 mil empregos e, a cada ano, também vão gerar R\$300 bilhões de impostos e participações governamentais.

Como Diretora de Gás Natural do IBP, eu agradeço a oportunidade de trazer aqui aos Srs. Senadores algumas informações e considerações sobre a produção do gás natural e a oferta atual e futura desse importante combustível para o mercado.

Quero começar reconhecendo e homenageando o trabalho do Senador Laércio Oliveira como Relator da Lei do Gás. Sem esse trabalho incansável e abnegado do Senador, não teríamos conseguido aprovar a nova Lei do Gás. O Senador Laércio e todos nós que atuamos pela aprovação da Lei do Gás apostamos que a abertura do setor, a concorrência, a maior participação dos agentes e a liberdade de preço são os pilares para garantir o crescimento da oferta de gás e o aumento da competitividade desse combustível tão importante.

É importante ressaltar que a abertura do mercado de gás no Brasil aconteceu num dos momentos mais difíceis da história da indústria do gás natural mundial. A pandemia e, na sequência, a guerra entre Rússia e Ucrânia causaram uma ruptura no mercado mundial de gás e levaram os preços de gás a patamares nunca vistos antes. Em alguns países, o preço do gás no mercado e *spot* atingiu valores superiores a US\$50 por milhão de BTU. Não chegamos a esses patamares aqui no Brasil.

Mesmo nesse contexto, a abertura do mercado de gás no Brasil avançou, e o setor se mostrou resiliente. Vários novos produtores e comercializadores passaram a atuar no mercado de gás, trazendo uma variedade de tipos de contratos e também uma amplitude nos preços do gás natural que não existia antes.

O Diretor Saboia já mencionou estes eventos: o aumento no número de comercializadores, de 1 a 11; novos contratos, com preços que reduziram, em média, entre 15% e 20%... o senhor falou em 17%. O volume comercializado por outros produtores, outros comercializadores, hoje, é em torno de 20%. Essa é a primeira onda de diversificação.

Isso teve importantes repercussões, condições mais competitivas para alguns consumidores em alguns lugares do país, e essa experiência poderá ser repetida para outros consumidores em outras áreas do país, se garantirmos que o processo de abertura do mercado de gás continue.

Mais importante ainda é salientar que a confiança gerada, a segurança jurídica gerada pela nova Lei



do Gás, permitiu a aprovação de novos projetos de oferta de gás, que vão, em pouco tempo – cinco anos no máximo –, dobrar a oferta de gás ao mercado.

O Diretor Saboia também já mencionou isso. Falou da Rota 3, que, em 2024, aportará 18 milhões de metros cúbicos de gás; o BM-C-33, um campo de forma prevalente de gás, que, em 2028, trará 14 milhões de metros cúbicos para a costa do Rio de Janeiro; e também o projeto de Sergipe em águas profundas, lá no Nordeste, que também é um projeto predominantemente de gás que trará 16 milhões de metros cúbicos de gás. Repito: são, aproximadamente, 50 milhões de metros cúbicos por dia, o que hoje é equivalente à oferta doméstica para o mercado firme. Quando falo do mercado firme, é o mercado não termelétrico.

Nesse contexto, a discussão sobre demanda de gás para novos projetos de fertilizante é muito oportuna, porque o Brasil vai precisar ampliar... Ampliando a oferta, vai precisar ampliar o seu mercado para absorver essa oferta, que já está planejada. E aí, mais uma vez, cumprimento o Senador Laércio Oliveira, que teve uma visão importante de promover o Profertil, sobre como viabilizar a expansão da produção de fertilizante, e também o Proescoar, que visa diminuir os custos de infraestrutura do gás natural.

Como já foi dito, o gás natural é o principal componente dos custos de produção dos fertilizantes nitrogenados. Vale aqui ressaltar que os fertilizantes nitrogenados são produzidos principalmente em países onde há grandes reservas de gás natural e um custo de produção muito mais baixo.

Nesse sentido, é importante pensar no longo prazo. Temos reservas suficientes para sustentar um forte crescimento da demanda de gás? Vejam: o Brasil é o número 33 dos países mais importantes com reservas de gás. Tem 1% das reservas da Rússia, 1,4% das reservas do Catar e 3% das reservas dos Estados Unidos.

Dessa forma, o desafio de viabilizar a produção de fertilizantes no país passa por uma ampla agenda de promoção da competitividade do gás no país. E aqui o IBP vem reiterar que estamos dispostos a trabalhar com esta Casa nessa agenda muito importante, sempre alinhados com os pilares da Nova Lei do Gás, em que procuraremos a ampliação dos fornecedores e das fontes de gás, a concorrência e a liberdade de preços.

Um dos fatores principais que afeta a falta de competitividade do gás no Brasil é o nível de tributação e a forma de cobrança dos impostos, que aumenta desnecessariamente os custos de transação do gás ao longo da cadeia e representa, por vezes, uma barreira para a entrada de novos comercializadores no mercado.

Temos, agora, uma oportunidade única de corrigir essas distorções tributárias. Entendemos o desafio do Relator na construção do substitutivo da PEC 45, que está em discussão neste momento na Câmara dos Deputados, e temos procurado...

(Soa a campainha.)

A SRA. SYLVIE D'APOTE – ... o Relator para garantir a não cumulatividade plena do IBS e do CBS para o setor do gás natural.

A tributação do gás natural será muito importante, e é importante que haja, quando o texto chegar nesta Casa, uma atenção especial à tributação do gás natural, porque, se não corrigido, poderá encarecer desnecessariamente o custo para o consumidor final.

Além disso, é importante que o regime especial de infraestrutura e investimento do gás natural e do petróleo seja garantido no texto constitucional. Muitos dos investimentos futuros de petróleo e de gás dependem, por exemplo, da continuidade do Repetro.

Não menos importante é perseguir a ampliação e a diversificação da oferta de gás para o Brasil e, nesse sentido...



(Soa a campainha.)

A SRA. SYLVIE D'APOTE – ... vale ressaltar que tem um potencial importante de oferta dos países vizinhos.

Nesse sentido, é importante a atenção ao declínio da produção e da capacidade de importação da Bolívia. Por outro lado, a Argentina pode trazer volumes exportáveis a partir da exploração das amplas reservas de gás não convencional. A viabilização da exportação de gás argentino para o Brasil é uma agenda muito desafiadora, mas poderá contribuir para o aumento da diversidade da oferta e da competitividade do gás no país.

Presidente, para encerrar, mais uma vez parabenizo o Senado Federal por esta iniciativa, reiterando a disposição do IBP e das empresas produtoras de gás e de petróleo para contribuir com essa agenda de desenvolvimento do país.

Nossa missão é fornecer a energia de que o Brasil precisa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – Agradeço a participação da Dra. Sylvie representando o IBP.

Nós já estamos caminhando para o encerramento desta sessão, mas eu queria permitir ao Dr. Eduardo Barreto uma saudação ao Plenário.

O senhor fique à vontade, Dr. Eduardo. É um prazer muito grande mais uma vez recebê-lo.

O SR. EDUARDO BARRETO (Para exposição de convidado.) – Prezado amigo Senador Laércio, Presidente desta sessão que muito me honra com a referência especial que me fez e com o convite para eu estar na mesa nesta tão importante sessão no Senado da República.

Cumprimento os demais participantes da mesa, meus conterrâneos Marcelo, Matos, Adriano, Presidente da Câmara de Vereadores de Laranjeiras, prezados amigos Polidoro, Bruno e demais Senadores e representantes da mesa, colegas da Diretoria da Unigel, Paulo Arnaez, Marina e Franco.

Estamos todos representando o nosso acionista Dr. Henri Slezinger e o nosso CEO Roberto Noronha, que muito têm trabalhado, com o apoio de toda a classe política – do Poder Executivo, através de vários ministérios: Ministério de Minas e Energia, Ministério de Indústria e Comércio, Ministério da Agricultura, aqui representado pelo amigo Polidoro, Ministério da Fazenda.

Ressalto o apoio muito grande, Senador Laércio, que nós temos tido de V. Exa. aqui no Senado Federal, assim como de outros Senadores e da Câmara dos Deputados.

É uma luta muito grande que a Unigel vem encetando desde o início do ano, quando a situação de suas fábricas ficou impraticável do ponto de vista operacional por conta... O Almirante Saboia é testemunha disso, já estivemos juntos e temos tido apoio muito grande da ANP.

Desde alguns anos atrás a EPE fez um estudo demonstrando que, para a produção de fertilizantes nitrogenados, o preço do gás natural deveria se situar entre US\$4 e US\$7 por milhão de BTU. Hoje o gás natural, somando os custos da molécula e do transporte, se situa em torno de US\$14 a US\$15 por milhão de BTU, valor totalmente insustentável na hora em que os fertilizantes tiveram uma queda de preço muito significativa a partir do final do ano passado, tornando a nossa operação deficitária.

Então, a partir dessa realidade que hoje é do conhecimento amplo da sociedade brasileira, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, temos tido total apoio. Nós estamos procurando conseguir uma política pública que possa realmente determinar condições específicas para a utilização do gás natural para a produção do fertilizante. Isso é muito importante.

Eu não vou falar, embora, Senador Laércio, na sessão tão importante a que fui convidado por V. Exa. sobre fertilizante, o assunto foi muito bem debatido e houve uma unanimidade entre todos os oradores



aqui presentes que me antecederam em mostrar a importância ímpar do fertilizante para o sucesso do agronegócio brasileiro. Então não vamos mais citar números para não sermos repetitivos, e, sim, focar a necessidade que temos, além dos fertilizantes potássicos e fosfatados no país, que são objeto de outras considerações a partir da parte mineral, mas vamos focar em cima do gás natural, que é a matéria-prima para o fertilizante nitrogenado.

O país hoje não está produzindo uma tonelada sequer de ureia para fins de fertilizantes. Nós paramos a nossa fábrica de Sergipe, no dia 1º de abril, já temos quatro meses e meio com a fábrica parada; a fábrica da Bahia ficou parada por um mês, voltou para a produção de ureia *premium*, que é essencial para a produção de Arla, essencial para evitar poluição nas nossas estradas e para a circulação dos veículos a diesel, mas não poderemos sustentar também a produção da fábrica da Bahia por mais tempo, se não tivermos celeridade na implantação de medidas públicas, de políticas públicas que permitam realmente nós recebermos, dentro das nossas fábricas de Sergipe e da Bahia, gás natural em condições especiais para a indústria de fertilizantes.

Espero também que seja viável para outras indústrias e segmentos químicos, e outros segmentos em que o gás natural é essencial. E aí eu gostaria também de me referir, como já citado por vários oradores que me antecederam, que brevemente nós teremos uma produção muito elevada de gás natural no Brasil, uma produção adicional grande, a partir do Rota 3, a partir de Sergipe Águas Profundas, a partir do BM-C-33, então, 50 milhões de metros cúbicos por dia, pelo menos, é a expectativa de crescimento de produção de gás nos próximos anos, e, se nós não tivermos uma indústria pujante de fertilizantes químicos, etc., que possa absorver essa produção adicional de gás natural, nós não teremos os produtos essenciais ao agronegócio e à nossa economia e estaremos apenas aumentando a percentagem de reinjeção de gás natural no subsolo brasileiro.

Nós precisamos do gás para empregar, precisamos do gás para industrializar, para a renovação do parque industrial brasileiro e para efetivamente colaborar com o crescimento nacional.

Então, eu já ouvi declarações em discursos anteriores de representantes dos Ministério de Minas e Energia, do Bruno, do Mdic, e do Polidoro, do Ministério da Agricultura, sobre a importância realmente da produção de fertilizante no Brasil e nós esperamos celeridade na implantação de uma medida provisória ou algo desse tipo que possa permitir, ainda durante este mês de julho, a retomada da operação da fábrica de Sergipe e a continuidade da produção da fábrica da Bahia.

Volto a agradecer, Senador Laércio e demais membros da mesa e da plateia, a oportunidade que me foi dada. E parabéns, Senador, pela excelente iniciativa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Fala da Presidência.) – Obrigado, Dr. Eduardo Barreto.

De igual modo, eu quero também registrar os meus agradecimentos aos Senadores que aqui estiveram na tarde de hoje: Senador Angelo Coronel, Senador Eduardo Gomes, Senador Mauro Carvalho Junior. E quero também agradecer aos conferencistas, que ajudaram na realização desta sessão de debates na tarde hoje. Quero agradecer ao Deputado Arnaldo Jardim, ao Marcello Weydt, ao Bruno Caligaris – obrigado, Bruno, por sua presença, é sempre muito bom estar com você –, ao Vitor Saback – obrigado também –; ao Maciel Aleomir, aqui presente também; ao Bernardo Silva, do Sinprifert, aqui presente também – obrigado –; ao Roberto Levrero – obrigado por sua presença aqui também –; ao Almirante Chefe da nossa Agência Nacional de Petróleo, Rodolfo Saboia – muito obrigado pela gentileza sua de estar aqui –; ao meu amigo Marcelo Menezes – obrigado também pela presença –; ao Ricardo Tortorella – obrigado –; e à Sylvie aqui, que também participou com a gente.

Eu quero também fazer um registro muito especial: através do nosso Portal e-Cidadania, recebemos



dezenas de perguntas daqueles que participaram através dos nossos meios de comunicação deste evento, espalhados no Brasil inteiro.

Eu vou tomar a liberdade, com a permissão dos senhores conferencistas, de, a partir de amanhã, enviar para o *e-mail* dos senhores todas as perguntas que nós recebemos. E aqueles que se sentirem à vontade para fornecer... E é um apelo que nós fazemos aqui no Senado: por favor, respondam aos brasileiros e brasileiras que estão nos acompanhando, certamente aqueles interessados por um tema tão importante.

Como autor do requerimento, sinto-me plenamente satisfeito com tudo que ouvi. Isso não é um final, mas é apenas uma largada para aquilo que a gente deseja produzir enquanto Senado Federal em benefício do nosso país.

Todas as contribuições são muito bem-vindas. Todos os Senadores que aqui estão têm um olhar muito positivo para esse cenário que nós estamos enfrentando hoje, diferente daquilo que a gente sonha, daquilo que a gente deseja, daquilo que a gente espera.

Esta Casa é uma Casa que legisla e precisa legislar em favor do Brasil – temas bons, temas positivos, temas que melhorem a competitividade do nosso país e ofereçam ao cidadão brasileiro dias melhores na vida de cada um deles a partir do setor de fertilizantes, por exemplo.

Então, ditas essas palavras, agradeço mais uma vez a presença de todos.

E, cumprida a finalidade desta sessão de debates temáticos, esta Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 59 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



A Presidência determina a retificação do despacho do Projeto de Lei nº 2.667, de 2023, do Senador Jorge Kajuru, que *acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para aumentar as penas previstas para os crimes que especifica quando a fraude, alteração ou falseamento de resultado de competição esportiva, ou de evento a ela associado, se der com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias.*

A matéria vai à CEsp, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 10/7/2023 a 14/7/2023.



Comunicações



À PUBLICAÇÃO.Em: 05 / 07 / 2023.

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Sabrina Silva Nascimento

Secretária-Geral da Mesa Adjunta

OFÍCIO Nº 053/2023 – GSJBAGAT

Brasília, 05 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Endereço do escritório de apoio parlamentar.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o Ato da Comissão Diretora nº 16/2009, comunico a Vossa Excelência a instalação do meu escritório de apoio parlamentar no estado de Rondônia, situado à Rua Costa e Silva, 444 – Centro – Vilhena/RO – CEP: 76980-146 – Tel.: (69) 99935-0045.

Atenciosamente,

JAIME BAGATTOLI
Senador



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CF16701F005455D4.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39015DC00054C115.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

À PUBLICAÇÃO.
Em: 06/07/2023

OF. N° 0126/2023-BLVANG

Sabrina S. *[Assinatura]*
Sabrina Silve
Secretária-Geral da Mesa Agjur

Brasília, 06 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, solicito que seja feita a substituição na vaga do senador **Eduardo Girão (NOVO/CE)** como titular na **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)** pelo senador **Marcos Rogério (PL/RO)**, e a vaga de suplente ocupada pelo senador **Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)** seja destinada ao senador **Eduardo Girão (NOVO/CE)**, de acordo com o critério de proporcionalidade estabelecido para o bloco parlamentar Vanguarda, ficando da seguinte forma:

| COMISSÃO | TITULAR | SUPLENTE |
|---|------------------------|---------------------------------|
| Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) | Marcos Rogério (PL/RO) | Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) |

Atenciosamente,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES
Líder em Exercício do Bloco Vanguarda



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0DE036D00546



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39015DC00054C115.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia

SF/23261.46744-60

Ofício nº 109/BLDEM/2023

Brasília, 05 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na CCJ

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência, nos termos regimentais, para comunicar que o **Senador Carlos Viana** (PODEMOS/MG) substituirá, como titular, o **Senador Marcos do Val** (PODEMOS/ES), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Atenciosamente,

Senador Efraim Filho
Líder do Bloco Democracia no Senado Federal





SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia

SF/23965.34165-10

Ofício nº 110/BLDEM/2023

Brasília, 05 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na CRE

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência, nos termos regimentais, para comunicar que o **Senador Carlos Viana** (PODEMOS/MG) substituirá, como titular, o **Senador Marcos do Val** (PODEMOS/ES), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Atenciosamente,

Senador Efraim Filho
Líder do Bloco Democracia no Senado Federal





SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia

SF/23009.32256-88

Ofício nº 112/BLDEM/2023

Brasília, 05 de julho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na CCJ

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência, nos termos regimentais, para comunicar que o **Senador Alessandro Vieira** (MDB/SE) substituirá, como suplente, o **Senador Izalci Lucas** (PSDB/DF), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Atenciosamente,

Senador Efraim Filho
Líder do Bloco Democracia no Senado Federal



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 44, DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 43, de 2023, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros
RELATOR: Senador Nelsinho Trad

06 de julho de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23469.79976-14

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 43, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.*

Relator: Senador NELSINHO TRAD

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1951, o diplomata graduou-se em Comunicação Social – Jornalismo pela Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no ano de 1974. Nesta última instituição, também concluiu o Mestrado em Direito em 1983.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23469.79976-14

No ano de 1978, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982 e o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada “Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty” em 1998.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1979. Por merecimento, foi promovido a Segundo-Secretário em 1981; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; e a Ministro de Segunda Classe em 1999. Em 2008, tornou-se Ministro de Primeira Classe.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Primeiro-Secretário, Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios na Embaixada em Paramaribo (1989-1991); Coordenador-Executivo substituto no Departamento das Américas (1991-1992); Conselheiro na Embaixada em Londres (1994-1997); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tóquio (1997-2001); Ministro-Conselheiro na Embaixada no Vaticano (2001-2006); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007); Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-2010); Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2010-2012); Embaixador em Wellington (2012-2016); Embaixador em Ancara (2019-2020); e Embaixador em Bratislava (desde 2020).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Em conformidade com as normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a República Islâmica do Irã.

Com 84 milhões de habitantes, o Irã é o único grande país do Oriente Médio em que prevalece a seita minoritária xiita do islamismo, com 90% de adeptos da população.

É um país com sistema político bastante complexo, com instâncias decisórias múltiplas e sobrepostas. O Líder Supremo, o Aiatolá Ali Khamenei, que tem autoridade absoluta sobre assuntos religiosos e políticos, detém





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas.

O país conta com vastas reservas de petróleo, gás e minério. A agricultura do Irã se caracteriza por sua competitividade. Sua indústria é relativamente diversificada. Ademais, a população é jovem e qualificada.

No entanto, as sanções internacionais impelidas ao Irã impactaram consideravelmente sua economia, com perdas de receitas de exportações e bloqueios de investimentos estrangeiros. Vale dizer que a política de “pressão máxima” do governo Trump sobre o Irã, em especial após a retirada unilateral dos Estados Unidos da América do acordo sobre o programa nuclear iraniano, levou ao fortalecimento da ala conservadora iraniana que, por sua vez, percebia as sanções norte-americanas como causa das dificuldades econômicas enfrentadas pela população iraniana.

O presidente Aiatolá Ebrahim Raisi, empossado em agosto de 2021, tem se empenhado em neutralizar as sanções, buscando construir consensos dentro da comunidade internacional em torno do programa nuclear iraniano. Além disso, outros dois alvos da nova administração são a diversificação da cooperação econômico-comercial e “diplomacia de vizinhança”, principalmente com os países do Golfo Pérsico, da Ásia Central e do Cáucaso.

No campo da política externa, também merece destaque a busca por parcerias estratégicas com potências regionais, como Rússia e China.

O comércio bilateral Brasil-Irã é afetado por dificuldades de pagamento impostas ao Irã pelas sanções norte-americanas. Nesse contexto, o Irã privilegia comprar por meio de comércio compensado e de países que detêm recursos iranianos que não se encontram bloqueados em seus bancos, como a China e a Índia, grandes importadores de petróleo.

Nesse cenário desfavorável ao Brasil, nossas importações do Irã são, tradicionalmente, baixas. Houve aumento das importações brasileiras com medidas tomadas por algumas empresas desde 2019, para operação de comércio compensado com milho brasileiro e ureia iraniana.

Convém lembrar que, em visita ao Irã, a Senadora Tereza Cristina, então Ministra da Agricultura, em fevereiro do ano passado, buscou ampliar a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

5

SF/23469.79976-14

oferta iraniana de ureia ao mercado brasileiro, dada a crise de oferta global de fertilizantes, agravada pela guerra da Ucrânia.

A importância do Irã para Brasil se revela pelo fato de que, desde 2015 e com exceção de 2020 em razão da pandemia da COVID-19, esse país adquiriu entre US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões em produtos brasileiros anualmente, notadamente do agronegócio.

Nos últimos anos, o Irã se tornou nosso quinto maior comprador do agronegócio, sendo um dos principais superávits do Brasil (US\$ 1,8 bilhão em 2021 e US\$ 4,3 bilhões em 2022) e o maior mercado do Oriente Médio para os produtos brasileiros, assim como o quinto para a carne bovina e para a soja em grãos. É, ainda, importante comprador de açúcar, farelo e óleo de soja, e carne de frango do Brasil.

Em 2021, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 2 bilhões, voltando aos níveis anteriores à pandemia.

Cabe destacar que as estatísticas oficiais podem não refletir a realidade, uma vez que, parte de nossas exportações é feita via terceiros países, como Turquia, Emirados Árabes Unidos e Omã. Além disso, o comércio também é feito por grandes *tradings* norte-americanas ou europeias, por meio de países europeus, como a Suíça.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Brasil exportou US\$ 4,3 bilhões de dólares ao Irã no ano passado, mais do que o dobro do ano anterior. Os principais produtos da pauta foram cereais, oleaginosas e açúcar. As exportações iranianas ao Brasil, no mesmo período, foram de US\$ 139 milhões, dos quais US\$ 132 milhões se concentraram em fertilizantes. É o maior valor da série histórica. O comércio bilateral em 2022 foi impulsionado pelo conflito na Ucrânia, que levou ao aumento no preço dos alimentos no mercado mundial, bem como pela tentativa de formação de estoques, em razão da instabilidade dos cenários geopolítico e de comércio internacional.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**CRE, 06/07/2023 às 10h - 15^a, Ordinária**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

| Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | | |
|--|------------------|----------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE | 1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO |
| RANDOLFE RODRIGUES | PRESENTE | 2. SERGIO MORO |
| RENAN CALHEIROS | | 3. IVETE DA SILVEIRA |
| FERNANDO DUEIRE | PRESENTE | 4. EFRAIM FILHO |
| MARCOS DO VAL | | 5. CARLOS VIANA |
| CID GOMES | PRESENTE | 6. LEILA BARROS |
| ALESSANDRO VIEIRA | | 7. IZALCI LUCAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE) | | |
|--|------------------|----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| DANIELLA RIBEIRO | | 1. OTTO ALENCAR |
| NELSINHO TRAD | PRESENTE | 2. OMAR AZIZ |
| MARA GABRILLI | | 3. MARGARETH BUZETTI |
| VANDERLAN CARDOSO | | 4. SÉRGIO PETECÃO |
| JAQUES WAGNER | PRESENTE | 5. BETO FARO |
| HUMBERTO COSTA | | 6. FABIANO CONTARATO |
| CHICO RODRIGUES | | 7. FLÁVIO ARNS |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | | |
|---|------------------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES | | 1. CARLOS PORTINHO |
| WELLINGTON FAGUNDES | | 2. WILDER MORAIS |
| TEREZA CRISTINA | | 3. MAGNO MALTA |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | | |
|---|------------------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE | 1. CIRO NOGUEIRA |
| HAMILTON MOURÃO | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS |

Não Membros Presentes

PAULO PAIM





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Sabatinas de Embaixadores

MSF 43/2023 - EDUARDO R. GRADILONE NETO - Irã

Início da Votação: 06/07/2023 10:27:04

Fim da Votação: 06/07/2023 12:38:16

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | |
| Professora Dorinha Seabra (UNIÃO) | 1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | votou 2. Sergio Moro (UNIÃO) votou |
| Renan Calheiros (MDB) | votou 3. Ivete da Silveira (MDB) votou |
| Fernando Dueire (MDB) | 4. Efraim Filho (UNIÃO) |
| Marcos do Val (PODEMOS) | 5. Carlos Viana (PODEMOS) |
| Cid Gomes (PDT) | votou 6. Leila Barros (PDT) votou |
| Alessandro Vieira (MDB) | 7. Izalci Lucas (PSDB) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE) | |
| Daniella Ribeiro (PSD) | 1. Otto Alencar (PSD) |
| Nelsinho Trad (PSD) | votou 2. Omar Aziz (PSD) |
| Mara Gabrilli (PSD) | 3. Margareth Buzetti (PSD) votou |
| Vanderlan Cardoso (PSD) | 4. Sérgio Petecão (PSD) |
| Jaques Wagner (PT) | votou 5. Beto Faro (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 6. Fabiano Contarato (PT) |
| Chico Rodrigues (PSB) | 7. Flávio Arns (PSB) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Astronauta Marcos Pontes (PL) | 1. Carlos Portinho (PL) |
| Wellington Fagundes | 2. Wilder Moraes (PL) |
| Tereza Cristina (PP) | 3. Magno Malta (PL) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Esperidião Amin (PP) | votou 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Hamilton Mourão (REPUBLICANOS) | votou 2. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) |

Votação:TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Renan Calheiros
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 06/07/2023



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 43/2023)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ, COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

À SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL PARA PROSSEGUIMENTO DA TRAMITAÇÃO.

06 de julho de 2023

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 45, DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2023, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

RELATOR: Senadora Tereza Cristina

RELATOR ADHOC: Senadora Margareth Buzetti

06 de julho de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TEREZA CRISTINA**

RELATÓRIO N° , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Trago ao exame desta Comissão a Mensagem nº 44, de 2023, referente à indicação, pelo Presidente da República, do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Por expressa exigência constitucional, compete a este Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Regimento Interno, por sua vez, atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tenho a felicidade de relatar a indicação do Embaixador Carlos França, competente e discreto amigo com quem tive a honra e a oportunidade de trabalhar nos anos de 2021 e 2022 e também com quem muito aprendi nesses dois anos. Estou segura de que ele fará excelente apresentação de suas propostas e objetivos a esta Comissão.



O Embaixador Carlos França nasceu em Goiânia e obteve dupla graduação pela Universidade de Brasília, em Relações Internacionais e Direito. Após sucessivas promoções por merecimento, tornou-se Ministro de Primeira Classe no ano de 2019. Sua tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco trata da integração energética entre Brasil e Bolívia.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, La Paz e Assunção. Na Secretaria de Estado, trabalhou em setores de administração e chefiou o Cerimonial, tendo recentemente ocupado a digníssima posição de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Teve ainda importantes atuações fora do Ministério, na Presidência da República, onde foi Chefe Adjunto e Chefe do Cerimonial e Assessor-Chefe da Assessoria Especial.

Foi galardoado com múltiplas condecorações, entre as quais destaco as Ordens de Rio Branco, do Mérito Militar, do Mérito Aeronáutico, do Mérito da Defesa, do Mérito Educativo e do Mérito Científico, todas em seu mais elevado grau, aquele da Grã-Cruz. Recebeu ainda a Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados, por valiosos serviços prestados ao nosso Poder Legislativo Federal.

Ademais, gostaria de ressaltar que no período em que fui Ministra da Agricultura, o Embaixador Carlos França à época a frente do Itamaraty foi um grande parceiro para o fortalecimento da diplomacia agrícola brasileira. Trabalhamos em conjunto para promover os interesses do setor agropecuário nacional nos principais mercados internacionais, bem como para defender os valores da sustentabilidade e da segurança alimentar. Essa cooperação foi de suma importância para reafirmar o compromisso do Brasil com o desenvolvimento econômico e social do país, baseado na produção de alimentos de qualidade e no respeito ao meio ambiente.

Trabalhamos também na busca por fortalecer o sistema multilateral de comércio, que é essencial para garantir a segurança jurídica e a previsibilidade das relações comerciais. Acreditamos que a OMC é o fórum adequado para discutir e resolver as questões que afetam o comércio global, para que se construa uma economia global saudável no século XXI.

Destaco ainda, a conquista que obtivemos na COP26 com a adesão do Brasil ao compromisso global para a redução das emissões de metano, que demonstraram o compromisso inequívoco que o Brasil tem com os esforços



globais para o enfrentamento à mudança do clima. Novamente, o Ministro Carlos França demonstrou competência, liderança e visão durante as negociações da Convenção.

Feito um breve resumo do currículo do indicado, passo a tratar do Canadá, com menção à política interna e internacional e destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

O Canadá é o segundo maior país do mundo em extensão territorial, apenas atrás da Rússia, e situa-se na América do Norte, somente possuindo fronteira terrestre com os Estados Unidos, ao sul e ao oeste. Ainda é esparsamente povoado para suas dimensões, com menos de 40 milhões de habitantes, concentrados majoritariamente na franja sul do território.

Apesar das evidentes diferenças de clima e posição geográfica, Canadá e Brasil mantêm diversos pontos de convergência política. Ambos são países multiétnicos e multiculturais, com extenso território e expressiva população indígena, dotados de abundantes recursos naturais e áreas florestais, preocupados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, interessados na questão ambiental, engajados na derrubada de barreiras ao comércio de produtos agrícolas, defensores da paz e promotores do consenso.

A Embaixada do Brasil em Ottawa, originalmente uma legação, obteve sua nova designação em 1943, um ano antes de a Embaixada do Canadá ser estabelecida em nosso país. Atualmente, há ainda quatro outros postos brasileiros no Canadá, bem como outros cinco postos canadenses no Brasil. Contamos com Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas de Alto Nível desde 1995 e, mais recentemente, o diálogo bilateral tem sido conduzido no nível de Parceria Estratégica, com reuniões periódicas de Chanceleres.

A Ministra das Relações Exteriores do Canadá, Mélanie Joly, visitou o Brasil na semana passada, no marco da quarta reunião do Diálogo de Parceria Estratégica, quando foram reiterados os compromissos de seu país de dar contribuições financeiras para a conservação de florestas e ampliar os investimentos canadenses no setor de energias renováveis. Foi ainda assinado acordo de cooperação entre os países na área da defesa.

O comércio canadense ainda está fortemente concentrado nas relações com os Estados Unidos, destino de 70% de suas exportações. A corrente de comércio Brasil-Canadá alcançou 10,5 bilhões de dólares em 2022,



valor mais elevado da série histórica, com superávit brasileiro de 232 milhões de dólares. Cerca de três quartos das importações brasileiras concentraram-se em adubos e fertilizantes, enquanto a pauta exportadora esteve mais variada.

A maturidade das relações comerciais entre Brasil e Canadá também se manifesta em significativos investimentos diretos entre os dois países. O Canadá é um dos principais países de origem no Programa de Parceria de Investimentos brasileiro, enquanto a Vale conta com expressiva participação no Canadá, principalmente no campo da extração do níquel.

Se as convergências políticas são evidentes, no segmento econômico as semelhanças também se traduzem em algum grau de competição. Por exemplo, produtos como petróleo cru, alumínio e peças automotivas contam com participação relevante na pauta de exportações de ambos os países. A competição é ainda mais nítida no segmento aeroespacial, no qual Brasil e Canadá ocupam lados opostos nos dois principais consórcios globais de produtores: a canadense Bombardier alinha-se à francesa Airbus, enquanto a brasileira Embraer alinha-se à estadunidense Boeing. Por longo tempo, contencioso entre a Embraer e a Bombardier referente a subsídios dificultou as relações bilaterais, finalmente alcançando-se um acordo no ano de 2021.

Ainda quanto à questão econômica, o Canadá é importante promotor de redes de comércio regionais. É membro do T-MEC, que substituiu o NAFTA, junto a Estados Unidos e México; aplica provisoriamente o CETA nas relações com a União Europeia; firmou a Parceria Transpacífica, com projeção para Ásia, Oceania e América do Sul; e atualmente negocia acordo de livre comércio com o Mercosul.

A cooperação em matéria ambiental ainda é um espaço de muitas promessas e poucas realidades, que tende a ganhar grande fôlego em um futuro próximo. Como a recente visita da Chanceler canadense ao Brasil pôde sinalizar, os interesses compartilhados em energias renováveis, com destaque para o hidrogênio verde, podem impulsionar parcerias entre os dois países.

Por sua vez, a cooperação em matéria educacional é ponto de grande destaque nas relações bilaterais, sendo o Canadá, na atualidade, o país que mais recebe estudantes brasileiros no exterior, desbancando parceiros tradicionais como os Estados Unidos, a França e o Reino Unido.



Por fim, destaco que o Canadá abriga expressiva comunidade brasileira, havendo cerca de 50 mil residentes permanentes brasileiros no país, segundo dados do Censo Canadense de 2021. Diante de uma política proativa de vistos e autorizações de residência, o número de expatriados continua a crescer. A título de exemplo, apenas no ano de 2022, foram admitidos no Canadá como residentes permanentes quase 7,5 mil brasileiros e como estudantes quase 12 mil brasileiros.

Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir o relatório, que não está sujeito a voto aberto, aproveito a ocasião para novamente cumprimentar o indicado, Embaixador Carlos França, por quem nutro especial apreço, e destacar meu elogio pessoal a sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores.

É o que tinha a expor a esta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**CRE, 06/07/2023 às 10h - 15ª, Ordinária****Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

| Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | | |
|--|------------------|----------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE | 1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO |
| RANDOLFE RODRIGUES | PRESENTE | 2. SERGIO MORO |
| RENAN CALHEIROS | | 3. IVETE DA SILVEIRA |
| FERNANDO DUEIRE | PRESENTE | 4. EFRAIM FILHO |
| MARCOS DO VAL | | 5. CARLOS VIANA |
| CID GOMES | PRESENTE | 6. LEILA BARROS |
| ALESSANDRO VIEIRA | | 7. IZALCI LUCAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE) | | |
|--|------------------|----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| DANIELLA RIBEIRO | | 1. OTTO ALENCAR |
| NELSINHO TRAD | PRESENTE | 2. OMAR AZIZ |
| MARA GABRILLI | | 3. MARGARETH BUZETTI |
| VANDERLAN CARDOSO | | 4. SÉRGIO PETECÃO |
| JAQUES WAGNER | PRESENTE | 5. BETO FARO |
| HUMBERTO COSTA | | 6. FABIANO CONTARATO |
| CHICO RODRIGUES | | 7. FLÁVIO ARNS |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | | |
|---|------------------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES | | 1. CARLOS PORTINHO |
| WELLINGTON FAGUNDES | | 2. WILDER MORAIS |
| TEREZA CRISTINA | | 3. MAGNO MALTA |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | | |
|---|------------------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE | 1. CIRO NOGUEIRA |
| HAMILTON MOURÃO | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS |

Não Membros Presentes

PAULO PAIM





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Sabatinas de Embaixadores

MSF 44/2023 - CARLOS A. FRANCO FRANÇA - Canadá

Início da Votação: 06/07/2023 10:27:04

Fim da Votação: 06/07/2023 12:38:16

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | |
| Professora Dorinha Seabra (UNIÃO) | 1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | votou 2. Sergio Moro (UNIÃO) votou |
| Renan Calheiros (MDB) | votou 3. Ivete da Silveira (MDB) votou |
| Fernando Dueire (MDB) | 4. Efraim Filho (UNIÃO) |
| Marcos do Val (PODEMOS) | 5. Carlos Viana (PODEMOS) |
| Cid Gomes (PDT) | votou 6. Leila Barros (PDT) votou |
| Alessandro Vieira (MDB) | 7. Izalci Lucas (PSDB) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE) | |
| Daniella Ribeiro (PSD) | 1. Otto Alencar (PSD) |
| Nelsinho Trad (PSD) | votou 2. Omar Aziz (PSD) |
| Mara Gabrilli (PSD) | 3. Margareth Buzetti (PSD) votou |
| Vanderlan Cardoso (PSD) | 4. Sérgio Petecão (PSD) |
| Jaques Wagner (PT) | votou 5. Beto Faro (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 6. Fabiano Contarato (PT) |
| Chico Rodrigues (PSB) | 7. Flávio Arns (PSB) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Astronauta Marcos Pontes (PL) | 1. Carlos Portinho (PL) |
| Wellington Fagundes | 2. Wilder Moraes (PL) |
| Tereza Cristina (PP) | 3. Magno Malta (PL) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Esperidião Amin (PP) | votou 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Hamilton Mourão (REPUBLICANOS) | votou 2. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) |

Votação:TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Renan Calheiros
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 06/07/2023



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 44/2023)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO CANADÁ, COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

À SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL PARA PROSSEGUIMENTO DA TRAMITAÇÃO.

06 de julho de 2023

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 46, DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2023, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

RELATOR: Senador Hamilton Mourão

06 de julho de 2023



RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor **PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV, da Constituição, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática em 1979, tendo se tornado Terceiro Secretário no ano seguinte.



Realizou o Curso de Aperfeiçoamento para Diplomatas em 1984 e o Curso de Altos Estudos em 1999, no qual dedicou sua tese sobre a participação do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas.

Destacam-se, como cargos ocupados no Itamaraty, os de assistente da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1980-83), assistente da Divisão das Nações Unidas (1992-93), chefe da Divisão de Privilégios e Imunidades (1993-94), chefe de gabinete do Departamento de Organismos Internacionais (1994-95), chefe da Divisão das Nações Unidas (1995-2003), membro do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Implementação do Estatuto de Refugiados de 1951 (1995), Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a participação do Brasil na Conferência de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional - TPI (1997), Assessor Especial do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (2012-2013), Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (2012), Membro da Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência da República (2013) e diretor do Departamento de Organismos Internacionais (2013).

Nas missões permanentes e temporárias no exterior, destacam-se a Representação junto aos Organismos Econômicos Especializados em Londres - como Segundo-Secretário (1983-87); a Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu (1987-90) - Segundo e Primeiro-Secretário; a Embaixada em Port-of-Spain - Primeiro-Secretário e Conselheiro (1990-92); a Missão junto à ONU, Nova York - Ministro-Conselheiro (2003-2009); a IV Sessão do Processo Consultivo Informal sobre Oceanos e Direito do Mar da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York - Chefe de delegação (2003); a XIII Assembleia dos Estados-Partes da Convenção sobre Oceanos e Direito do Mar, em Nova York - Chefe de delegação (2003); a Coordenação Política da Delegação do Brasil junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (2004); o Grupo de Assessoramento do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Fundo de Construção da Paz (2007); o Grupo de Apoio Internacional à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA) (2009); a Embaixada em Beirute - Embaixador (2009-12); a Representação do Brasil no Grupo de Apoio à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) (2010); a II Conferência dos Estados

tj2023-09070



Partes da Convenção sobre Bombas de Fragmentação - Chefe de Delegação (2011); a delegação brasileira na Comissão da Agencia Brasileiro-Argentina da Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) (2013); a chefia da delegação na I Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas, em Cancún, México (2015); a Embaixada em Zagreb – Embaixador (2016-20); e o Consulado-Geral em Assunção (desde 2020) - cônsul-geral.

Ademais, de acordo com o relatório sobre a Bulgária encaminhado pela Chancelaria a esta Casa Senatorial, trata-se de País com 6,5 milhões de habitantes, politicamente inclinado à política europeia. Aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2004, tornou-se membro da União Europeia em 2007 e está em processo de ingresso no espaço Schengen e na Zona Euro.

República parlamentarista, a Bulgária desde 2016 é presidida pelo ex-Comandante da Força Aérea, Rumen Radev, reeleito em 2022, e possui desde mês passado, junho de 2023, como Primeiro-Ministro o renomado Físico e Químico Nikolai Denkov, ex-Ministro da Educação e da Ciência e deputado eleito pelo partido “Continuamos a Mudança” (WCC).

A relação parlamentar necessita de impulso, pois na Bulgária há Grupo de Amizade com Brasil, integrado por 21 membros do Parlamento local, mas no Brasil, em que pese existir o Grupo Parlamentar Brasil e Bulgária, criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 11, de 2009, não foi instalado.

Quanto ao comércio bilateral, há tendência de crescimento, com superávit brasileiro, tendo nossas exportações em 2022 atingindo a monta de USD 323 milhões e as importações USD 163 milhões. O minério de cobre dominou a pauta exportadora no período, com 85% do total, seguido por açúcar, tabaco e café. Quanto às importações, foi sobretudo de adubos e fertilizantes, que corresponderam a 50% do total.

De acordo com a documentação enviada pelo Itamaraty:

Uma análise preliminar do mercado búlgaro aponta para oportunidades de ampliação das exportações dos seguintes produtos brasileiros: motores para veículos e autopeças, motores e turbinas para aviação, partes de motores e turbinas para aviação, partes e peças para tratores, tubos flexíveis e laminados de ferro ou de aço, óleos combustíveis, óxidos e hidróxidos de alumínio. Verifica-se ainda

tj2023-09070



demandas de produtos primários tradicionais (café, milho e soja), além de maquinaria agrícola e sementes.

Em relação à Macedônia do Norte, o Estado brasileiro reconheceu sua independência no ano de 1995, tendo as relações diplomáticas sido estabelecidas em 1998. Em dezembro de 2017, o Presidente macedônio veio ao País e inaugurou oficialmente a Embaixada de seu país em Brasília. Desde então, o governo macedônio tem insistido na conveniência da reciprocidade em relação à abertura de embaixada do Brasil na Macedônia do Norte, a lembrar que a relação deste País com a Bulgária não é amistosa. Portanto, manter a missão diplomática brasileira na Bulgária como respondendo cumulativamente pela Macedônia do Norte gera desconforto.

Igualmente, cumpre destacar a manifestação de apoio da Macedônia do Norte à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) proposta pelo Brasil.

Por derradeiro, vale mencionar o modesto comércio bilateral que mantemos com a Macedônia do Norte, que alcançou a cifra de US\$ 36,6 milhões em 2022. As exportações brasileiras concentram-se em carne de frango (fresca, congelada ou refrigerada), que corresponde a 82% da pauta exportadora. Os principais itens importados em 2022 foram produtos da indústria química (38%), partes e peças para veículos automotivos (22%) e tabaco (29%).

Diante da natureza do presente Relatório, é o que cremos caber aduzir.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

tj2023-09070





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CRE, 06/07/2023 às 10h - 15ª, Ordinária**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

| Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | | |
|--|------------------|----------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE | 1. VENEZIANO VITAL DO RÉGO |
| RANDOLFE RODRIGUES | PRESENTE | 2. SERGIO MORO |
| RENAN CALHEIROS | | 3. IVETE DA SILVEIRA |
| FERNANDO DUEIRE | PRESENTE | 4. EFRAIM FILHO |
| MARCOS DO VAL | | 5. CARLOS VIANA |
| CID GOMES | PRESENTE | 6. LEILA BARROS |
| ALESSANDRO VIEIRA | | 7. IZALCI LUCAS |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE) | | |
|--|------------------|----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| DANIELLA RIBEIRO | | 1. OTTO ALENCAR |
| NELSINHO TRAD | PRESENTE | 2. OMAR AZIZ |
| MARA GABRILLI | | 3. MARGARETH BUZETTI |
| VANDERLAN CARDOSO | | 4. SÉRGIO PETECÃO |
| JAQUES WAGNER | PRESENTE | 5. BETO FARO |
| HUMBERTO COSTA | | 6. FABIANO CONTARATO |
| CHICO RODRIGUES | | 7. FLÁVIO ARNS |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | | |
|---|------------------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ASTRONAUTA MARCOS PONTES | | 1. CARLOS PORTINHO |
| WELLINGTON FAGUNDES | | 2. WILDER MORAIS |
| TEREZA CRISTINA | | 3. MAGNO MALTA |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | | |
|---|------------------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE | 1. CIRO NOGUEIRA |
| HAMILTON MOURÃO | PRESENTE | 2. MECIAS DE JESUS |

Não Membros Presentes

PAULO PAIM





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Sabatinas de Embaixadores

MSF 45/2023 - PAULO R. C. TARRISSE DA FONTOURA - Bulgária e Macedônia do Norte

Início da Votação: 06/07/2023 10:27:04

Fim da Votação: 06/07/2023 12:38:16

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) | |
| Professora Dorinha Seabra (UNIÃO) | 1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | votou 2. Sergio Moro (UNIÃO) votou |
| Renan Calheiros (MDB) | votou 3. Ivete da Silveira (MDB) votou |
| Fernando Dueire (MDB) | 4. Efraim Filho (UNIÃO) |
| Marcos do Val (PODEMOS) | 5. Carlos Viana (PODEMOS) |
| Cid Gomes (PDT) | votou 6. Leila Barros (PDT) votou |
| Alessandro Vieira (MDB) | 7. Izalci Lucas (PSDB) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE) | |
| Daniella Ribeiro (PSD) | 1. Otto Alencar (PSD) |
| Nelsinho Trad (PSD) | votou 2. Omar Aziz (PSD) |
| Mara Gabrilli (PSD) | 3. Margareth Buzetti (PSD) votou |
| Vanderlan Cardoso (PSD) | 4. Sérgio Petecão (PSD) |
| Jaques Wagner (PT) | votou 5. Beto Faro (PT) |
| Humberto Costa (PT) | 6. Fabiano Contarato (PT) |
| Chico Rodrigues (PSB) | 7. Flávio Arns (PSB) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Astronauta Marcos Pontes (PL) | 1. Carlos Portinho (PL) |
| Wellington Fagundes | 2. Wilder Moraes (PL) |
| Tereza Cristina (PP) | 3. Magno Malta (PL) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Esperidião Amin (PP) | votou 1. Ciro Nogueira (PP) |
| Hamilton Mourão (REPUBLICANOS) | votou 2. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) |

Votação:TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
Senador Renan Calheiros
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, EM 06/07/2023



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 45/2023)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA BULGÁRIA E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DA MACEDÔNIA DO NORTE, COM 11 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

À SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL PARA PROSSEGUIMENTO DA TRAMITAÇÃO.

06 de julho de 2023

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



MENSAGEM Nº 43, DE 2023

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

MENSAGEM Nº 44, DE 2023

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

MENSAGEM Nº 45, DE 2023

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

Concluída a instrução das matérias, as Mensagens serão deliberadas oportunamente pelo Plenário.



Prejudicialidade



O Projeto de Lei nº 6.204, de 2019, da Senadora Soraya Thronicke, que dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.492, de 10 de setembro de 1997; 10.169, de 29 de dezembro de 2000; e 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, retorna à CCJ, em decisão terminativa.

Ficam prejudicados os Requerimentos nºs 387, 498, 501, 504, 505, 506, 523 e 563, de 2022.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3439, DE 2023

Altera o art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro para prever a anulação de autuações e o cancelamento de multas em casos de situação de emergência ou estado de necessidade.

AUTORIA: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3439/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera o art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro para prever a anulação de autuações e o cancelamento de multas em casos de situação de emergência ou estado de necessidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para prever a anulação de autuações e o cancelamento de multas aplicadas em casos de situação de emergência ou estado de necessidade.

Art. 2º O art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 282.

.....
§ 9º Fica estabelecido que, em casos de situação de emergência ou estado de necessidade, devidamente comprovados pelo condutor, as autuações e as multas aplicadas com base nas infrações previstas neste Código poderão ser anuladas.

§ 10. Para fins do disposto no § 9º, considera-se:

I - Situação de emergência: a ocorrência de circunstâncias imprevisíveis e inesperadas que demandem uma ação imediata do condutor para prevenir danos à vida, à saúde ou ao patrimônio; e

II - Estado de necessidade: é a situação em que condutor se encontra, independente de sua iniciativa, diante de uma ameaça atual e inevitável, agindo de forma a evitar um mal maior e preservar a integridade física própria, de terceiros ou do patrimônio alheio.

§ 11. Caberá às autoridades de trânsito avaliar as provas apresentadas pelo condutor para comprovação da situação de emergência ou estado de necessidade, sendo responsáveis pela anulação



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7989657328>

Avulso do PL 3439/2023 [2 de 5]



das autuações e pelo cancelamento das multas quando devidamente comprovadas as circunstâncias excepcionais vivenciadas.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa introduzir no Código de Trânsito Brasileiro a possibilidade de anulação de autuações e cancelamento de multas para condutores que comprovem situação de emergência ou estado de necessidade, em conformidade com a jurisprudência e a realidade enfrentada por muitos condutores.

A jurisprudência, notadamente observada em decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo e em outros tribunais, tem reconhecido a situação de emergência ou estado de necessidade como justificativa para o descumprimento das regras de trânsito, especialmente nos casos em que o condutor está prestando socorro a terceiros e precisa percorrer um trajeto até o atendimento hospitalar. Nesses casos, é comum a ocorrência de multas por excesso de velocidade e avanço do sinal vermelho do semáforo, infrações que acarretam penalidades severas, como a suspensão da CNH e multas de valor expressivo.

O estado de necessidade ocorre quando o condutor se encontra diante de uma ameaça atual e inevitável, agindo de forma a evitar um mal maior e preservar a integridade física própria, de terceiros ou do patrimônio alheio. Já a situação de emergência refere-se a circunstâncias imprevisíveis e inesperadas que demandam uma ação imediata do condutor para prevenir danos à vida, à saúde ou ao patrimônio.

Atualmente, embora a jurisprudência reconheça a validade dessas situações excepcionais como justificativa para o descumprimento das regras de trânsito, os órgãos de trânsito se baseiam na ausência de previsão legal no Código de Trânsito Brasileiro para negar o afastamento das penalidades. Essa lacuna legal impõe aos condutores a necessidade de buscar o Poder Judiciário para contestar as multas aplicadas, o que gera custos e morosidade no processo de justiça.



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7989657328>

Avulso do PL 3439/2023 [3 de 5]



Dessa forma, é imprescindível que seja incluída uma previsão expressa no Código de Trânsito Brasileiro para reconhecer o estado de necessidade ou a situação de emergência como causas excludentes das penalidades impostas aos condutores. Tal medida visa promover maior segurança jurídica e celeridade na análise administrativa desses casos, evitando a sobrecarga do Poder Judiciário e proporcionando aos condutores uma via mais acessível para comprovar suas circunstâncias excepcionais.

É importante ressaltar que, para garantir a efetividade dessa possibilidade de anulação das autuações e cancelamento das multas, o condutor deverá apresentar provas contundentes da situação excepcional vivenciada, tais como comprovantes e atestados médicos emitidos pela unidade de saúde no qual deu entrada, destacando os registros de horários.

Sala das Sessões,

Senadora MARGARETH BUZETTI



Assinado eletronicamente por Sen. Margareth Buzetti

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7989657328>

Avulso do PL 3439/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>

- art282

Avulso do PL 3439/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3451, DE 2023

Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o “Bandeirante do Século XX”, no Livro dos Heróis da Pátria.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3451/2023 [1 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23509.24576-77

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o “Bandeirante do Século XX”, no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.597, de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, determina que o “Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”.

Bernardo Sayão, conhecido também como o “Bandeirante do Século XX”, nasceu em 1901, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Fez o ginásio no Colégio Anchieta de Nova Friburgo (RJ), cursou a Escola de Agronomia de Piracicaba (SP) e a Escola de Agronomia de Viçosa (MG), em 1929. Em 1939, aparecia Sayão em Goiás pela primeira vez, atraído pela obra de Pedro Ludovico, que constituía Goiânia, abrindo novas perspectivas para todo o



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7509030387>

Avulso do PL 3451/2023 [2 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23509.24576-77

estado de Goiás. Na década de trinta, já acreditava nas vantagens da interiorização do desenvolvimento brasileiro. Foi em 1941, que Getúlio Vargas escolheu Bernardo Sayão para dirigir a implantação de uma Colônia Agrícola no interior de Goiás.

Durante longo período de nossa história, a colonização efetiva do território brasileiro restringiu-se à faixa litorânea. De forma gradual, desde o período do Brasil Colônia até a República, o interior do país passou a ser ocupado, sendo superados obstáculos decorrentes da vastidão do território e dos problemas de acessibilidade do mesmo. A “Marcha para o Oeste”, projeto dirigido pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo, procurou desenvolver o interior do Brasil, buscando alcançar, de acordo com Vargas “o verdadeiro sentido da brasiliade”.

O projeto visava a incentivar as migrações internas, criar colônias agrícolas, promover a reforma agrária e fomentar a produção agropecuária de sustentação. Anos depois, já no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a construção de Brasília consolidou os esforços nacionais para a interiorização do povoamento e do desenvolvimento brasileiros. A convite de Getúlio Vargas, Sayão dirigiu a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás a partir de 1941, no âmbito da mencionada “Marcha para o Oeste”.

Em 1944, o engenheiro concluiu a estrada que ligaria a então Colônia Agrícola de Ceres à cidade de Anápolis. Como reconhecimento por seu trabalho na região, foi eleito vice-governador do Estado de Goiás em 1954. Persistindo em seu trabalho em prol da interiorização da ocupação do território brasileiro, mudou-se para Brasília em 1957, já como diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), criada um ano antes pelo presidente Juscelino Kubitschek, com a finalidade de gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil. Atendendo à solicitação de Kubitschek, administrou a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), também conhecida como Rodovia Bernardo Sayão.

No começo de 1959, quando a obra estava quase concluída para a inauguração, um trágico acidente ceifou a vida deste grande brasileiro: uma grande árvore caiu sobre a barraca de lona onde trabalhava, na região de Açaílândia (MA), e ele não resistiu. Sua morte foi seguida de imensa consternação e tristeza no país. Foi o único dia em que as obras da capital



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7509030387>

Avulso do PL 3451/2023 [3 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23509.24576-77

pararam, há exatos 50 anos. Do presidente ao operário, todos interromperam o trabalho quando souberam da morte do engenheiro Bernardo Sayão. Era 15 de janeiro de 1959 quando o rádio noticiou o acidente que ceifou a vida do pioneiro, do “Bandeirante do Século XX”. Sayão, que morreu aos 57 anos de idade, era responsável pela infraestrutura da capital - redes de água, esgoto, luz, telefone, estradas, etc. Trabalhava lado a lado com os operários e não deixava a construção andar em marcha lenta.

Por isso, fez-se questão que ele fosse enterrado em Brasília. O Cemitério Campo da Esperança, no fim da Asa Sul, teve de ser aberto em uma noite para receber o primeiro túmulo. O cortejo reuniu centenas de pessoas, que caminharam da Igrejinha Nossa Senhora de Fátima, na 307/308 Sul, até o cemitério. "Aquilo para nós foi muito triste, todo mundo ficou abalado porque ele era quem comandava", lembrou Francisco de Assis Coelho, 72 anos, que trabalhou como tratorista na Belém/Brasília.

Transcrevemos aqui trechos do depoimento do Presidente Kubitschek ("Por que construí Brasília", Edições Bloch, 1975), sobre a morte de Bernardo Sayão Carvalho de Araújo:

"1958 chegara ao fim. Olhando o caminho percorrido, cheguei à conclusão de que deveria estar satisfeito."

"Contudo, são desconcertantes os desígnios da Providência. Em face de tão encorajadores acontecimentos, eis que, logo no início de 1959, um fato trágico enluta toda a Nação: a morte de Bernardo Sayão, em 15 de janeiro de 1959."

"Vi-o pela última vez, dois meses antes. Foi em Imperatriz, por ocasião de uma viagem de inspeção."

"Uma semana antes de 15 de janeiro, Sayão enviara um bilhete do acampamento de Açaílândia, dizendo: 'Se não mandarem mantimentos, estamos com os dias contados'. Um avião Cessna sobrevoava a frente de trabalho, e, dele, caíram os pára-quedas com os mantimentos pedidos."

"Ameaçado de morrer de fome, Bernardo Sayão pensava, com determinação, na construção do campo de pouso. Era o objetivo



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7509030387>

Avulso do PL 3451/2023 [4 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23509.24576-77

imediato, importante, porque o presidente da República deveria ali descer no dia 31 de janeiro. Tudo ficara combinado, quando nos avistamos, pela última vez, em Imperatriz."

"Enquanto as árvores eram derrubadas, ele, Gilberto Salgueiro e Jorge Dias discutiam debaixo da barraca. Gilberto saiu, por um momento, para conferir uma informação. Nesse momento, ouviu-se um estrondo. 'A árvore! A árvore!' - gritaram os trabalhadores."

"De súbito, sua figura hercúlea destacara-se entre a galharia deitada. Estava de pé. Mas mortalmente ferido. Uma enorme fratura exposta na perna esquerda e o braço do mesmo lado esmigalhado."

"Pela primeira vez na sua história, Brasília sustou a respiração, sentindo que lhe faltava ar nos pulmões. Havia tristeza e ansiedade. Respirava-se silêncio e consternação."

"Mais de uma vez, ele me disse: no dia em que a Belém-Brasília estiver concluída, posso partir para sempre. Não viveu para assistir a esse espetáculo. Mas deixou tudo pronto, para que a cerimônia se realizasse na data marcada."

Pelos feitos citados e pela importância que Bernardo Sayão teve na Marcha para o Oeste e no desbravamento do Brasil Central, estamos reapresentando projeto de iniciativa do então Deputado Daniel Vilela, o qual foi arquivado no início desta legislatura.

A proposta visa a homenagear este grande patriota, o “Bandeirante do Século XX”, que dedicou sua vida à integração das regiões brasileiras e à interiorização do desenvolvimento de nosso país com a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, contando com o apoio dos nobres pares em favor desta iniciativa.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7509030387>

Avulso do PL 3451/2023 [5 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/23509.24576-77

Senador JORGE KAJURU



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7509030387>

Avulso do PL 3451/2023 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.597, de 29 de Novembro de 2007 - LEI-11597-2007-11-29 - 11597/07
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2007;11597>

Avulso do PL 3451/2023 [7 de 7]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3455, DE 2023

Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON).

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3455/2023 [1 de 8]



PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Dispõe sobre a transformação do *campus* de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação da Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON), com natureza jurídica de autarquia, sede e foro no Município de Oiapoque, no Amapá, vinculada ao Ministério da Educação, por transformação do *campus* de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Art. 2º A UNIFRON terá por objetivo oferecer ensino superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisas, extensão e cultura, bem como promover a inovação e o desenvolvimento regional.

Art. 3º A UNIFRON, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e funcionamento nos termos desta Lei, de seu estatuto, de seu regimento interno e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados seu estatuto e regimento interno, a UNIFRON será regida pelo estatuto e regimento interno da UNIFAP, no que couber, e pela legislação federal de educação.

Art. 4º Passam a integrar a UNIFRON, sem solução de continuidade e independentemente de qualquer formalidade, as unidades de ensino que na data de publicação desta Lei compuserem o *campus* de Oiapoque da UNIFAP, assim como os cursos, de todos os níveis, que o referido *campus* estiver ministrando na mesma data.

Parágrafo único. Os alunos matriculados regularmente nos cursos, ora transferidos à UNIFRON, passam a integrar seu corpo discente independentemente de adaptação ou do cumprimento de qualquer outra exigência formal.



Assinado eletronicamente por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4416755802>

Avulso do PL 3455/2023 [2 de 8]



Art. 5º A administração superior da UNIFRON será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UNIFRON.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O Estatuto da UNIFRON disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º O patrimônio da UNIFRON, mediante escritura pública ou outro instrumento legal, quando for o caso, será constituído:

I – pelos bens e direitos que integrarem o patrimônio do *campus* de Oiapoque da UNIFAP, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UNIFRON;

II – pelos bens e direitos que a UNIFRON vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber;

IV – por incorporações que resultarem de serviços realizados pela UNIFRON.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UNIFRON serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, vedada a alienação, salvo nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 7º Os recursos financeiros da UNIFRON serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

II – doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, pelos Estados e pelos Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;



Assinado eletronicamente por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4416755802>

Avulso do PL 3455/2023 [3 de 8]

V – remuneração por serviços prestados decorrentes de acordos e contratos de assistência técnica e serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

VI – taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente;

VII – outras receitas eventuais.

Parágrafo Único. A implantação da UNIFRON estará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União, podendo o Poder Executivo, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir, total ou parcialmente, dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais da universidade tutora, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir os saldos orçamentários para custeio e capital do *campus* de Oiapoque da UNIFAP à UNIFRON, observadas as mesmas categorias de programação e mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, subtítulo, modalidade de aplicação, fonte de recursos, identificadores de uso e de resultado primário e por grupos de despesas;

II – praticar os atos e adotar as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Até que se efetive a transferência autorizada no inciso I deste artigo, as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessários ao funcionamento da UNIFRON correrão à conta dos recursos destinados ao *campus* de Oiapoque da UNIFAP, constantes do Orçamento da União.

Art. 9º Para o funcionamento da UNIFRON, fica o Poder Executivo autorizado a criar:

I – Os cargos de Reitor e Vice-Reitor;

II – 37 (trinta e sete) Cargos de Direção (CD) e 130 (cento e trinta) Funções Gratificadas (FG), dispostos da seguinte forma: a) 01 (um) CD-1; b) 01 (um) CD-2; c) 15 (quinze) CD-3; d) 20 (vinte) CD-4; e) 40 (quarenta) FG-1; f) 30 (trinta) FG-2; g) 30 (trinta) FG-3; e h) 30 (trinta) FG-4;

III – 80 (oitenta) cargos de professor da carreira do Magistério Superior;



Assinado eletronicamente por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4416755802>

Avulso do PL 3455/2023 [4 de 8]



IV – 40 (quarenta) cargos técnico-administrativos de nível superior;

V – 60 (sessenta) cargos técnico-administrativos de nível intermediário.

§ 1º Os códigos dos Cargos de Direção (CD) e das Funções Gratificadas (FG) que, na data de publicação desta Lei, estiverem alocados no *campus* de Oiapoque serão disponibilizados para a UNIFAP;

§ 2º Os servidores da UNIFAP lotados no *campus* Oiapoque serão redistribuídos para a sede ou outros *campi* da UNIFAP.

§ 3º Os servidores da UNIFAP lotados no *campus* Oiapoque poderão optar de forma expressa pela remoção à UNIFRON, devendo o código de vaga desta universidade ser repassado à UNIFAP.

Art. 10. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor, bem como de diretores, serão providos *pro tempore* por ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UNIFRON seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 11. A UNIFRON submeterá à aprovação do Ministro de Estado da Educação proposta de estatuto no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Historicamente, a criação de novas instituições públicas de educação superior tem representado um marco de suma importância na promoção do desenvolvimento de regiões e Estados brasileiros. Não foi diferente com o ocorrido no Estado do Amapá.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) tem origem em 1970 no Núcleo Avançado de Ensino, vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de cursos voltados para a formação de professores. Oficialmente criada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída por decreto em 1990, a Unifap, em suas mais de três décadas de existência, tem proporcionado acesso a cursos de graduação, pós-graduação e extensão a milhares de estudantes. A instituição tem desenvolvido ainda, de modo associado ao ensino, inúmeras pesquisas em diversas áreas do conhecimento, com destaque para sua atuação em prol do desenvolvimento sustentável, do



Assinado eletronicamente por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4416755802>

Avulso do PL 3455/2023 [5 de 8]



meio ambiente e do bem-estar da população do Estado, principalmente por meio da formação de profissionais de saúde e de educação básica.

Consciente da sua missão social para a formação de mão de obra qualificada e para o desenvolvimento do Amapá, em 1996 a Unifap começou a discutir com o governo estadual e com os Municípios o processo de interiorização de suas atividades. Foi essa a origem do *campus* Norte, que veio a se transformar no *campus* Binacional – Oiapoque. Assim, atualmente, as atividades na Unifap se desenvolvem também nos *campi* Marco Zero, Santana e Mazagão.

Acreditamos ter chegado o momento de transformar o *campus* de Oiapoque em instituição autônoma, para que possam ocorrer avanços ainda mais significativos na expansão da educação superior no Estado do Amapá, assim como a promoção de novas atividades acadêmicas que contribuam para o desenvolvimento da região e favoreçam o processo de cooperação binacional com o departamento ultramarino francês da Guiana.

Nesse sentido, este projeto de lei autoriza a criação da Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON), com natureza jurídica de autarquia, sede e foro no Município de Oiapoque, vinculada ao Ministério da Educação, por transformação do *campus* de Oiapoque da Unifap. Nos termos do art. 2º da presente proposição, a Unifron terá por objetivo oferecer ensino superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisas, extensão e cultura, bem como promover a inovação e o desenvolvimento regional.

O projeto ainda prevê uma série de providências sobre patrimônio, recursos, administração, cargos e estatuto da universidade cuja criação busca autorizar.

Além do impacto benéfico que poderá trazer para o Estado do Amapá, especialmente de sua região norte, a medida proposta se coaduna com os esforços para aumentar, de modo geral, o acesso à educação superior no País. Vai ao encontro, por conseguinte, da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que busca ampliar até 2024 as taxas bruta e líquida de matrículas nesse nível de ensino em relação à população de 18 a 24 anos, para 50% e 30%, respectivamente.

Diante dos argumentos expostos, esperamos contar com o apoio necessário para a aprovação do presente projeto de lei.



Assinado eletronicamente por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4416755802>

Avulso do PL 3455/2023 [6 de 8]



Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

SF/23290.16982-89



Assinado eletronicamente por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4416755802>

Avulso do PL 3455/2023 [7 de 8]



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39015DC00054C115.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.530, de 29 de Agosto de 1986 - LEI-7530-1986-08-29 - 7530/86
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1986;7530>
- Lei nº 9.192, de 21 de Dezembro de 1995 - LEI-9192-1995-12-21 - 9192/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9192>

Avulso do PL 3455/2023 [8 de 8]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2023

Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para permitir a acumulação da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com outra conferida com base em outros diplomas legais, em entes federativos distintos.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3460/2023 [1 de 6]





**SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli**

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para permitir a acumulação da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com outra conferida com base em outros diplomas legais, em entes federativos distintos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....
IX - as organizações sociais, no âmbito do mesmo ente federativo;
.....” (NR)

“Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se, de forma acumulada, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que:

- I – sejam atendidos aos requisitos para tanto exigidos;
- II – a qualificação seja dada por entes federativos distintos.

.....
§ 3º É vedada a acumulação da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com qualificação diversa com base em outros diplomas legais no mesmo ente federativo.” (NR)



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199539854>

Avulso do PL 3460/2023 [2 de 6]



Art. 2º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há, na redação atual da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, insegurança jurídica quanto à correta interpretação da proibição de acumulação da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com outras qualificações.

Não há dúvida quanto à impossibilidade de qualificação de OSCIP com outra qualificação no âmbito federal, tais como OS (Organização Social) ou entidade a qual é conferido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A dúvida jurídica relevante é sobre a possibilidade de cumulação da qualificação de OSCIP com outra qualificação de âmbito municipal ou estadual. A redação atual da Lei não é clara.

A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça, no Parecer nº 2.274, de 2014, concluiu ser vedada a acumulação de título de OSCIP com títulos de outras esferas da Administração Pública, seja estadual, municipal ou distrital. Segundo o parecer emitido:

I – é vedada a acumulação do título de OSCIP com o título de CEBAS (a exemplo de outros títulos);

II – não existe mais a figura jurídica do registro no CNAS;

III – é vedada também a acumulação do título de OSCIP com títulos de outras esferas da Administração Pública;

IV – a vedação de acumulação abrange as entidades qualificadas como OSCIP estadual e/ou municipal.

Apesar da plausibilidade do entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, é bastante razoável entender-se que a proibição do art. 18 dessa Lei não se estende às qualificações concedidas por Estados, Distrito Federal e Municípios.



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199539854>

Avulso do PL 3460/2023 [3 de 6]



É que, ao proibir a concessão pela União da qualificação de OSCIP a entidade que tenha outra qualificação em Estados, Distrito Federal e Municípios, a legislação federal, por via indireta, está a atingir parcela da autonomia de entes subnacionais. Isso porque a Lei estaria a impor uma escolha à entidade: ou segue a qualificação federal ou a de outro ente da federação.

Caso, por exemplo, um Município estabeleça critério para a concessão de benefícios fiscais a entidades que precisam se qualificar segundo regras do próprio município, a interpretação dada pela AGU ao art. 18 da Lei nº 9.790, de 1999, impede que uma OSCIP qualificada no âmbito federal receba esse benefício fiscal. Ou seja, ainda que a Lei das OSCIPs não interfira diretamente na autonomia de Estados, Distrito Federal e Municípios, ela o faz, indiretamente, ao estabelecer uma “concorrência de qualificações”.

Outrossim, não nos parece ser a finalidade da norma impedir as qualificações subnacionais. O que a norma pretende, segundo nosso entendimento, é estabelecer um sistema de unicidade de qualificação no âmbito do ente federativo qualificador. O objetivo da Lei é impedir a coexistência de uma multiplicidade de regimes que disciplinam a relação do ente federativo com a entidade do terceiro setor. Assim, em um Estado, por exemplo, uma entidade qualificada como OSCIP não pode se qualificar como OS (Organização Social).

Todavia, não nos parece que a finalidade da legislação seja impedir a coexistência de qualificações em diferentes entes federativos. Observe-se, a esse propósito, que o parecer da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça veda que uma entidade seja qualificada como OSCIP no âmbito federal e que também receba a qualificação de OSCIP em um Estado ou Município. A prevalecer esse entendimento, chegaríamos ao caso de uma entidade que foi qualificada no Estado de São Paulo como OSCIP não poder ser qualificada no Estado do Rio de Janeiro também como OSCIP.

Enfim, ao se conferir interpretação que veda a acumulação da qualificação de OSCIP com outras qualificações de outros entes da federação, cria-se uma limitação à liberdade dos entes subnacionais de legislarem sobre a sua relação com entidades do terceiro setor, porquanto impõe às entidades a escolha entre a qualificação federal ou a subnacional.

Parece-nos, portanto, que a melhor interpretação ao dispositivo é a que limita a vedação de acumulação de qualificações no seio de um mesmo ente federativo.



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199539854>

Avulso do PL 3460/2023 [4 de 6]



Para afastar toda a insegurança jurídica atualmente existente, estamos propondo o presente projeto de lei, para deixar claro ser possível a acumulação de qualificações, desde que conferidas por entes federativos distintos.

Certos dos méritos de nossa proposta, contamos com o apoio das nobres Senadoras e dos Nobres Senadores para a rápida aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3199539854>

Avulso do PL 3460/2023 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.790, de 23 de Março de 1999 - Lei da OSCIP; Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - 9790/99

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9790>

- art18
- art18_par1
- art18_par2

Avulso do PL 3460/2023 [6 de 6]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 3461, DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho e criar o Selo Nacional da Inclusão no Trabalho.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3461/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

PROJETO DE LEI N° , DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que *institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, para estabelecer o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho e criar o Selo Nacional da Inclusão no Trabalho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 92-A e 92-B:

“**Art. 92-A.** Fica instituído o Sistema Nacional de Certificação de Inclusão no Trabalho (SNCIT), administrado pelo Poder Executivo federal, para promoção, difusão, proteção e incentivo à inclusão das pessoas com deficiência no trabalho.

§1º O SNCIS estabelecerá Índice Nacional de Inclusão no Trabalho (INIT) apto a identificar, avaliar e monitorar ações de inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em pessoas jurídicas de direito privado e público, da administração direta e indireta, com enfoque na efetividade das políticas inclusivas e na adequação aos direitos e princípios estabelecidos pela presente Lei.

§2º O SNCIS contará com métrica, cuja metodologia seja aprovada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que determine o nível de inclusão das pessoas com deficiência no trabalho e contenha padronização de definições, métodos de mensuração e critérios de avaliação, bem como variáveis, indicadores e requisitos relacionados à acessibilidade, cultura organizacional, barreiras nos locais de trabalho, procedimentos utilizados na contratação, entre outros.”



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7203726832>

Avulso do PL 3461/2023 [2 de 5]



“Art. 92-B. Fica criado o Selo Nacional de Inclusão no Trabalho, a ser concedido para pessoas jurídicas que atendam ao INIT, nos termos previstos em regulamento.

§1º A acreditação das instituições por meio de Selo deverá ser feita por entidades certificadoras credenciadas, públicas ou privadas, devidamente aprovadas pelo INMETRO.

§2º As pessoas jurídicas acreditadas pelo Selo poderão dele fazer uso pelo período de 1 (um) ano, a contar de sua concessão, para fins de:

I – consolidação da marca;

II – publicidade institucional;

III – aquisição de recursos junto ao setor público e privado;

IV – composição de grupos de empresas que desfrutem de reconhecimento associado ao trabalho em prol da inclusão social.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de iniciativa legislativa que busca estabelecer instrumentos que mensurem, identifiquem, monitorem e avaliem a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e, consequentemente, que reconheçam as pessoas jurídicas de direito público ou privado que adotem práticas laborais inclusivas.

A partir da instituição de um sistema de certificação padronizado, com métrica, variáveis, definições, indicadores e requisitos objetivos, a proposta tornará possível a avaliação de quanto as empresas ou organizações no País são inclusivas e possuem ambiente laboral que permita que as pessoas com deficiência desenvolvam suas aptidões.

A criação do Selo proposto, por outro lado, viabiliza o devido reconhecimento das empresas ou organizações que promovam a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, sendo importante instrumento de valorização e disseminação de práticas inclusivas no ambiente laboral.

Vale destacar que, ao valorizar pessoas jurídicas que adotem e promovam a inclusão no trabalho, a proposição não apenas reforça a instituição de políticas de inclusão e diversidade para as empresas e organizações no País, garantindo novas perspectivas e campos de inovação, mas também fomenta o



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7203726832>

Avulso do PL 3461/2023 [3 de 5]



consumo e investimento conscientes, que podem caracterizar relevantes vantagens competitivas para instituições e empresas que atuem com responsabilidade social.

O presente projeto se baseia na experiência do Instituto Olga Kos de Inclusão Social, associação sem fins lucrativos que desenvolve, desde 2019, indicador destinado a mensurar, em âmbito nacional, o grau de inclusão social das pessoas com deficiência, com a finalidade de fundamentar a formulação e o monitoramento no Brasil de políticas públicas destinadas a esse grupo. Tem, ainda, como pressuposto o necessário processo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, como medida indispensável para a promoção de seus direitos.

Considerando os argumentos expostos, peço apoio aos ilustres Pares para a proposta que apresento.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7203726832>

Avulso do PL 3461/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

Avulso do PL 3461/2023 [5 de 5]



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 72, DE 2023

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 72/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23647.10868-86

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Japão, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado pelos membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é membro nato do Grupo Parlamentar.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.



Assinado eletronicamente por Sen. Damásio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3208237811>

Avulso do PRS 72/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23647.10868-86

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de omissão desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de resolução do Senado tem por finalidade criar o Grupo Parlamentar Brasil-Japão.

Registros comerciais portugueses indicam que laços entre Brasil e Japão surgiram ainda no século XVI. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1895, quando da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Entretanto, as relações diplomáticas somente foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica Global em 2014.

Em 2023, comemora-se 115 anos da imigração japonesa ao Brasil. Esse fenômeno permitiu que abrigássemos a maior população de origem nipônica fora do Japão. Atualmente, mais de 2 milhões de pessoas formam a comunidade de nipodescendentes no país. De igual forma, a comunidade de brasileiros no Japão é formada por mais de 200 mil pessoas, sendo uma das maiores no exterior.

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil no continente asiático. A cooperação bilateral abrange diversas áreas como comunicações, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, infraestrutura, agricultura e pecuária, além da atuação conjunta para o desenvolvimento de outros países e a coordenação em temas multilaterais.



Assinado eletronicamente por Sen. Damásio Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3208237811>

Avulso do PRS 72/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/23647.10868-86

Os fluxos bilaterais de comércio e investimentos são elementos também importantes nas relações bilaterais. O Brasil é o maior parceiro comercial do Japão na América Latina, tendo sido destino de 21,4 bilhões de dólares em investimentos, de acordo com o Banco Central. Já o Japão foi o 9º maior parceiro comercial do Brasil em 2022.

Diante do exposto, estou certa de que a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Japão será um importante mecanismo da diplomacia interparlamentar, aproximando os Parlamentos e fortalecendo os laços de amizade entre os dois países.

Assim, peço o apoio dos nobres pares para a criação deste Grupo Parlamentar.

Sala das Sessões,

Senadora **DAMARES ALVES**



Assinado eletronicamente por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3208237811>

Avulso do PRS 72/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>

Avulso do PRS 72/2023 [5 de 5]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 24, DE 2023

Requer Homenagem de pesar pelo falecimento do Ex-ministro da Agricultura Sr. Alysson Paolinelli

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 24/2023 - CRA [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

SF/23005.46414-14 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CRA

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 218, III, “d” e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 29 de junho de 2023, do Senhor Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura, bem como a apresentação de condolências a sua esposa, Sra. Marisa Gonzaga, e demais familiares.

JUSTIFICAÇÃO

Morreu nesta quinta-feira, dia 29 de junho de 2023, o ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, aos 86 anos. Ele estava internado em estado grave no Hospital Madre Teresa, em Belo Horizonte.

Alysson Paolinelli nasceu na Região Centro-Oeste de Minas Gerais, na cidade de Bambuí, em 1936.

Formou-se em Engenheiro agrônomo, pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (Esal), atual Universidade Federal de Lavras (Ufla), onde se tornou professor e diretor da unidade na década de 1960.

Foi secretário de Agricultura em Minas Gerais, quando se destacou e foi convidado a assumir o Ministério da Agricultura, que ficou entre 1974 e 1979, em todo o mandato de Ernesto Geisel.



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7087331809>

Avulso do REQ 24/2023 - CRA [2 de 3]



Sendo conhecido como "patrônio da agricultura tropical", foi também presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e, desde 2010, esteve à frente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho).

Alysson foi um dos responsáveis pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e indicado ao Nobel da Paz, devido à criação da Rede Paolinelli, que reuniu instituições do mundo acadêmico e do agronegócio com o propósito de coordenar e estimular o engajamento na indicação do ex-ministro da Agricultura ao prêmio.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2023.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Assinado eletronicamente por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7087331809>

Avulso do REQ 24/2023 - CRA [3 de 3]



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 656, DE 2023

Requer, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, em data oportuna, a fim de debater o Projeto de Lei nº 3027, de 2022, que institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 656/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o Projeto de Lei nº 3027, de 2022, que institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.

JUSTIFICAÇÃO

O PL tem o mérito de elevar ao nível legal regras sobre qualidade do ar. Há diversas normas infralegais, sobretudo resoluções do Conama, que tratam do controle de poluição do ar por veículos automotores. Além da poluição veicular, o PL abrange outros setores que emitem gases poluentes.

Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu a poluição atmosférica e a mudança do clima como o principal tema de atenção à saúde humana, por meio da Iniciativa Ar Limpo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição do ar representa atualmente o maior risco ambiental para saúde. Anualmente cerca de sete milhões de pessoas morrem vítimas de problemas respiratórios causados por poluentes, como asma e o câncer de pulmão. Segundo o Ministério da Saúde, 6,4 milhões de brasileiros acima de 18 anos sofrem com asma[1].

O mérito do PL é instituir uma Política Nacional de Qualidade do Ar, tema de destacada relevância para a saúde humana e que precisa ser debatido a fim de que alcancemos um consenso em relação ao seu texto final.



Assinado eletronicamente por Sen. Fabiano Contarato e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1208873454>

Avulso do RQS 656/2023 [2 de 3]

[1] Ver <https://www.medicina.ufmg.br/poluicao-pode-causar-doencas-respiratorias/>, acesso em 14 de abril de 2023.

SF/23292.56049-45 (LexEdit)

Sala das Sessões, 6 de julho de 2023.

**Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)**



Assinado eletronicamente por Sen. Fabiano Contarato e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1208873454>

Avulso do RQS 656/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 657, DE 2023

Requer a retirada de tramitação do PL 365/2023.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 657/2023 [1 de 2]



REQUERIMENTO N° DE

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 365/2023, que “dispõe sobre a isenção do pagamento da Taxa de Renovação de Licenciamento Anual de Veículo (TRLAV)”.

Sala das Sessões, 6 de julho de 2023.

**Senador Cleitinho
(REPUBLICANOS - MG)
Senador**



Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2256754336>

Avulso do RQS 657/2023 [2 de 2]



Foi apresentado Requerimento nº 657, de 2023, do Senador Cleitinho, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 365, de 2023.

A Presidência defere o Requerimento e encaminha o Projeto de Lei nº 365, de 2023, ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 658, DE 2023

Requer voto de louvor aos agentes envolvidos no caso da menina de 12 anos sequestrada

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 658/2023 [1 de 2]



**REQUERIMENTO N° DE**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso à Polícia Militar do Distrito Federal, à Polícia Civil do Distrito Federal, à Polícia Militar de Goiás e à Polícia Civil de Goiás, pela eficiência profissional demonstrada pelos agentes, que conseguiram, com excelência e rapidez, encontrar a menina de 12 anos sequestrada, estuprada e feita refém na Asa Norte do Distrito Federal, de modo a evitar outros crimes a serem praticados pelo estuprador.

Sala das Sessões, 6 de julho de 2023.

Senadora Damares Alves



Assinado eletronicamente por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7078056374>

Avulso do RQS 658/2023 [2 de 2]



Término de Prazo



Encerrou-se em 5 de julho o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 2.256, de 2019; 1.849 e 1.850, de 2021; 2.504, de 2022; e 713, de 2023.

Não foram apresentados recursos.

Os Projetos de Lei nºs 2.256, de 2019; 2.504, de 2022; e 713, de 2023, aprovados terminativamente pela CE, vão à Câmara dos Deputados.

Os Projetos de Lei nºs 1.849 e 1.850, de 2021, aprovados terminativamente pela CE, vão à sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Orovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31

MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3

PSDB-2

| | |
|----------------------------|--------------|
| Alan Rick. | UNIÃO / AC |
| Alessandro Vieira. | MDB / SE |
| Carlos Viana. | PODEMOS / MG |
| Cid Gomes. | PDT / CE |
| Confúcio Moura. | MDB / RO |
| Davi Alcolumbre. | UNIÃO / AP |
| Eduardo Braga. | MDB / AM |
| Efraim Filho. | UNIÃO / PB |
| Fernando Dueire. | MDB / PE |
| Fernando Farias. | MDB / AL |
| Giordano. | MDB / SP |
| Ivete da Silveira. | MDB / SC |
| Izalci Lucas. | PSDB / DF |
| Jader Barbalho. | MDB / PA |
| Jayme Campos. | UNIÃO / MT |
| Leila Barros. | PDT / DF |
| Marcelo Castro. | MDB / PI |
| Marcio Bittar. | UNIÃO / AC |
| Marcos do Val. | PODEMOS / ES |
| Mauro Carvalho Junior. | UNIÃO / MT |
| Oriovisto Guimarães. | PODEMOS / PR |
| Plínio Valério. | PSDB / AM |
| Professora Dorinha Seabra. | UNIÃO / TO |
| Renan Calheiros. | MDB / AL |
| Rodrigo Cunha. | PODEMOS / AL |
| Sergio Moro. | UNIÃO / PR |
| Soraya Thronicke. | PODEMOS / MS |
| Styvenson Valentim. | PODEMOS / RN |
| Veneziano Vital do Rêgo. | MDB / PB |
| Weverton. | PDT / MA |
| Zequinha Marinho. | PODEMOS / PA |

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

| | |
|---------------------|-----------|
| Ana Paula Lobato. | PSB / MA |
| Angelo Coronel. | PSD / BA |
| Augusta Brito. | PT / CE |
| Beto Faro. | PT / PA |
| Chico Rodrigues. | PSB / RR |
| Daniella Ribeiro. | PSD / PB |
| Eliziane Gama. | PSD / MA |
| Fabiano Contarato. | PT / ES |
| Flávio Arns. | PSB / PR |
| Humberto Costa. | PT / PE |
| Irajá. | PSD / TO |
| Jaques Wagner. | PT / BA |
| Jorge Kajuru. | PSB / GO |
| Jussara Lima. | PSD / PI |
| Lucas Barreto. | PSD / AP |
| Mara Gabrilli. | PSD / SP |
| Margareth Buzetti. | PSD / MT |
| Nelsinho Trad. | PSD / MS |
| Omar Aziz. | PSD / AM |
| Otto Alencar. | PSD / BA |
| Paulo Paim. | PT / RS |
| Randolfe Rodrigues. | REDE / AP |

| | |
|--------------------|----------|
| Rodrigo Pacheco. | PSD / MG |
| Rogério Carvalho. | PT / SE |
| Sérgio Petecão. | PSD / AC |
| Teresa Leitão. | PT / PE |
| Vanderlan Cardoso. | PSD / GO |
| Zenaide Maia. | PSD / RN |

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

PL-11 / NOVO-1

| | |
|---------------------------|-----------|
| Astronauta Marcos Pontes. | PL / SP |
| Carlos Portinho. | PL / RJ |
| Eduardo Girão. | NOVO / CE |
| Eduardo Gomes. | PL / TO |
| Flávio Bolsonaro. | PL / RJ |
| Jaime Bagatoli. | PL / RO |
| Jorge Seif. | PL / SC |
| Magno Malta. | PL / ES |
| Marcos Rogério. | PL / RO |
| Rogerio Marinho. | PL / RN |
| Romário. | PL / RJ |
| Wilder Morais. | PL / GO |

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

| | |
|---------------------|-------------------|
| Ciro Nogueira. | PP / PI |
| Cleitinho. | REPUBLICANOS / MG |
| Damares Alves. | REPUBLICANOS / DF |
| Dr. Hirán. | PP / RR |
| Esperidião Amin. | PP / SC |
| Hamilton Mourão. | REPUBLICANOS / RS |
| Laércio Oliveira. | PP / SE |
| Luis Carlos Heinze. | PP / RS |
| Mécias de Jesus. | REPUBLICANOS / RR |
| Tereza Cristina. | PP / MS |

| | |
|---|-----------|
| Bloco Parlamentar Democracia. | 31 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. | 28 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda. | 12 |
| Bloco Parlamentar Aliança. | 10 |
| TOTAL | 81 |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

| | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|--|
| Alan Rick** (UNIÃO-AC) | Flávio Arns* (PSB-PR) | Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR) |
| Alessandro Vieira* (MDB-SE) | Flávio Bolsonaro* (PL-RJ) | Nelsinho Trad* (PSD-MS) |
| Ana Paula Lobato** (PSB-MA) | Giordano* (MDB-SP) | Omar Aziz** (PSD-AM) |
| Angelo Coronel* (PSD-BA) | Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS) | Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR) |
| Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP) | Humberto Costa* (PT-PE) | Otto Alencar** (PSD-BA) |
| Augusta Brito** (PT-CE) | Irajá* (PSD-TO) | Paulo Paim* (PT-RS) |
| Beto Faro** (PT-PA) | Ivete da Silveira* (MDB-SC) | Plínio Valério* (PSDB-AM) |
| Carlos Portinho* (PL-RJ) | Izalci Lucas* (PSDB-DF) | Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO) |
| Carlos Viana* (PODEMOS-MG) | Jader Barbalho* (MDB-PA) | Randolfe Rodrigues* (REDE-AP) |
| Chico Rodrigues* (PSB-RR) | Jaime Bagattoli** (PL-RO) | Renan Calheiros* (MDB-AL) |
| Cid Gomes* (PDT-CE) | Jaques Wagner* (PT-BA) | Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL) |
| Ciro Nogueira* (PP-PI) | Jayme Campos* (UNIÃO-MT) | Rodrigo Pacheco* (PSD-MG) |
| Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG) | Jorge Kajuru* (PSB-GO) | Rogério Carvalho* (PT-SE) |
| Confúcio Moura* (MDB-RO) | Jorge Seif** (PL-SC) | Rogerio Marinho** (PL-RN) |
| Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF) | Jussara Lima** (PSD-PI) | Romário** (PL-RJ) |
| Daniella Ribeiro* (PSD-PB) | Laércio Oliveira** (PP-SE) | Sergio Moro** (UNIÃO-PR) |
| Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP) | Leila Barros* (PDT-DF) | Sérgio Petecão* (PSD-AC) |
| Dr. Hiran** (PP-RR) | Lucas Barreto* (PSD-AP) | Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS) |
| Eduardo Braga* (MDB-AM) | Luis Carlos Heinze* (PP-RS) | Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN) |
| Eduardo Girão* (NOVO-CE) | Magno Malta** (PL-ES) | Teresa Leitão** (PT-PE) |
| Eduardo Gomes* (PL-TO) | Mara Gabrilli* (PSD-SP) | Tereza Cristina** (PP-MS) |
| Efraim Filho** (UNIÃO-PB) | Marcelo Castro* (MDB-PI) | Vanderlan Cardoso* (PSD-GO) |
| Eliziane Gama* (PSD-MA) | Marcio Bittar* (UNIÃO-AC) | Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB) |
| Esperidião Amin* (PP-SC) | Marcos Rogério* (PL-RO) | Weverton* (PDT-MA) |
| Fabiano Contarato* (PT-ES) | Marcos do Val* (PODEMOS-ES) | Wilder Morais** (PL-GO) |
| Fernando Dueire* (MDB-PE) | Margareth Buzetti* (PSD-MT) | Zenaide Maia* (PSD-RN) |
| Fernando Farias** (MDB-AL) | Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT) | Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA) |

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

| | | |
|--|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45) Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28) Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24) Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14) Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5) | Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28 Líder Eliziane Gama - PSD (29) Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (31) Lucas Barreto (52) Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (49) Augusta Brito (50) Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20) Líder do REDE - 1 | Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (51) Líder do PL - 11 Carlos Portinho (22) Vice-Líder do PL Jorge Seif (46) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10 Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34) Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12) Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33) | Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40) Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39) | Oposição Líder Rogerio Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32) |
| Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34) | Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (17) | Bancada Feminina Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42) Vice-Líderes Margareth Buzetti (47) Jussara Lima (48) |

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG)
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO)
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB)
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentina foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG) .
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB)
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB)
46. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
47. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2º Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
49. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
50. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
51. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
52. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾

Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾

Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,8)

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽⁵⁾

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).
2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).
3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).
4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).
5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).
6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).
7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.
8. Em 12.06.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, para compor a Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. nº 61/2023-BLRESDEM).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2) | 1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) | 2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2) |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2) | 3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2) |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2) | |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2) | |
| Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2) | |

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luís Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | **Secretário-Adjunto:** Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1) | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1) | 2. Senador Weverton (PDT-MA) (1) |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1) | 3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1) |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1) | 4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1) |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1) | 5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (1) |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1) | 6. Senador Irajá (PSD-TO) (1) |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1) | 7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (1) |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1) | 8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1) |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1) | 9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1) |

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2) | 1. VAGO ^(1,2,10) |
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾ | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾ | 3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾ |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8) | 1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾ |
| Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾ | 2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾ |
| Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾ | |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾ | |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁴⁾ | |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾ | 1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5) |

Notas:

- Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
- Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLRESDEM)

8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLRESDEM).

9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagatollo e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).

10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | **Secretária-Adjunta:** Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpiongs@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2) | 1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2) |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2) | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5,13) |
| Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2) | 3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2,5,13) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2) | 4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,13) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2) | 5. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,11,12,13) |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2) | 6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (2) |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2) | 7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2) |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2) | 8. Senador Weverton (PDT-MA) (2,13) |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2) | 9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2,13) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,16) | 10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,13) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4) | 1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4,9,10) |
| Senador Irajá (PSD-TO) (4) | 2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,9) | 3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4) | 4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4) |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4) | 5. VAGO (4,15) |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4) | 6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4) | 7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4) |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4) | 8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,10) | 9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (7) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾ | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1) | 1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1) |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1) | 2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1) |
| Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1) | 3. Senador Magno Malta (PL-ES) (1) |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1) | 4. Senador Romário (PL-RJ) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1) | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1) |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1,14) | 2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1) |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1) | 3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1) |

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegera o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.



4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3) | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6) |
| Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3) | 2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3) | 3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6) |
| Senador Giordano (MDB-SP) (3) | 4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6) |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3) | 5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3) |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3) | 6. Senador Weverton (PDT-MA) (3) |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3) | 7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3) | 8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8) | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2) | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2) |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2) | 3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2) |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2) | 4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (2) | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (2) | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2) |
| Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2) | 7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾ | |
| Senador Romário (PL-RJ) (1) | 1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1) |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1) | 2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1) |
| Senador Wilder Morais (PL-GO) (1) | 3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9) | 1. (1,9) |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9) | 2. (5,9) |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9) | 3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).
- Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2) | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2,5) |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (2) | 2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2,5) |
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (2) | 3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5,8) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2) | 4. Senador Giordano (MDB-SP) (2,5,8,13) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (2) | 5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,8) |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2) | 6. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2,5,8) |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2) | 7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,5,8) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2) | 8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,7,8) |
| Senador Weverton (PDT-MA) (2) | 9. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2,8,12) |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2) | 10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,8) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) (3) | 1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (3) |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (3) | 2. Senador Irajá (PSD-TO) (3,9) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3) | 3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3) |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3) | 4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (3) |
| Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3) | 5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (3) |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3) | 6. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3) |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3) | 7. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3) |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3) | 8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (3,5) |
| Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (3) | 9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾ | |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1) | 1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1) |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1) | 2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1) |
| Senador Magno Malta (PL-ES) (1) | 3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1) |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1) | 4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1,10,11) | 1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1) |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1) | 2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10,11) |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1) | 3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1) |

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN).
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM).
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3) | 1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6) |
| Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (3) | 2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,6) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3) | 3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,6) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3) | 4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,6,7,8) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3) | 5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3) | 6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3) |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3) | 7. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (15) |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3) | 8. |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3) | 9. |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3) | 10. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2) | 1. Senador Irajá (PSD-TO) (2) |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2) | 2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2) |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2) | 3. VAGO (2,13) |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2) | 4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2) |
| | 5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2) |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2) | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (2) | 7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2) |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2) | 8. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2) |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2) | 9. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾ | |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,11) | 1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,11) |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11) | 2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1,11) |
| Senador Magno Malta (PL-ES) (1,11) | 3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,11) |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11) | 4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (12) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Romário (PL-RJ) (1,5,10) | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,5,10) |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,10) | 2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10) |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10) | 3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,10) |

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLD/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE)⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾ | 1. |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾ | 2. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ | 1. |

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: Subcomissão Permanente, composta de 5 membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| | 5. |

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾ | 1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14) |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾ | 2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾ | 3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14) |
| Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾ | 4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ | 5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14) |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ | 6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾ | 1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5) |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾ | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| VAGO ^(2,5,15) | 3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ | 4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾ | 6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾ | |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾ | 1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾ | 2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾ | 3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾ | 1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12) |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10) | 2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLRESDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3) | 1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3) |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3) | 2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3) | 3. Senador Giordano (MDB-SP) (3,6,9) |
| Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3) | 4. Senador Weverton (PDT-MA) (3) |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3) | 5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3) |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3) | 6. |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3) | 7. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2) | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2) | 2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2) |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2) | 3. VAGO (2,8) |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2) | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (2) | 5. VAGO (2,10) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (2) | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2) |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2) | 7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (2) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾ | |
| Senador Magno Malta (PL-ES) (1) | 1. |
| Senador Romário (PL-RJ) (1) | 2. |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (5) | 3. |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1) | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1) |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1) | 2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾ | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6) | 2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6) |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾ | 4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ | 5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8) | 6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8) |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾ | 7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾ | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ | 2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾ |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾ | 3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾ |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾ | 4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ | 5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾ | 7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾ | |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11) | 1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11) |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11) | 2. Senador Wilder Morais (PL-GO) ^(1,11) |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11) | 3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12) | 1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12) |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12) | 2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).



Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: Subcomissão Permanente, composta de três membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (2) | 1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2) |
| Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (2) | 2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2,5,10) |
| Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2) | 3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (2,5,6,10) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2) | 4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5,10) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (2) | 5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,10) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (2) | 6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (2,10) |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (2) | 7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,10) |
| Senador Weverton (PDT-MA) (2) | 8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2,10) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2) | 9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,10) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (4) | 1. Senador Irajá (PSD-TO) (4) |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4) | 2. VAGO (4,11) |
| Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4) | 3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (4) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,8) | 4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4) |
| Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4) | 5. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4) |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4) | 6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4) |
| Senador Beto Faro (PT-PA) (4) | 7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4) |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4) | 8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾ | |
| Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,12) | 1. Senador Jaime Bagatoli (PL-RO) (1) |
| Senador Wilder Morais (PL-GO) (1) | 2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1) |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1) | 3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1) | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1) |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1) | 2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1) |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1) | 3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagatoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (2) | 1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (2,5) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2) | 2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (2,5) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2) | 3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,5) |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2) | 4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (2,5) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,5) | 5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (2) |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2) | 6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Irajá (PSD-TO) (4) | 1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4) |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4) | 2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4) |
| Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4) | 3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4) |
| Senador Beto Faro (PT-PA) (4) | 4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (4) |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4) | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4) |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6) | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾ | |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1) | 1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1) |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1) | 2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1) |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) (1) | 3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1) | 1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1) |
| Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (1) | 2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3) | 1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5) |
| Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3) | 2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5) |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3) | 3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5) |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3) | 4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,5) |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3) | 5. Senador Weverton (PDT-MA) (3) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3) | 6. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (11) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2) | 1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2) |
| Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2) | 2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2) |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2) | 3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2) |
| Senador Beto Faro (PT-PA) (2) | 4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (2) | 5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2) |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2) | 6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾ | |
| Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1) | 1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1) |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) (1) | 2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9) |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1) | 3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1) | 1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1) |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1) | 2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLRESDEM).
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jayme Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:**

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (3) | 1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3) | 2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (3) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3) | 3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3) |
| Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (3) | 4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5) |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3) | 5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (10) |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3) | 6. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2) | 1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2) |
| Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2) | 2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2) |
| Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2) | 3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (8) |
| Senador Beto Faro (PT-PA) (2) | 4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2) |
| Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2) | 5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2) |
| Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2) | 6. VAGO (2,9) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾ | |
| Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1) | 1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (1) |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1) | 2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1) |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1) | 3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (1) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1) | 1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (1) |
| Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (7) | 2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPREP).
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** cct@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,10,11) | 1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (7) |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (7) | 2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (7) |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (7) | 3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8) |
| Senador Giordano (MDB-SP) (8) | 4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (10) |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8) | 5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (8) |
| Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8) | 6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (16) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (1) | 1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (1) |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (1) | 2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (1) |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1) | 3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (1) |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4) | 4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,13) |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,13) | 5. Senador Beto Faro (PT-PA) (4,13) |
| Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4) | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2) | 1. Senador Magno Malta (PL-ES) (6) |
| Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2) | 2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (12) |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2) | 3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) (9,14) | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9) |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (9) | 2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (9) |

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).

16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: cddd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE:

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2) | 1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5) | 2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5) |
| Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5) | 3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7) | 4. Senador Weverton (PDT-MA) (10) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6) | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6) |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (6) | 2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6) |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13) | 3. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13) |
| Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9) | 4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1) | 1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11) |
| Senador Magno Malta (PL-ES) (4) | 2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8) | 1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8) |

Notas:

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).



**14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾ | 1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾ |
| Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾ | 2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾ | 4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾ | 5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ | 6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾ | 1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7) |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7) | 2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾ |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5) | 3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾ |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾ | 4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ | 5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾ | |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11) | 1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11) |
| Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11) | 2. VAGO ^(1,11) |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11) | 3. ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12) | 1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12) |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12) | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12) |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reuniu elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|---|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾ | 1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾ |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6) | 2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾ | 3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾ |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾ | 4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾ | 5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ | 6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾ | 7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾ | 1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾ |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾ | 2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾ |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾ | 3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾ |
| VAGO ^(2,16) | 4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾ | 5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾ | 6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾ | 7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾ | |
| Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾ | 1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾ |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾ | 2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾ | 3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾ | 1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾ |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾ | 2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾ |

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

| TITULARES | Suplentes |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (6,12) | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4) |
| Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7) | 2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6) |
| Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7) | 3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7) |
| Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9) | 4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1) | 1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1) |
| Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1) | 2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1) |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,11) | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,11) |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1) | 4. |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Senador Romário (PL-RJ) (2) | 1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (10) |
| Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2) | 2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10) |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8) | 1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (8) |

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN).
9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos**E-mail:** cesp@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

| SENADOR | CARGO |
|----------------------------------|------------|
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) | CORREGEDOR |

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

| | |
|------------------------------|-------------------------------|
| 1ª Eleição Geral: 19/04/1995 | 8ª Eleição Geral: 26/04/2011 |
| 2ª Eleição Geral: 30/06/1999 | 9ª Eleição Geral: 06/03/2013 |
| 3ª Eleição Geral: 27/06/2001 | 10ª Eleição Geral: 02/06/2015 |
| 4ª Eleição Geral: 13/03/2003 | 11ª Eleição Geral: 30/05/2017 |
| 5ª Eleição Geral: 23/11/2005 | 12ª Eleição Geral: 18/09/2019 |
| 6ª Eleição Geral: 06/03/2007 | 13ª Eleição Geral: 21/03/2023 |
| 7ª Eleição Geral: 14/07/2009 | |

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB) | |
| Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) |
| Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) | 2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) | 3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) | 4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) |
| Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) | 5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) |
| Senador Weverton (PDT-MA) | 6. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE) | |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) | 2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) |
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) | 3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) |
| Senador Fabiano Contarato (PT-ES) | 4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) | 5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) | |
| Senador Magno Malta (PL-ES) | 1. |
| Senador Jorge Seif (PL-SC) | 2. |
| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) | |
| Senador Dr. Hiran (PP-RR) | 1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) |
| Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) | 2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) |
| Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93) | |
| Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) | |

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|----------------|------------------------|
| VAGO | Procurador do Senado |

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

| SENADOR | CARGO |
|--------------------------------|-------------|
| Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) | PROCURADORA |

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

| SENADOR | CARGO |
|---|---------------|
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾ | OUVIDOR-GERAL |

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

